

CORPOS, CASAS, CIDADES E TEMPOS DE PANDEMIA

ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA
JULIANA MICHAELLO M. DIAS
(ORG.)



ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA
JULIANA MICHAELLO M. DIAS
(ORG.)

CORPOS, CASAS, CIDADES E TEMPOS DE PANDEMIA

As pesquisas apresentadas nesta obra foram entregues e submetidas, no ano de 2020, ao Edital N° 01/2020 da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) como partes do Programa de Publicação de Conteúdos Digitais — Seleção de Propostas para Publicação de E-books relacionados à pandemia da Covid-19.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

José Ivamilson Silva Barbalho

Coordenação editorial

Fernanda Lins

Conselho Editorial Edufal

Elder Maia Alves (Presidente)

Fernanda Lins de Lima (Secretária)

Adriana Nunes de Souza

Bruno Cesar Cavalcanti

Cicero Péricles de Oliveira Carvalho

Elaine Cristina Pimentel Costa

Gauss Silvestre Andrade Lima

Maria Helena Mendes Lessa

João Xavier de Araújo Junior

Jorge Eduardo de Oliveira

Maria Alice Araújo Oliveira

Maria Amélia Jundurian Corá

Michelle Reis de Macedo

Rachel Rocha de Almeida Barros

Thiago Trindade Matias

Walter Matias Lima

Projeto gráfico: Mariana Lessa

Diagramação: Janielly Almeida

Imagem da Capa: Da oficina “Da minha janela eu vejo: retratos afetivos em tempo de pandemia” - Prograd - Ufal

Apoio de Produção: Janielly Almeida

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Lívia Silva dos Santos – CRB-4 - 1670

C787 Corpos, casas, cidades e tempos de pandemia [recurso eletrônico] /
Organizadores Juliana Michaello M. Dias, Roseline Oliveira. -
Maceió, AL: EDUFAL, 2021.
157 p. : il.

E-book.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5624-030-5

1.Sítio histórico – Degradação. 2.Cotidiano urbano – Reflexão –
Covid-19. 3.Conforto ergonômico – Pandemia. I. Dias, Juliana
Michaello M. II. Oliveira, Roseline.

CDU:719: 578.834

Editora afiliada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



SUMÁRIO

Apresentação - Corpos, casas, cidades e tempos de pandemia..... 6

Roseline Vanessa Santos Oliveira

Juliana Michaello Macêdo Dias

1. O ar que habitamos 9

Roseline Vanessa Santos Oliveira

Andrej Alexander Barbosa Gudina

2. Por uma cidade saudável – notas sobre a saúde na concepção urbana luso-brasileira no século XVIII 21

Juliana Coelho Loureiro

3. Sítio histórico e pandemia: reflexões sobre a degradação dos atributos patrimoniais no centro de Maceió/Alagoas diante do isolamento social35

Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Letícia Naka Cartaxo Mishina

4. Cibercorpos em máquinas afetivas: distopias fílmicas 44

Walcler de Lima Mendes Junior

Juliana Michaello Macêdo Dias

5. Impedidos de ir, o mundo virtual traz os espaços a nós!..... 57

Viviane Regina Costa Sá

6. Reflexões sobre as condições de conforto ergonômico em apartamentos no período de Pandemia de Covid -19..... 71

Thaís Sampaio Sarmiento

Vilma Villarouco

Polyanna Omena C. Santos

7. O olhar pela janela: retratos afetivos em tempos de pandemia..... 85

Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade

Euclides Rocha Cavalcante Neto

8. Notas sobre a memória: experiências do corpo frente a cidade no contexto da pandemia 94

Arlindo da Silva Cardoso

Karina Mendonça Tenório de Magalhães Oliveira

Suzany Mariha Ferreira Feitoza

Maria Angélica da Silva



9. Desaglomerar as feiras?108

Juliana Michaello Macêdo Dias

Ana Luíza Costa Ribeiro

Camila Gonzaga de Oliveira

Laís Caroline dos Santos

Mariana Monteiro de Oliveira

Nathalia Feitosa Barbosa

Willyam Vieira dos Santos

10. Da lentidão ao silêncio, do silêncio ao vazio e à ausência: a cidade, o vírus e o retorno das borboletas..... 120

Maria Angélica da Silva

Referências 137

Sobre os autores 152



APRESENTAÇÃO

CORPOS, CASAS, CIDADES E TEMPOS DE PANDEMIA

Roseline Vanessa Santos Oliveira

Juliana Michaello Macêdo Dias

Quando o mundo se deparou com o novo Coronavírus e suas repercussões, teve que enfrentar o desafio de drasticamente aprender a lidar com o descontrole sobre a vida, individual e coletiva, e, por outro lado, com o controle do espaço e das formas de habitá-lo.

Diante de seu grande poder de disseminação, foi preciso, dentre outras ações, suspender o contato físico não apenas entre pessoas, mas dessas com a própria cidade, convocando os diversos saberes a agirem e fazer agir diante dos impactos e possibilidades de se viver em sociedade.

Representando a área de Arquitetura e Urbanismo, e todas as suas conexões que se estendem a vários campos do conhecimento, logo compreendemos a pertinência em revisar essas outras dinâmicas e registrá-las. A ideia do livro é, pois, a de marcar esse momento tão urgente da cidade e, com isso, oferecer bases para a compreensão do cotidiano urbano em suas diversas dimensões.

Nesse sentido, foi organizado no calor reflexivo que as mudanças impõem. Está estruturado em quatro abordagens discursivas que envolvem o deslocamento das rotinas do corpo e as formas de perceber, se apropriar e construir o espaço, portanto, desafiando-o a habitar de outras maneiras. Ainda que os capítulos individualmente possam dar ênfase mais evidente em uma das abordagens, compreendemos que há entre eles linhas que permitem conectá-los para além das que aludimos nessa breve apresentação.

Habitar os corpos

Tirar uma folha de árvore, ir mastigando, sentir os ventos pelo rosto...

Sentir o sol. Gostar de ver as coisas todas.

Gostar de estar ali caminhando. Gostar de estar assim esquecido. (BARROS, 2010, p.58)

No centro de tudo, o corpo. É ele que está ameaçado, paralisado, isolado. São as mediações do corpo em sua sociabilidade que estão interdidas pelo vírus que nele pode se instalar. Inventamos assim outros modos de habitá-lo, transformando-o em suplemento de si. Mediações que passam por invasões maquínicas e reconstruções dos sentidos a partir das telas, potencializam outros arranjos corporais. Estabelece-se uma outra relação com os corpos, resguardados, higienizados, mas principalmente, cuidados.

Habitar as casas

Que a palavra parede não seja símbolo
de obstáculos à liberdade
nem de desejos reprimidos
nem de proibições na infância
etc. (essas coisas que acham os
reveladores de arcanos mentais)
Não.
Parede que me seduz é de tijolo, adobe
preposto ao abdômen de uma casa. (BARROS, 2010, p.261)

A casa foi virada ao avesso, forçosamente (re)colocada em primeiro plano na *hashtag* usada mundo afora *#ficaemcasa #stayhome #restaacasa*. A casa enquanto lugar de significação e construção de subjetividades, passou a ser devassada como espaço de trabalho, comprimindo os espaços íntimos e sociais. Uma remodelação do espaço físico em que as extensões do contato residem, concentrando funções e recintos, adequando relações públicas e privadas, obrigando a conciliar o trabalho e o morar.

Sem a cidade, nos demos conta dos espaços diminutos em que passamos a viver quando as crianças se mostram inconformes com o isolamento, por precisar correr, pular, gritar. Habitados a sair de casa e passar cada vez mais momentos longe dela, redescobrimos os rasgos que nos permitem ver o que se passa lá fora. O espaço do isolamento, do privado, da casa, pode ser ampliado e estendido, seja pela janela na parede, seja, pela “parede da memória” que nos trazem gestos, manifestações e cotidianos.

Habitar as cidades

Ver gente diferente de nós
nas janelas das casas,
nas calçadas, nas quitandas.
Ver gente conversando
na esquina,
falando de coisas ruidosas.
Ver gente discutindo comércio,
futebol e contando anedotas.
Ver homens esquecidos da vida,

enchendo as praças,
enchendo as travessas. (BARROS, 2010, p.59)

A cidade sem movimento nos desperta para outras disposições de observação. Sem gente, ela mostra um outro tempo, o tempo da arquitetura que foi habitada, que parou. Mas movimenta outras dinâmicas, que podem ser lembradas, inventadas e desenhadas, sugerindo que a cidade nos controla e descontrola, inevitavelmente muda, mas a todo tempo deixa espaço para a imaginação e o otimismo, e que, assim, está sempre disposta a nos ensinar a habitar e a habitá-la.

Pondera-se sobre esse cenário inserindo-o em enquadramentos macro e micro, discorrendo sobre temas que marcam a ideia ocidental de cidade num percurso que o tempo não consegue desconectar. Aglomeração e mobilidade estão entre eles, cujas suspensões constituem a causa de grandes efeitos do esvaziamento urbano: paramos de sair de casa, de ocupar as ruas e calçadas, começamos a ficar em casa e a ocupar os espaços fora dela de outras maneiras...

Mas, quando a cidade material nos é proibida, recorremos a outras formas de acessá-la que tem os arquivos e redes digitais como um caminho e a memória humana também. A partir dela, podemos lembrar, reviver experiências e, assim, visitar a cidade.

Habitar os tempos

O tempo e as águas esculpem escombros nos
sobrados anciãos.
Desenham formas de larvas sobre as paredes podres
(são trabalhos que se fazem com rupturas – como
um poema) (BARROS, 2010, p. 198)

A oportunidade de pensar a dimensão temporal do habitar descreve possibilidades de jogar com a memória, passado se feito presente, que nos ajuda a refletir sobre (des) aceleração e finitude. Pensar tempos comprimidos em quarentena, que faz meses parecerem anos e a perspectiva de um ano até a vacina chegar a parecer uma infinidade. Pensar tempos dilatados, que nos aproximam de outras pandemias, sanitarismos e perspectivas de um fim. Pensar tempos em acelerada desaceleração, forçosamente imposta em rotinas marcadas pelo cansaço e hiperconectividade.

O livro inicia-se e se finda, pois, com reflexões sobre aquilo que é devir e mudança: o tempo. Esse que têm testemunhado desde sempre as relações sociais e suas repercussões no espaço, e que, agora, tem transtornado dinâmicas cotidianas com a definição de quarentenas e de fases coloridas; divulgação de números de óbitos e contaminados, e criação de expectativas de um retorno à cidade. Propomos, assim, um caminhar por algumas dimensões do habitar atravessadas pela pandemia.

O AR QUE HABITAMOS

*Roseline Vanessa Santos Oliveira
Andrej Alexander Barbosa Gudina*

1. Entre velhos e novos ares

Esta é a liberdade da alma, a quem nem as influências dos astros, nem a presciência divina, nem os divinos decretos, nem os ameaços dos tiranos necessitam a querer, ou a não querer, porque Deus deu ao homem. (BLUTEAU, 1728).

“O monstro narra, como em caricatura, a gênese das diferenças” (FOUCAULT, 2000, p.217). As palavras de Michel Foucault sintetizam a propriedade humana de ordenar o mundo através de sua representação. Na medida em que as qualidades desse mundo vão sendo decodificadas, aquilo que, a princípio, era simplesmente ignorado ou perturbadoramente notado passa a integrar um determinado vocabulário ideológico resultante dos desafios do homem em lidar com o que lhe é estranho.

A história da humanidade tem um papel importante nesse entendimento, sendo capaz de revelar processos de definição e percursos de mudanças provocadas por revoluções(cognitiva, agrícola e científica) que fizeram os *Homo sapiens* prevalecerem dentre as várias espécies humanas. Sua capacidade cooperativa e comunicativa acarretou a combinação de estruturas elaboradas que fundamentaram as culturas e estimularam a criação de habilidades que vão render a esse tipo de homem o desenvolvimento de formas de pensar compartilhadas (HARARI, 2018).

Os desdobramentos dos atos de deslocamento físico e caça são um exemplo clássico dessas dinâmicas de transformação. Executados por milhares de anos, foram a razão de extinções animais, as quais motivaram rearranjos espaciais que permitiram a sobrevivência após o abandono da vida nômade. A permanência de ocupação vai exigir outras habilidades voltadas para a ordenação do mundo natural, como a domesticação de animais e plantas. Esse tipo de domínio pode ser visto como uma soberania humana, mas, justo ao inverso, configura a força da natureza que fez o homem se adaptar para dela conseguir usufruir não em função de escassez alimentar, mas em nome de noções políticas e filosóficas oriundas de dinâmicas de percepção e aprendizagem (HARARI, 2018).

Os *sapiens* foram, pois, capazes de desenvolver aptidões independentes de suas limitações biológicas que promoveram a convergência de grupos em torno de ideias comuns, através da imaginação de ordens as quais nos têm induzido à vida aglomerada até hoje¹. Assim, se por um lado, os monstros, que representam a anormalidade, podem resguardar hábitos e provocar recuos, por outro, a força, o instinto e o desejo garantem a abertura de frestas nas barreiras da diversidade, fissuras capazes de gerar intersecções de pensamento e comportamento e, assim, desorganizá-los e reordená-los.

Dentre os vários agentes que participam desses movimentos de mudança situa-se aquele que integra a própria explosão que origina o tempo e o espaço, e faz surgir a vida. É justamente em torno dele – do fluido gasoso que se constitui o ar – e de suas apropriações humanas, que aqui discorreremos sobre o tema do espaço habitado relativo a um monstro o qual fomos recentemente, de forma brusca, forçados a enfrentar, a fissurar rotinas e a revisar o modelo de sociedade o qual seguimos, ou seja, nos reconhecemos e reorganizamos para pensar um futuro, porque já está comprovado que olhar para trás consiste em um esforço de explicar percursos e processos, mas não significa que o passado evite o inesperado e os desconcertantes abalos que pode provocar (TALEB, 2018).

2. O ar que nos habita

Não é logo maravilha, que os homens façam tantos extremos para conservarem a liberdade própria de seu estado (BLUTEAU, 1728).

De todas as necessidades vitais imprescindíveis ao ser humano, a respiração se apresenta como a mais urgente. Somos capazes de passar dias sem dormir, sem ingerir alimentos e, em menor proporção, sem nos hidratarmos, mas, sem a inalação de oxigênio, a vida nos deixa em alguns minutos.²

Essa condição, per se, já torna o ar atmosférico um elemento fundamental da dinâmica dos ecossistemas em que, para respirar, o homem conta com a concentração de aproximadamente 21% de oxigênio dentre as demais substâncias que o compõem.³ No entanto, a sua essencialidade para manutenção da vida transcende o fornecimento de energia via processo respiratório. O ar é primordial no funcionamento da natureza e do espaço

1 A ordem imaginada surge da capacidade do Homo Sapiens de criar e acreditar em mitos partilhados sobre o que não tem origem na natureza, como as normas sociais e doutrinas religiosas, permitindo a cooperação em larga escala de indivíduos desconhecidos sob um determinado propósito (HARARI, 2018).

2 Apesar das técnicas que permitiram que o dinamarquês Stig Severinsen estabelecesse em 2012 o recorde mundial de mergulho em apneia com a marca de 22 minutos, normalmente o homem consegue viver cerca de três minutos sem ar, quando a falta de oxigenação no cérebro provoca um desmaio como mecanismo de proteção do corpo para fazer o indivíduo voltar a respirar (COMO ALGUÉM, 2016).

3 A atmosfera terrestre compreende uma mistura de gases, tendo como principais constituintes o nitrogênio (78%), o oxigênio (21%), o argônio (0,9%) e outros em pequenas proporções, entre os quais, o dióxido de carbono, além de vapor d'água e partículas dispersas (MARIN; ASSAD; PILAU, 2008).

humano, como o que envolve o clima e a distribuição das chuvas, influenciando diretamente a cultura do solo e, conseqüentemente, a produção de alimentos.

Constitui um fluido potente para o que categorizamos de seres vivos também por ter participado de maneira determinante no desenvolvimento de capacidades que fizeram o homem se destacar dentre outros animais. Tem-se como exemplo a sua primitiva habilidade de lidar com o fenômeno da combustão, que ocorre quando um material inflamável é submetido a uma fonte de calor num ambiente em que a composição do ar dispõe de uma concentração de oxigênio favorável à queima, como o da atmosfera terrestre.

Com a repetição deliberada de movimentos de fricção, o homem motivou a geração de atrito entre pedras e pedaços de madeira, o que resultou no domínio da produção do fogo e, por extensão, do aproveitamento de suas derivações, como o desprendimento de calor e luz, portanto, condições bastante adequadas à vida humana pré-histórica vulnerável à escuridão e ao instinto animal.

Eficaz para armamento, aquecimento e iluminação, a apropriação cognitiva do fogo também fez o homem avançar na produção do alimento, permitindo que aqueles difíceis ou impossíveis de serem mastigados em suas formas originais, ao contrário de alguns grãos e vegetais, pudessem ser amolecidos com o cozimento, originando, inclusive, outros sabores.

Ao domesticar o fogo, o homem não só foi capaz de se defender, se agasalhar, manipular o alimento e diminuir o tempo de ingeri-lo (e, com isso, dedicar-se a outros afazeres), como, especialmente, de adquirir o poder da autonomia que bem o distinguiria de outros animais cujos comportamentos dependem de suas estruturas biológicas (HARARI, Op. Cit.).

A propriedade do ar, enquanto meio através do qual se propaga o som, também permitiu o surgimento de um complexo sistema de comunicação entre os homens: a fala. A partir do amadurecimento de uma linguagem extraordinariamente versátil, foi possível conectar uma série limitada de sons para produzir um número infinito de palavras, de modo a armazenar e comunicar uma quantidade inimaginável de informações sobre o mundo. Mais que isso, o aprimoramento do som emitido pelas cordas vocais, e que só podem ser produzidos pela existência do ar, deu ao homem a capacidade de transmitir informações balizadas também por sua capacidade imaginativa, criando mitos e ficções partilhadas para estabelecer uma ordem capaz de fazer com que grupos de indivíduos estranhos cooperassem de modo extremamente flexível em prol de um objetivo comum.

O ar consiste, pois, em um agente ativo no processo de cooperação humana e, por extensão, de aglomeração, que também favorece o desenvolvimento de diversas doenças causadas por vírus e bactérias, disseminados, entre outras formas, pelas correntes por ele dinamizadas.⁴

4 A exemplo da mutação do vírus da Influenza A, denominado H1N1. Detectado em abril de 2009 no México, rapidamente atingiu o estágio pandêmico colocando em alerta a Saúde Pública mundial, tendo como modo mais comum de disseminação a transmissão direta (pessoa a pessoa) por meio de pequenas gotículas de aerossol expelidas pelo indivíduo infectado ao falar, tossir e espirrar (BRASIL, 2010).

O homem foi, e ainda é, capaz de levar à extinção diversas espécies animais de grande porte, mas, agora, se depara com a ameaça de um microrganismo que pode comprometer uma das suas principais funções metabólicas, qual seja, a respiração. É muito improvável que o novo vírus leve a raça humana ao seu extermínio, mas vai exigir adequações significativas em seu comportamento social e redirecionamentos no padrão do que se considera evolutivo.

3. Ventos do progresso

Os elementos, ainda que insensíveis, se esforçam para vencer os obstáculos que os cativam; voará o fogo um monte, por não ficar constipado na mina; indignada no freio de um dique, transbordará a água e alagará uma província; impaciente de clausura de lugares subterrâneos, abalará o ar um Reino, e com horríveis tremores, abrirá a cidades inteiras profundas sepulturas (BLUTEAU, 1728).

A morte de monstros, através da potencialização do corpo humano, do intelecto e desejos, foi, com o tempo, passando a ser alvo deliberado do conhecimento baseado no incremento da observação e decodificação da natureza. A cognição provida de habilidades criativas renderá saberes, como já dito, revolucionários, a exemplo daqueles que combinaram técnicas náuticas, mapeamento celeste e entendimento dos fluxos do vento, cujo manejo permitiu deslocamentos territoriais, domínios expansionistas e trocas comerciais ultramarinas com repercussões globais.

Avanços na intimidade com fenômenos naturais, como aerodinâmica e compressão, fizeram o homem acreditar que habitar⁵ céus e mares também seria possível, incentivando a criação de asas e artérias artificiais que representam sua ousadia de enfrentar o desconhecido e dominá-lo. As mais diversas invenções (de artefatos como pipas, a equipamentos como cilindros de oxigênio) demonstram a tendência humana em ressignificar o uso prático do fluido, habilitando competências, como o paraquedismo, o alpinismo, o mergulho, o surf e várias outras atividades com alto grau de risco físico e que têm o conhecimento do ar e de seus efeitos dentre seus principais desafios.

Contudo, encarar a possibilidade da morte ao “brincar” com o ar em uma ação voluntária repercute de maneira bem diferente de usá-lo para promovê-la, como o que sugeriu a criação da bomba atômica. Liberando energia em um determinado volume de ar, seu mecanismo gera uma bola de fogo que se expande desprendendo o fluido com uma rapidez tamanha capaz de atingir fatalmente tudo aquilo situado dentro de um raio de quilômetros de distância.

⁵ “Habitar constitui o ser do homem” e as relações que se manifestam na sua existência cotidiana (HEIDEGGER, 2012, 128).

O ar integra, portanto, uma arma com grande poder de destruição.⁶

Como se vê, o conhecimento e manuseio do oxigênio, em suas várias intensidades e combinações, demonstra a capacidade humana de superar suas limitações físicas, fazendo da ciência motivo de redefinições comportamentais que vão de experiências modestas, como a de estruturar um artefato, a exemplo de um arco para modelar bolhas de sabão, a ambiciosas produções, como a construção de uma arma nuclear. Se na primeira situação de nada adianta o refinamento do brinquedo se não houver habilidade para manuseá-lo, na segunda, nenhum movimento físico do homem é capaz de protegê-lo dos efeitos da explosão.

O envolvimento com esse fluido vital que configura o ar nos leva para dimensões diversas que comprovam a potência da inventividade intensificada com o investimento de recursos em pesquisa científica. “Jamais teríamos sido capazes de caminhar na Lua, projetar micro-organismos e dividir o átomo sem tais investimentos” (HARARI, 2018, p, 336). Promovendo prazeres, resistências biológicas e, mesmo, mortes, a ciência revela-se como um poderoso conhecimento capaz de criar e transformar formas de viver. O “domínio” do ar permitiu-nos ir além do nosso habitat terrestre e explorar territórios siderais e submersos.

Nesse percurso, as constantes inovações relativizam as noções de tempo e espaço. Se antes as grandes embarcações renderam avanços de cunho político, econômico e cultural, sendo preciso, para tanto, a tripulação superar os desafios (fome, doenças, mortes) demandados por longos períodos de confinamento em alto mar, em um contexto bem distinto no qual se inserem os cruzeiros em iates, hoje podemos contar com a velocidade dos aviões, que promoveram a praticidade da vida ao reduzir drasticamente o tempo de transporte de gentes e coisas, fazendo com que o mundo pareça cada vez menor.

É importante, no entanto, atentarmos para os efeitos colaterais dessas invenções e da forma como as apropriamos, estarmos cientes de que existe um preço a pagar pelos avanços da globalização. Quando passamos a viajar mais e para mais longe, as epidemias tendem a ser mais graves, pois essa dinâmica aumenta a nossa vulnerabilidade à criação de uma população de germes dominada por alguns e à eficácia de sua propagação, com o risco de viralizarem-se e se espalhar por todo o planeta (TALEB, 2016, p. 390).

Em 2020, fomos drasticamente convocados a revisar os nossos padrões de comportamento justamente com a origem de um vírus com extrema capacidade de disseminação que ataca o sistema respiratório humano e com tratamento médico desconhecido. O medo da impotência sobre se e o que podemos fazer para superá-lo tem levado o mundo a um sensível estado de instabilidade social diante do inevitável: um surto de efeitos fatais e abrangência pandêmica (KARNAL, 2020).

⁶ Conforme tragicamente evidenciado na violenta explosão que ocorreu na região portuária de Beirute, capital do Líbano, em 04 de agosto de 2020, onde a grande devastação ao longo da área atingida se deu pelo “efeito varredura” a partir de uma enorme onda de choque pelo deslocamento do ar na explosão, provocando a destruição de imóveis em larga escala por quilômetros de distância, causando dezenas de mortes e deixando milhares de pessoas feridas (STOCHERO, 2020).

Após os três primeiros meses de sua identificação, o que ocorreu em uma metrópole chinesa, esse vírus já tinha atingido inúmeros países situados na Ásia, Europa e América, a partir do contato entre e com viajantes contaminados, exigindo que seus governantes rapidamente acionassem habilidades de liderança para tratar do problema do porvir. Dentre elas está a exigência da suspensão da prática milenar da aglomeração no intuito de inibir o contato entre pessoas e, com isso, as possibilidades de contágio. Voar, surfar, mergulhar, escalar, velejar, passear, brincar, viajar foram algumas ações, num primeiro momento, imediatamente comprometidas em muitos lugares, dentre várias outras dependentes de deslocamentos físicos e do encontro com o ar livre.

Para além das necessárias e urgentes medidas de sua contenção, o impacto global do Coronavírus evidenciou velhas questões que, por vários motivos, como experiência histórica e avanços científicos, há muito deveriam ter sido superadas, mas, que, pelo contrário, elas parecem ter encontrado justamente nesses agentes o agravante de vulnerabilidades e desequilíbrios.

4. Fissuras da erosão

Só de vícios e torpes afetos se faz o homem voluntariamente escravo, quando dos seus apetites ele se deixa dominar, é ele a única fera em que não tem domínio” (BLUTEAU, 1728).

O processo da respiração envolve inspirar oxigênio e liberar gás carbônico, o qual é absorvido, sobretudo, pelas plantas terrestres e algas marinhas no processo de fotossíntese. Essa, por sua vez, em sentido reverso, devolve oxigênio para a atmosfera, estabelecendo um dos principais ciclos de interação entre homem e natureza. Embora essas definições consistam em conteúdo de conhecimento básico, diante da maneira como temos tratado o ecossistema, questionamos o real entendimento acerca da sua dinâmica e da sua importância no que tange à integração da própria vida humana...

O longo percurso de estímulo à cultura voltada para o acúmulo e o descarte, tem provocado sérios danos ao espaço natural, resultando em altos níveis de poluição que causou, por exemplo, um buraco na camada de ozônio e tem criado ilhas de lixo no oceano.

Tensões em escala global já enfrentadas, seja pela crise de abastecimento ou por conflitos territoriais que envolvem a exploração do petróleo, parecem impotentes diante de uma dinâmica mundial cuja matriz energética continua dependente daquela gerada pela queima de combustíveis fósseis, o que afeta gravemente a qualidade do ar e as condições do tempo. Lembramos que, os avanços e incentivos ao desenvolvimento de fontes alternativas e renováveis, incluindo a energia eólica, são motivados pela força do mesmo ar que vem sendo poluído pelas emissões de combustão...

A ocorrência de fogo descontrolado na Amazônia, por exemplo, provocou uma crise de larga abrangência ambientalista e, também, diplomática, justamente pelo reconhecimento dos prejuízos causados à atmosfera e do importantíssimo papel global da Floresta na regulação do clima.

As circunstâncias provocadas pela Covid-19 têm ressaltado, pois, efeitos lesivos da habilidade cooperativa em larga escala que, por centenas de anos, permitiu o homem exercitar a aglomeração, criando ideias e cidades. Tal abrangência influencia e é influenciada por movimentos urbanos cotidianos, cujas inconsistências, especialmente durante o ano de 2020, têm sido mais popularmente e destacadamente expostas graças, também, às redes digitais que intensificam a divulgação e o acesso à informação.

Fragilidades no sistema de saneamento básico, na qualidade de moradia e na divisão de classes são algumas delas quando a medida vista como a mais eficiente para evitar a propagação do vírus é o distanciamento social que promove, por consequência, aumento, criação, adaptação, diminuição e extinção de postos de trabalho, afetando drasticamente a dinâmica das cidades e das relações sociais. O constrangimento à reclusão traz à tona situações críticas mundialmente compartilhadas dos mais variados níveis e extensões de impacto: sanitária, econômica, política, ambiental, diplomática, pública, privada, etc., etc. (OLIVEIRA e GUDINA, 2020).

Nesse sentido, a crise causada pela pandemia coloca em xeque a autonomia humana que tem promovido um avanço tecnológico, cujo conhecimento produzido se mostra insuficiente e despreparado para enfrentar um quadro global de incerteza quando se trata de questões sociais desestabilizadas por um vírus que não escolhe quem afetar, mas a quem asfixiar (SANTOS, 2020).⁷

5. Do sopro ao vendaval

O corpo (...) é sujeito a todo o gênero de cativos. Forma-se na prisão do ventre materno (...); nos confins da adolescência, esperam por ele as tirânicas paixões (...); em idade maior, doenças o encravam na cama, de onde cai para a cova, em um cativo que não tem resgate (BLUTEAU, 1728).

Surtos e epidemias virais, pelas mais diversas formas de origem e propagação, têm historicamente desorganizado a humanidade e demonstrado a nossa impotência em impedir repetições. Nos anos de 1980, o mundo foi surpreendido pela identificação de uma doença, cujos sinais de infecção no corpo humano se assemelhavam a de uma gripe, como febre, mal-estar prolongado, dores na garganta e nas articulações. Os casos foram inicialmente reconhecidos em homens gays, usuários de heroína e hemofílicos, e o aumento imprevisto de número de óbitos por pneumonia ou câncer dos sintomáticos logo criou um alerta generalizado diante

⁷ Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), aqueles mais vulneráveis à ação fatal da Covid-19 são os idosos e os portadores de doenças crônicas que envolvem comprometimento do sistema respiratório, como asmáticos, hipertensos, cardiopatas, diabéticos e fumantes.

da comprovada falta de habilidade profissional em lidar com a disseminação do vírus e com o tratamento dos pacientes.

A novidade consumiu de forma abrangente a sociedade que foi se rebelando contra ela mesma, marginalizando grupos supostamente com potencial de transmissão antes das formas de contágio serem oficialmente esclarecidas, que podem ser sintetizadas pelo contato sexual, pela exposição a fluidos infectados e pela mãe doente para seu filho durante a gravidez, o parto ou a amamentação. As seringas e, principalmente, as genitálias seriam os alvos a serem atingidos no processo de combate ao vírus, gerando campanhas mundiais de prevenção voltadas para a conscientização acerca da substituição de agulhas e da prática do “sexo seguro”.

O vírus da imunodeficiência humana (HIV), que causa a Aids (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*), teve sua origem na África e sua disseminação entre os homens derivou do contato físico entre um macaco infectado e um humano. Quase 40 anos após a identificação do primeiro caso, o que ocorreu em 1981, nos Estados Unidos, a criação de drogas para tratamento da doença e para redução de risco de contaminação diminuiu o número de óbitos, mas não deteve o vírus completamente, e a doença continua matando milhares de pessoas por todo o mundo, infectando outras milhares e sendo ainda popularmente tratada como um tabu.⁸

Esse cenário obviamente afetou o comportamento das pessoas, especialmente o relativo às relações sexuais, mas outras relações também sofreram drásticas interferências, nas esferas individual e coletiva, que fortaleceram rejeições (qualificadas como a homofobia, o racismo e a segregação social, dentre outras) contra as quais há décadas têm lutado os ideais de universalidade dos direitos humanos, além de ter gerado impactos diretos na forma como o espaço é percebido, construído e apropriado.⁹

Portanto, o aumento da intensidade das trocas globais já nos alertava para a possibilidade de uma pandemia, insinuando que o surgimento da Covid-19 não era de todo imprevisível. Mas, recursos específicos e produção científica foram incapazes de impedi-lo de nos surpreender porque o homem tende a estabelecer previsões concentrando-se no que se conhece, enquanto que “o impacto do altamente improvável” é fruto da aleatoriedade, de um conhecimento indefinido e infinito (TALEB, 2016).

Apesar do HIV ter se colocado como uma grande provocação para várias áreas de atuação, suas fontes de infecção eram mais facilmente detectáveis que as da Covid-19 que tem o espaço habitado como cúmplice, na medida em que permite o encontro físico entre coisas, entre pessoas e entre coisas e pessoas. Tem os gestos humanos, os mais banais, e o próprio ar como veículos da disseminação viral, o que o faz representar um desafio ainda maior para as ciências (VARELLA, 2020).

8 “De acordo com a OMS, apenas em 2017, 940 mil pessoas morreram de causas relacionadas ao HIV e 1,8 milhão foram infectadas pelo vírus. Isso equivale a 5 mil novos casos todos os dias. Atualmente, 36,9 milhões de pessoas vivem com a doença no mundo” (HIV/Aids, 2018).

9 Ver linhas de pesquisa do curso de Mestrado Dinâmicas do Espaço Habitado da Ufal (MESTRADO, 2020).

Assim, para evitar sua propagação, outros códigos tiveram que ser inventados, requerendo brusca e novamente a capacidade criativa do homem. Esses têm envolvido, em síntese, hábitos de higiene e de comportamento espacial, como lavar as mãos, usar máscaras e manter distância das pessoas.¹⁰

Sob o discurso da excepcionalidade, circunstâncias antes condenadas têm sido tomadas como alternativa em vários setores, exigindo rápidos retornos em nome das medidas emergenciais. No da educação infantil, por exemplo, crianças vêm sendo submetidas ao ensino remoto e, por longos períodos de tempo, à luz das telas de computadores e à fixidez do corpo, contrariando recomendações médicas e pedagógicas das mais variadas especialidades. A pressão do mundo produtivo sobre a operação do trabalho tem camuflado a pertinência da alfabetização corporal a qual é ativada por experiências multidimensionais a partir da vivência espacial e coletiva. Também coloca à margem posições acerca da sofisticação do ato de ensinar e aprender que requer mediações complexas, sensoriais e motoras, ainda distantes das proporcionadas pelas relações virtuais, mesmo que sincrônicas.¹¹

Alguns meses após a identificação do surto, já se vê outras formas de retorno à velha vida pública. Em escolas chinesas, os estudantes usam obrigatoriamente o “chapéu-helicóptero” enquanto estratégia para permitir que, ao mesmo tempo, executem atividades presenciais e mantenham o distanciamento mínimo entre eles para impedir o contágio, supostamente garantido pelas hélices (ESCOLAS CHINESAS, 2020). Também visando inibir o contato físico humano, para o retorno do funcionamento de *Shopping Centers* italianos, foram adotadas regras de circulação dos usuários semelhantes à dinâmica de trânsito rodoviário, com faixas de mão e contramão, e semáforos¹².

Aparentemente, tal como ocorreu com os nossos antepassados, a natureza (do vírus) nos domesticou, mas não o bastante para impedir que aquele não envolvido com os serviços essenciais¹³ “fique em casa”¹⁴, se mostrando impotente diante de hábitos humanos consolidados como os demonstrados pelas aglomerações e filas nos bares e centros comerciais de cidades brasileiras onde as determinações oficiais acerca do distanciamento social vêm sendo gradualmente amenizadas.¹⁵

10 Ver @atransportista (Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAyUax4JBwH/>. Acesso em 13 de Jul. 2020).

11 Ver debate acerca do ensino à distância promovido pelo Observatório para as Condições de Vida e transmitido em sua página do Facebook, em 29 de maio de 2020.

12 Ver página do Instagram: @atransportista (Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAyUax4JBwH/>, acesso em 13 de Julho de 2020).

13 Em março de 2020, foi assinada a Medida Provisória de abrangência nacional e decreto que regulamentou os serviços ditos essenciais, ou seja, aqueles que não deveriam ser interrompidos durante o período de combate ao novo coronavírus. Dentre eles estão: assistência médica; serviços postais, de segurança e transporte público; e produção, distribuição e comercialização de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebida (DECRETO, 2020).

14 Slogan da campanha mundial de combate à Covid-19.

15 Durante os meses de junho e julho de 2020, os governos de várias cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Maceió, permitiram oficialmente a abertura de lojas, bares e restaurantes, desde que fossem seguidas as normas de segurança sanitária, como disponibilização de material para limpeza das

6. “Não consigo respirar”

Cada arte e cada ciência a que se aplica [à liberdade] é uma carga de regras, uma opressão de preceitos (BLUTEAU, 1728).

“Não consigo respirar”. Essa foi a mensagem do americano George Floyd enquanto passava por um processo de sufocamento, em 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis, Estados Unidos. A morte do homem negro pelo policial branco levantou protestos contra um racismo persistente que levou milhares de pessoas a desobedecerem às regras de distanciamento social e se aglomerarem em espaços livres públicos de centenas de cidades em todo o mundo para expressar que “Vidas Negras Importam”, integrando o movimento ativista internacional que, há quase dez anos, se volta contra a violência direcionada.

O trágico evento é uma prova recente de que temos convivido com rastros de velhas posturas já historiadas, mas, difíceis de serem decifradas. Persistem como caricaturas que exageram e distorcem as diferenças, tomando a forma dos mais variados tipos de preconceitos sociais e gerando verdadeiras asfixias humanas.

Nem mesmo imagens de genocídios emblemáticos e depoimentos de seus sobreviventes têm sido capazes de evitá-las, como o que configura a memória do Holocausto e do movimento nazista de “limpeza étnica”, quando milhares de adultos, jovens e crianças (judeus, ciganos, homossexuais, opositores políticos, dentre outros), foram presos em câmeras de gás propriamente construídas para os incinerarem: “entravam pela porta e saíam pela chaminé”.¹⁶

Interrupções de vidas e tortura da natureza nos levam a desconfiar que os mais primários instintos extintivos humanos, de alguma forma, permanecem... Na atualidade, tem-se como um dos maiores crimes da história a forma como os humanos têm tratado os outros animais, especialmente, os de criação, os quais são friamente executados de maneira a causar um enorme sofrimento a esses seres que, como já comprovado pela ciência, têm percepções e emoções, são capazes de sentir dor, medo e amor.¹⁷

Sob essa ótica, o passado tem nos alertando, e o presente só faz confirmar, para o entendimento de que o avanço técnico, científico e econômico não significa, necessariamente, evolução humana (MORIN, 2020). “Tentamos mudar o mundo para as pessoas se sentirem melhores. Controlamos os outros animais, os rios e as florestas. Mudamos tudo e as pessoas continuam infelizes” (HARARI, In: Conversa, 2017).

mãos, número restrito de usuários que deveriam usar máscaras e passarem por checagem de temperatura, dentre outras.

16 Depoimento de uma sobrevivente do Holocausto acerca de comentário de um guarda nazista dos campos de concentração durante a Segunda Grande Guerra (#ANNE FRANK, 2019).

17 Dentre as justificativas apresentadas para esse tipo de atitude não está a necessidade de disponibilização de alimento, mas a consideração dos outros animais como menos inteligentes que os homens. Essa forma de pensar sugere graves consequências para o próprio ser humano que pode se tornar refém da inteligência artificial, inclusive, ser por ela substituído (HARARI, In: Conversa, 2017).

A julgar pela história de outros surtos virais, podemos considerar que mais esse será vencido e deixará a categoria de anormal. Os riscos de contaminação fatal serão diminuídos e conviveremos com infectados e imunizados, sobretudo, graças a um movimento global que incentivou a sua própria criação. O progresso tecnológico, então, na direção em que tem caminhado, apresenta-se também como retrocesso intelectual, quando percebemos que as nossas mais frágeis deficiências enquanto sociedade se mostram sempre como as mais difíceis de serem superadas.¹⁸

7. Por um ar mais livre

Liberdade: aquilo que os animais, as feras e os mais vis intelectos procuram defender e conservar” (BLUTEAU, 1728).

A história da humanidade, contudo, ainda nos dá esperanças. Oferece base para pensarmos que as crises podem ser vistas por outras óticas para além do homem como causador de seu próprio desastre. Elas dão oportunidades de revermos ações e repensarmos as nossas formas de viver (MORIN, 2020).

Alguns desses movimentos estão voltados para a reorganização da vida social, reestruturação de serviços e atualização de sistema sanitário. Isso ocorreu na atmosfera oitocentista, quando o tratamento de outro surto epidêmico revelou que não era no homem, mas na cidade e na casa em que residiam os focos de insalubridade, justificando intervenções no setor de saneamento básico urbano, como alargamento de ruas e ajardinamento de parques e praças, e no da arquitetura que passou a promover a projeção e construção de recintos arejados, com mais janelas e menos paredes (¿CASAS Y ESCUELAS, 2020?). Em fins do século seguinte, a decepção com uso abusivo das fontes de energias motivou ações em prol da sustentabilidade, visando o bem-estar democrático que envolve, sobretudo, a qualidade do ar.

Agora, que habilidades representariam a nossa evolução? Que história legaríamos a ela? Que outros códigos precisariam ser criados? Que outras ordens seríamos capazes de imaginar? Se despertamos para uma necessidade de mudança, como transformar a inevitável (forma de) transformação (MORIN, 2020)?

Os impactos da Covid-19 têm destacado condições que, no contexto nacional, vinham sendo politicamente descredibilizadas. Dentre elas estão a pertinência dos serviços públicos gratuitos, em especial, o oferecido pelo SUS, um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, garantindo acesso integral e indiscriminado à população brasileira

¹⁸ Em janeiro de 2021, na cidade de Manaus, dezenas de pacientes morreram por falta de oxigênio nos hospitais, devido a um colapso no sistema de saúde resultante da falta de planejamento do poder público e o descumprimento da população relativamente às medidas de proteção e restrição à circulação estimulados pelo negacionismo ao vírus. Mesmo o alerta de que não teria capacidade de suprir a demanda crescente por oxigênio, feito pela empresa responsável pelo fornecimento, foi suficiente para que autoridades se antecipssem em conter a tragédia (ADORNO, 2021).

(SISTEMA, 2020), e a eficiência das ações de combate à pandemia por parte de comunidades populares, que têm demonstrado uma exemplar capacidade de organização e articulação para promoção da solidariedade e, com isso, inibido as possibilidades locais de contágio.¹⁹

Tão rápido as drásticas consequências do vírus se estabeleciam, as previsões sobre um mundo pós pandemia se iniciavam, trazendo a reboque a imagem de uma vindoura sociedade mais solidária e sustentável: campanhas de donativos e voluntariados; propostas de substituição do modelo econômico atual para outro baseado na ideia de decrescimento, a partir da redistribuição econômica, produção da agricultura regenerativa, redução do consumo, cancelamento de dívidas de pequenos empresários (HOLANDESES, 2020), e projetos de adequações urbanísticas voltadas para a mobilidade ativa (MOREIRA, 2020).

O estado de pandemia nos desperta para a necessidade de uma mudança de mentalidade. Propõe-nos como desafio equilibrar progressos, uma vez que, como vimos, os avanços nos mais variados campos disciplinares estão, de alguma forma, conectados: “Continentes e classes podem nos dividir, mas a humanidade nos une”, para o bem e para o mal... (Mujica, In: FRÁGIL, 2016).

Portanto, fomos convocados a reativar o poder de imaginação, adaptação e subversão, que categoriza os sapiens desde os seus primórdios. Nesse sentido, podemos pensar que esses outros modos de organização apontem para um redirecionamento das simulações artificiais; para a compreensão das inteligências humanas, para o incremento das capacidades de comunicação e cooperação; para a reconstrução do afeto com a natureza, para a garantia da qualidade da respiração, da vida ao ar livre e da liberdade...²⁰

Consistem em posturas cujas discussões não são inéditas, mas sempre têm encontrado pertinência em sua repetição. “Temos o conhecimento e os meios, mas não temos direção”.²¹

19 Como o ocorrido em Paraisópolis, um bairro da cidade de São Paulo, Brasil, onde “logo no início da pandemia, os moradores da favela criaram o sistema de “presidentes de rua”, em que uma pessoa de cada rua ficou responsável por monitorar e ajudar as outras, orientando sobre os sintomas da doença, (...) contratou ambulâncias para atender os sintomáticos e recrutou médicos e enfermeiros para suprir a favela 24 horas. Outros 240 moradores foram treinados como socorristas para apoiar as 60 bases de emergência criadas com a presença de bombeiros civis” (PARAISÓPOLIS, 2020).

20 Todas as citações introdutórias consistem em definições do termo liberdade.

21 Depoimento de José Mujica no documentário Frágil Equilíbrio (2016), através do qual, “por meio de três histórias que abrangem três continentes, nós nos vemos refletidos nas vidas de imigrantes africanos, trabalhadores espanhóis e assalariados japoneses. As palavras de Mujica [ex-presidente do Uruguai] tecem um fio nas três histórias e nos fazem perceber que, no final, somos todos iguais” (SINOPSE, 2020).

POR UMA CIDADE SAUDÁVEL – NOTAS SOBRE A SAÚDE NA CONCEPÇÃO URBANA LUSO-BRASILEIRA NO SÉCULO XVIII

Juliana Coelho Loureiro

1. O mais saudável possível

A pandemia causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) tem feito os cidadãos cotidianamente discutir e realizar práticas específicas de higiene. Assim também foram intensificados os cuidados com a saúde para evitar a contaminação e propagação da doença. Desde o final de 2019, muitas mudanças ocorreram no modo como vivenciamos o espaço urbano e ficou ainda mais evidente a insalubridade de nossas cidades que negam a boa parte da população o acesso a água e a coleta de esgoto. Seria o momento de retomarmos algumas questões da nossa história?

A saúde dos habitantes não era o objetivo principal dos construtores de cidade no universo lusitano setecentista. Muito embora, podemos observar que, na teoria e na prática, havia referência a este aspecto em tempos muito recuados. No primeiro tratado conhecido de Arquitetura, por exemplo, o romano Marco Vitruvius Polião (séc. I a. C.), ao discorrer sobre a escolha dos lugares para construir cidades, determinava “Em primeiro lugar, a eleição de um lugar o mais saudável possível”. (VITRUVIO, 2009, p.14). Essa obra instaurou a formação teórica dos primeiros construtores de cidades portuguesas no século XVI.

O presente artigo pretende discutir brevemente em que medida preocupações com a saúde dos habitantes foram incorporadas na concepção da cidade luso-brasileira no século XVIII. Na metrópole, este período é marcado pela magistral obra do Aqueduto das Águas Livres, assim como a reconstrução da cidade de Lisboa após terremoto de 1755, reformas no Porto e a escrita do *Tratado da Ruação* do português José de Figueiredo Seixas (ca. 1763), considerado por alguns estudiosos como indiciário da formação de um campo disciplinar – o urbanismo. Interessa-nos também observar os ecos das ideias higienistas no Brasil.

Ressaltamos que estamos conscientes que não contemplaremos a extensa amplitude do tema. Mas a intenção é perceber o quão complexo é o fazer cidades, atentando para os diversos aspectos que mobilizam essa matéria, em especial, no universo luso-brasileiro no período de intensa e profícua urbanização do Brasil.

2. Preocupações sanitárias na Metr pole

O terremoto na cidade de Lisboa ocorreu na manhã do dia 1 de novembro de 1755, quando o reinado de D. José chegava aos 5 anos. 10 mil mortos. Lisboa tinha aproximadamente 250 mil habitantes e os problemas aumentavam a cada dia. O desespero dominou o cenário. Nesse contexto, destaca-se a atua o do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho, futuro Marquês de Pombal.

Segundo o historiador português, José Augusto Franca, ele “exorbitou das suas próprias fun es para, no poder abandonado pelos seus colegas e mesmo pelo rei, que de Belém e da Ajuda não saiu mais, tomar em mão as medidas necessárias” (FRANÇA, 1994, p.12). Desse modo, Carvalho vai agir em inteira liberdade.

O Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho   considerado o “executor do ideário das Luzes” (GOMES, 1995, p.7) em Portugal. Ele fez parte da Academia dos ilustrados (que funcionava na sua própria casa por 3 anos) e depois passou a ser membro da Academia Real de História. Segundo professor Joaquim Ferreira Gomes, se Carvalho não tivesse saído para estudar fora, assim como Verney, não teriam sido “iluminados”, e provavelmente não iriam tentar “iluminar” seus concidadãos. Portanto, as mudanças promovidas pelo Secretário e seus desafios eram tão grandes quanto a reconstru o da cidade. Na educa o, ele investiu na renova o e amplia o da instru o, do primário   universidade.

Procurou introduzir-se na Universidade o *espírito experimental*, para o que foram criadas estruturas como o Hospital Escolar, o Teatro Anat mico, o Dispensat rio Farmacêutico, o Laboratório Químico, o Observatório Astron mico e o Jardim Botânico (GOMES, 1999, p.24).

Podemos ter a medida de sua influência quando, por Alvará do dia 28 de junho de 1759, o rei D. José ordenou a reforma geral e nomeou um Director de Estudos, secularizando o ensino. Proibiu o ensino privado sem autoriza o do diretor. Criou aulas em cada bairro de Lisboa e nas vilas das províncias, tornando o ensino aberto e gratuito.

Em rela o a reconstru o de Lisboa, quase um mês depois do terremoto, Carvalho mandou destruir o que havia restado na parte mais atingida da cidade e ordenou que o engenheiro-mor do Reino, o experiente Manuel da Maia, fizesse propostas para a reconstru o de Lisboa. Maia liderou qualificados engenheiros militares que elaboraram propostas distintas para a reconstru o de Lisboa. Foram estudadas várias possibilidades. Dentre elas, reconstruir da mesma forma que era a cidade antes do terremoto ou desconsiderar toda a preexistência e edificar a cidade sob uma nova lógica.

A proposta escolhida foi a última, do capitão de Engenharia com exercício de arquiteto Eug nio dos Santos. Ele falece pouco tempo depois, em 1760, fazendo com que os trabalhos fossem coordenados pelo t mbeo experiente Carlos Mardel.

Vale ressaltar que Manuel da Maia e Carlos Mardel participaram também da magistral obra pública do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, iniciada no reinado de D. João V. A iniciativa para construção do aqueduto partiu do Procurador da Cidade, o carioca Cláudio Gorgel do Amaral em 1728²².

Para a realização da obra, foram mobilizados os profissionais mais capacitados a serviço do Reino, como o engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes, o coronel engenheiro José da Silva Paes e o engenheiro José Custódio Vieira. Este último responsável pela construção do *troço monumental do Aqueduto sobre o vale de Alcântara*, obra sem paralelos cuja maior altura excede 60m e “também o comprimento tal sobre o abismo, 940m, excede todos os exemplos conhecidos” (ATAIDE, 1990, p.104).

Custódio realiza a audaciosa empreitada. Para termos ideia do desafio, o maior arco tem 33m de vão a meia altura e 30m entre pilares, o que permitiu a passagem, em tempos recentes, da avenida Celta.

Boa parte desses profissionais que trabalharam no planejamento e obra do Aqueduto, também contribuíram com a reconstrução da cidade após o terremoto. Neste momento, não pretendemos discutir a lógica do traçado proposto, que incorpora não apenas a rica formação teórica dos engenheiros militares como também sua larga experiência na construção de cidades no além-mar²³.

Figura 1 – Aqueduto das Águas Livres sobre o vale de Alcântara, 2015.



Fonte: Arquivo da autora

²² Segundo Irisalva Moita, Cláudio Gorgel do Amaral nasceu no Rio de Janeiro, filho de João de Matos, e, desde 16 de Abril de 1706, ocupava o referido cargo em Lisboa (MOITA, 1990, p. 26).

²³ Diversos estudos têm sido feitos a respeito da atuação desses profissionais no Brasil buscando preencher carências na historiografia urbana brasileira. Dentre eles podemos citar os trabalhos de: Rafael Moreira, Beatriz Bueno, Renata Malcher, Mário Mendonça.

Deteremo-nos, brevemente, nas questões relativas a um plano amplo que incorpora questões sanitárias, como o abastecimento e o escoamento das águas servidas.

No aviso de 30 de junho de 1759, estabelecia-se que cada proprietário de imóvel arrasado pelo terremoto teria que substituir a área, às vezes esconsas, dos seus respectivos terrenos por proporcional área regular do quadrado ou paralelogramo para o benefício comum do prospecto e serventia da rua. Buscava-se banir, portanto, a irregularidade do parcelamento porque, se acaso fosse mantido,

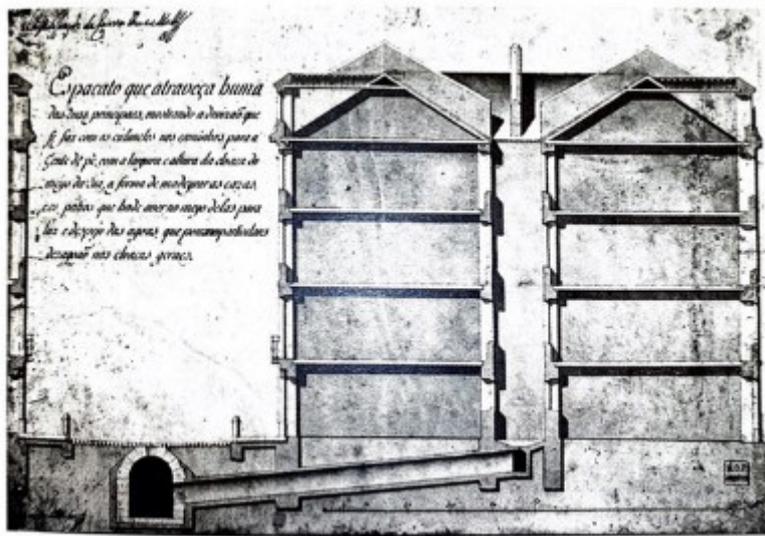
não há possibilidade para os Edifícios se fabricarem de sorte que todos os interessados neles fiquem gozando dos benefícios da separação, **luzes e ductos particulares, por onde se devem evacuar as superfluidades das casas para as cloacas principais** (SANTOS, In: Revista de História, 2014, p.349).

Agora, as ruas deveriam ser largas e arejadas. E deste modo os Lisboaetas tiveram que adaptar a uma nova maneira de habitar, em edifícios em séries e plantas uniformizadas, favorecendo a rua e suas funções. Destacamos não apenas os valores estéticos relativos à retilinearidade das vias, mas também, seus atributos sanitários, quando prioriza a incidência da luz nos imóveis e a captação das águas servidas.

É nítido que a questão central das propostas não tem apelo explicitamente sanitário, como podemos perceber no decreto de junho de 1758, que trata da importância da “utilidade pública da regularidade e da beleza da capital” (FRANÇA, Op. Cit. p. 18). Esse aspecto visa informar a população que os interesses coletivos seriam priorizados em detrimento dos interesses particulares, mas as mudanças seriam bem mais profundas.

No mesmo ano de 1755 e antes do terremoto, o médico Ribeiro Sanches sugere aos governantes portugueses novas políticas de Estado, propondo inclusive uma reforma sanitária para a capital. Nesse mesmo período pleiteava o patrocínio para a publicação de sua obra “Tratado da Conservação da Saude dos Povos”, justificando que havia reunido diversas descobertas e informações úteis, “a obra final reflectia tanto a modernidade da vida urbana no século XVIII, quanto as matérias científicas de que se ocupara” (ARAÚJO, In ARAÚJO et all, 2007, p. 311’).

Figura 2 – Corte de uma rua principal, com o sistema de esgoto. Desenho assinado por Sebastião Joseph de Carvalho e Eugénio dos Santos e Carvalho.



Fonte: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Set. 2004.

Sanches era um português judeu que na época da escrita do Tratado vivia em Paris, para evitar as perseguições religiosas que havia em sua terra natal. Ele estudou na Universidade de Leyden, assim como outros homens da ciência do seu tempo, e possui ampla circulação nas sociedades científicas, colaborando inclusive com a *Encyclopédie* (1751-1768). E, mesmo tendo ampla circulação no meio intelectual e acadêmico francês, com correspondentes em toda Europa e China, ele procura contribuir para a reforma do Estado português.

Indo mais longe que outros higienistas seus contemporâneos, Ribeiro Sanches considerava assim prioritário a reforma dos lugares mais infectos da cidade: igrejas, hospitais, prisões, casernas, matadouros, mercados, portos, navios e outros espaços promíscuos, onde a confluência de gentes e a concentração de lixos e detritos tornavam repulsiva, à vista e ao olfacto a experiência quotidiana de coabitação urbana (ARAÚJO, 2007, p. 311).

Entretanto, Sanches não se restringia apenas a reforma dos espaços já consolidados da cidade, mas também as expansões urbanas e as cidades que iriam ser construídas. No prólogo ele defende o objetivo da obra.

Nele pretendo mostrar a necessidade que tem cada Estado de leis, e de regramentos para preservar-se de muitas doenças, e conservar a Saude dos súditos; se estas faltarem toda a Sciencia da Medicina sera de pouca utilidade: por que sera impossível a os Medicos, e a os Chirurgoens, ainda doutos, e experimentados, **curar huâ Epidemia, ou outra qualquer doença, em huâ cidade, adonde o Ar for corrupto, e o seu terreno alagado** (SANCHES, 1756. fl. Vj) [grifo nosso]

O médico pleiteia a formulação de uma Medicina Política²⁴ que tem como objeto de estudo as práticas e arranjos urbanos. Nesse sentido, critica a formação dos arquitetos, “Fundaraô-se as Escolas de Architectura Civil e Militar, mas naô vemos que os Architectos instruídos nellas, fassaô cazo da Fisica geral na practica destas artes” (SANCHES, 1756, fl. Viiij). Ele acredita que embora façam cidades, edifícios, com primor, não praticam regras que auxiliem a conservação da saúde.

Este defeito geral he o que se pretende remedear, por que naô so tratarei do mais saudável ou pernicioso sitio de huâ cidade, Igreja, Convento, Hospital, ou Prisaô publica, mas ainda indicarei os meyo para se conservarem saudáveis (SANCHES, 1756. fl. Viiij.).

E assim, ele escreveu sobre a qualidade do ar, da água, dos arvoredos, da limpeza, do fazer cidades, edifícios entre outros. Ao tratar da construção das cidades, ele reclama da não escuta do médico pelo arquiteto português, ocasionado diversos danos.

Portugal tem mais necessidade destes conhecimentos, do que outra qualquer nação; porque tendo cada dia occaziaô de fundar novas povoaçoins nos seus dilatados domínios, poderá ser evitaria por este meyo muitos inconvenientes, que necessariamente redundaraô na perda dos seos vassalos (SANCHES, 1756, fl. 48).

Sanches faz referência a vasta experiência portuguesa na construção de cidade e, portanto, da utilidade que acredita ter a sua obra para o Reino. Curiosamente, ao abordar o modo saudável de viver na América, faz alusão ao hábito nativo,

poderia ser útil esta introdução na América principalmente na quellas povoaçoins situadas junto dos grandes rios. E terras bayxas, **mostrando-lhes já os Tapuyas o exemplo** de dormirem nas hamacas sempre com fogo debayxo (SANCHES, 1756, fl.53/54).

Mais adiante, utiliza com fundamento da escolha dos sítios os ensinamentos de Alberti, que segundo o médico é “o mais judicioso autor nesta matéria” (Sanches, 1756, fl. 55), referenciando a obra *De re ædificatoria* de 1541.

Talvez Sanches ignorasse que a formação dos engenheiros militares era pautada nos estudos da tratadística e suas interpretações. Segundo o historiador de arte Rafael Moreira,

os inventários das coleções de nossos engenheiros, e espolio conservado nas bibliotecas e as citações constantes e exata dos autores (sobretudo após a Restauração de 1640), mostram bem que eles tinham um domínio total do que se publicava da Itália à Prússia ou à Holanda (MOREIRA, In: BUENO, 2011).

24 A “Medicina Política” parece ser precursora do que no século seguinte iria ser denominado Saúde Pública.

A questão é que esse conhecimento corria a círculo fechado, como disse certa vez José Augusto França, pois muitas vezes estavam relacionados a segredos de Estado, como eram os mapas para delimitação de fronteiras. Segundo Beatriz Bueno, a formação dos engenheiros militares envolvia lições de teoria que se estendia de 3 a 6 anos,

compreendendo a leitura crítica, a síntese do conteúdo, a cópia dos desenhos e exercícios contidos nos mais importantes tratados sobre Desenho, Geometria Prática e Arquitetura (militar, civil e religiosa) em voga em cada período. A leitura dos tratados estrangeiros não era passiva (BUENO, 2011. p. 140).

Desse modo, a reconstrução da cidade de Lisboa, após do terremoto ocorrido em 1755, simboliza o que havia de mais desenvolvido no universo lusitano em relação ao que hoje denominamos urbanismo. Este feito sintetiza, através dos profissionais mais capacitados da coroa, o conhecimento e a experiência acumulados em dois séculos de expansão e conquistas ultramarinas, cujo domínio fundava-se na construção de uma rede urbana.

3. A saúde na teoria urbana portuguesa

Alguns anos após o terremoto, o arquiteto portuense José de Figueiredo Seixas escreve o Tratado da Ruação e o oferece ao poderoso Secretário de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo. Logo nas primeiras linhas, ele elogia o novo e grandioso *ruamento* de Lisboa, atento a importância e magnitude do feito, assim como mais à frente indica a cidade do Rio de Janeiro como referência.

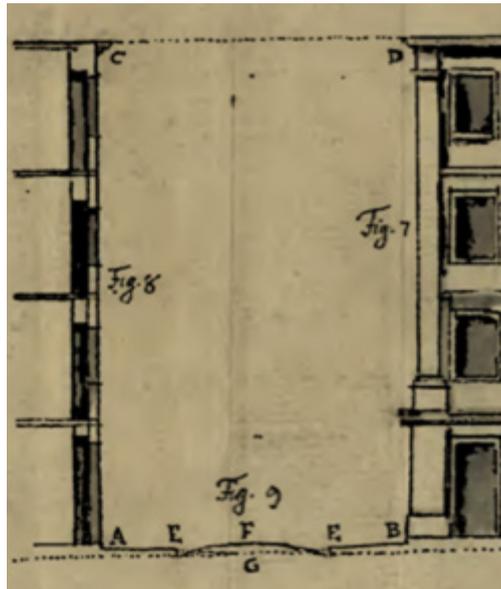
Importa-nos, principalmente, a sua percepção que os portugueses tinham uma vasta experiência no *saber fazer cidades* e este saber não tinha nome. Nesse sentido, ele recorre à longa tradição lusitana e nomeia o saber de Ruação. Ele entendeu que a matéria exigia um conhecimento amplo, da divisão territorial do Reino à edificação, da construção às leis, e a política de governo²⁵. Hoje, denominamos essa matéria de urbanismo.

Neste momento, interessa-nos observar o quanto ele incorporou questões sanitárias na sua teoria. Seixas mostra, em grande parte de sua obra, um esforço sistematizador, racionalizador e inovador, também se dedica ao esgotamento das águas servidas, sendo as questões de higiene, como se sabe, outro dos pilares desse urbanismo nascente.

Na obra de Seixas, observamos a importância dos detalhes construtivos relativos à rua. Para ele, a via possui um papel importante para o escoamento das águas. Minimamente, deveria ter uma forma convexa para permitir que as águas corram em suas laterais (sinalizada na figura pelo ponto F).

²⁵ Sobre o Tratado da Ruação ver LOUREIRO (2017) e MOREIRA (1984).

Figura 3 – Proporção da largura da via para o edifício, Estampa 2, figura 9, Tratado de Ruação.



De modo geral, Seixas determina que todas as ruas devem ter um certo declive para conduzir as águas e permitir o seu escoamento.

Todas as ruas serão pendentes em o seu cumprimento para algum dos seus extremos, e desses extremos, se continue por outras ruas a mesma declinação do nível para que as ditas agoas se encaminhem pelas cavidades, **e de rua em rua, vão juntas a entrar em algum cano geral**, que as leve fora da Povoação. Ha huas ruas que de sua natureza tem rápida escoante: taes, como são as costiadas de alto a baixo, e ha outras tam orizontaes, que mal se lhe conhece deslivelação; como são as que se abrem em sítios planos de nível: nas quaes huas, e outras he necessário dar-lhe a escoante por arte (SEIXAS, ca.1763, fl. 27).

Ele reforça a importância das ruas na captação das águas urbanas, discorrendo, inclusive, sobre a necessidade de criar inclinações artificiais na construção da rua. Vale ressaltar que, além do desnível para drenagem das águas, as ruas constituem, em seu conjunto, um sistema de drenagem hierarquizado, pois finalizam num último cano geral. Dessa forma, elas “serão mais saudaveis e livres dos contagios das doenças por serem lavadas dos ventos” (SEIXAS, ca. 1763, fl. 10v.).

Desse modo, ele vincula a construção do arruamento a um sistema de captação de águas servidas pelas ruas, cujos canos, feitos de pedra, convergem para um cano geral.

Os canos menores dos despejos sempre que possa ser serão pela via da rua, ou pela divisão de entre os chãos ao cumprimento da courela de casas para mais facilmente se rebentarem, ou se arruinarem, se poderão concertar publicamente, cujo concerto será mais dificultoso se for por baxo dos

edifícios, ou por dentro deles. Porém todos os canos menores dos enxurros, se encaminharão, como dito temos a entrar em o cano geral de algum ribeiro de agoa corrente para nelle terem o seu expedito curso, deixando as ruas lavadas, e limpas. E tambem poderão lavar as agoas imundas das cozinhas. E desta forma não encharcarão nas ruas, e se evitará o ar nocivo, que podera causar na Povoação as agoas encharcadas, choças(?) e podres nos baxos da rua, que não tiver a devida escoante com perfeição. Os canos geraes dos ribeiros serão largos, e altos para que por eles possa hir hum homem a cavalo a revelos, ou para se alimparem, se for necessário, quando se entulhassem de áreas, para o que terá em algumas partes das bandas porta de entrada, e linguetas para descer e subir a pe, e a cavalo, quando quiserem. Nestes canos terão os enxurros melhor expedição, sendo bem amparados de fortes paredes das bandas e bem lageado o seu fundo para não sumirem as agoas (SEIXAS, ca.1763, fl. 29v.).

Os canos gerais acima referidos são grandes estruturas, cuja dimensão deveria permitir o acesso de um homem à cavalo, denominado “Inspector das agoas” (SEIXAS, ca.1763, fl. 32), e possuir portas de entrada. Também não deveriam ter menos de 11 palmos de largura, que corresponde a aproximadamente 2,42 metros, e dessa dimensão, 1,1m reservado ao corredor de circulação do inspector.

As medidas sanitárias incorporadas no Tratado de Seixas refletem não apenas a lição dada na reconstrução de Lisboa, mas preocupações que estavam acontecendo na expansão urbana no Porto, na segunda metade do século XVIII. No governo de João de Almada e Melo, as ruas deveriam ser direitas, largas, e arejadas,

o Senado preocupar-se-ia com a **limpeza da cidade e a saúde de seus habitantes**, mudando os aloques que estavam no seu interior, mandando retirar os entulhos e proibindo a presença nas ruas de certos animais (ALVES, 1987, p. 17) [grifo nosso].

A cidade do Porto possuía problemas que preocupavam sobremaneira seus moradores, como as ruas sem pavimentação, os aquedutos das fontes públicas arruinados, “os detrimientos que padece a servidam publica pella estreita e turtuoza área da rua chamada das Cangostas huma das de maior tráfego do comercio” (ALVES, 1988, p.178).

Recuando um pouco no tempo, podemos perceber medidas similares adotadas em Vila Rica, no Brasil. No Auto de Correição, datado de 16 de novembro de 1745, estão registradas várias determinações relativas à captação das águas servidas e sua relação com a rua.

Acordaraõ em acto de correycão geral que Francisco Gomez de Oliveira encanasse as agoas Sujas, que vem a Sahir por hum cano que passa pelas cazas do Supplicante, o qual cano traz agoas fétidas, e de toda a Serventia da Casa do dito Gomez[...] Razaõ porque mandaraõ fosse notificado o dito Gomez para que no termo de quinze dias pacasse [passasse] **as agoas, por**

baycho da Rua Comsumindo-a por cano, de Sorte, que não appareão mais pelo prejuízo que podem Cazar não Sô [só] aos vizinhos, mas também aquém passa, ejuntamente porque **as Ruas publicas devem estar muy Limpas, eaceadas**, tudo com pena de Ser Prezo; Se no termo mencionado não tiver satysfeito aeste Acordão, eda Cadeya Semandar fazer tudo aSua Custa, alem da Condemnação que Serâ á arbítrio do Senado (Auto de Correyção Geral [...] em 16 de Novr.o de 1745 Apud BASTOS, 2014. p. 173.) [grifo nosso].

Observamos a importância dada ao asseio do espaço público e a existência de condutas adotadas para recolhimento das águas servidas. Entretanto, não foi possível investigar se havia um sistema de captação e, caso tivesse, qual sua extensão.

Por outro lado, o abastecimento de água para as cidades era tema fundamental, assim como sua abundância para permitir o cultivo de espécies.

Estas fontes de bicas baxas devem ter lugar próprio no meyo do lado das ruas travessas ao direito dos quintaes, postas de encosto as paredes, por que assim não desfazem a boa ruação e aonde ellas estiverem, ou passarem os seus aqueductos, não haverá a casa do meyo, porque ocupará a largurade dois chãos. Alem das fontes de bicas, pode haver tambem em muitos quintaes, ou pátios, possos de agoas para o serviço dos moradores (Auto de Correyção... fl. 30v Apud BASTOS, 2014).

Provavelmente, ele não ignorava as grandes obras de engenharia que há algumas décadas iniciaram na cidade do Rio de Janeiro e em Lisboa. São elas respectivamente: o Aqueduto da Carioca e o Aqueduto das Águas Livres, como vimos anteriormente.

A obra mais importante realizada na primeira metade do século XVIII, excluídas as fortificações para defesa da cidade, foi sem dúvida a canalização do rio Carioca, levando água potável por canaletas numa extensão de cerca de 6 km, sendo que no trecho correspondente à cidade corria sobre um aqueduto de dupla arcada terminando num chafariz de 17 bicas (CAVALCANTI, 2004, p. 317).

A obra foi iniciada ainda no século XVII. Em 1723 ganhou forma definitiva, projeto realizado por profissionais da cidade, onde trabalharam os mestres de obras Vicente Lopes Ferreira e Custódio da Silva Serra, contratados em 1719²⁶.

Em 30 de janeiro de 1742, os vereadores solicitaram ao rei a permissão da Fazenda Real para financiar a construção de mais um chafariz na cidade, que deveria se localizar estrategicamente defronte do Convento de Nossa Senhora do Carmo, pois abasteceria os moradores e as embarcações ancoradas no porto. No pedido, os vereadores ressaltam que a obra é “a mais pública e precisa para a utilidade comum” (AVULSOS Apud CAVALCANTI, 2004, p. 351).

²⁶ Percebemos que a obra do Aqueduto da Carioca iniciou antes do de Lisboa. Ver CAVALCANTI. Op. cit. Pág. 318.

O pedido foi acolhido pelo Conselho. E o conselheiro Alexandre de Gusmão solicitou ao arquiteto da Corte o projeto do chafariz, no caso, o arquiteto Carlos Mardel, o mesmo que iria trabalhar no Aqueduto das Águas Livres e na reconstrução em Lisboa. Desse modo, percebemos a amplitude da atuação dos profissionais a serviço do Reino, assim como sua conseqüente experiência acumulada que provocou José de Figueiredo Seixas a formalizar uma teoria sobre a matéria.

4. Sobre o ar que se respira na Cidade de Olinda

O Ar comum ou atmosférico, este fluido invisível, e universalmente difundido em roda do nosso Globo merece tanto mais a atenção e as indagações dos Filozofos, quanto ele he a única substancia de huma necessidade tão absoluta para a conservação da nossa vida que apenas poderemos subsistir hum só momento sem ele.

Além do que sabemos com toda certeza que da boa ou má qualidade deste elemento depende em grande parte o bom ou mau estado da nossa saúde (AHU, CU. Cx. 239, D. 16043. m. 0540).

Em 1802, o franciscano Frei José da Costa Azevedo escreveu, a pedido do Senado de Olinda, uma “Dissertação Chimica sobre a natureza do Ar atmosférico que se respira na Cidade d`Olinda e na Villa do Recife” (AHU, CU, cx. 239, D. 16043. m. 0540) para contestar a posição do brigadeiro Eugênio de Lócio Seilblitz. Este considerava a qualidade do ar da cidade de Olinda doentios para o estabelecimento do Regimento de Artilharia pleiteando sua transferência para o Recife. O religioso era “Professor Régio de Filozofia Racional e Moral e de História Natural e Chimica do Seminário Episcopal d`Olinda, Sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa”, sendo considerado à época a maior autoridade sobre o tema.

O documento solicitado pelo Senado da Cidade tinha como objetivo servir de fundamento científico ao pedido ao Príncipe Regente D. João, pleiteando que ele mantivesse o Regimento em Olinda conforme ordem régia anterior. Desse modo, o Senado junta cópia da Carta Régia de 12 de abril de 1699 à Dissertação, onde havia expressa proibição para a mudança do Regimento para Recife.

Por outro lado, o Brigadeiro Seilblitz, desejoso de mudar-se para a próspera Villa do Recife, mas sem poder expor seus reais motivos, apoia-se no medo de contágio que ainda assombrava boa parte dos habitantes das cidades. Boa parte do Velho Mundo ainda se recuperava das epidemias recorrentes, como as decorrentes da peste e da varíola.

Esta he a razão porque hoje mais que nunca tem sido este elemento o objeto das indagações, e das meditações dos Filozofos do nosso século, sendo os principais entre eles M. M. Priestley, L`Abbe Fontana, Ingen-hour, Lavoisier, Sennebier, Erhman (...) cujas descobertas fazem uma época tanto mais brilhante nos fastos da Chimica e da Medicina quanto são relevantes as

utilidades que delas se tem tirado, e que se podem tirar ainda pelo decurso do tempo.

(...) para que assim ou se evitem as cauzas conhecidas, que infeccionao o mesmo ar, ou sendo conhecida a sua natureza especifica procure cada um nas suas enfermidades aquelle que lhe for mais proficuo.

Esta sem duvida he a razão, porque o Muito Nobre e Respeitavel Senado desta Cidade d`Olinda, sempre zelozo pelo bem comum determina que eu dê o meu parecer, attestando, **se esta cidade d`Olinda pela sua situação, e ares he epidemica ou doentia, e se as agoas do rio Beberibe são nocivas a saúde dos povos, e se a Villa do Recife, pela sua situação, e ares he mais saudável, que a dita Cidade**, e tudo o mais que me parecesse ser preciso narrar sobre este importante negocio (AHU,. Op. cit.. m. 0540 e 0541) [grifo nosso].

Frei José da Costa Azevedo deixa claro que buscou precisão, clareza e método, respeitando assim os princípios ou “verdades experimentaes da Chimica Moderna”. E, deste modo, ele deixa evidente os fundamentos científicos de seu parecer.

O professor procede uma narrativa que se pauta nos seguintes pontos:

- 1º. A situação física da Cidade d`Olinda e da Villa do Recife como também as suas produçoens vegetaes e tudo mais que for preciso notar-se para virmos no conhecimento do objeto da nossa indagação;
- 2º. Qual seja a natureza do ar atmosférico, quaes os seus princípios componentes, e as diversas substancias aeriformes que ele contém em si;
- 3º. A verdadeira teoria da respiração animal;
- 4º. Os efeitos da luz sobre os vegetaes e as funçoens, que exercitão na Natureza estes corpos orgânicos;
- 5º. A applicação de todas estas verdades chemicas à situação d`Olinda e Recife e as suas circunstancias; como também a enumeração dos factos particulares que confirmaõ a theoria dos Chemicos modernos”

Percebemos logo no início uma estreita relação entre a qualidade do ambiente e a produção de vegetais, ou seja, a presença ou ausência desse cultivo no meio urbano sinalizaria o quão saudável seria a cidade. Ele é apresentado como indicativo da salubridade do lugar.

É interessante notar também o destaque que o Frei dá a presença da luz para as áreas de plantio presente na cidade. Essa questão está estreitamente relacionada às características do parcelamento urbano que, no caso de Olinda, oferece amplos quintais (LOUREIRO, 2008) que não estão sujeitos às sombras das construções.

Outro critério importante apontado pelo autor para sua análise química é a situação da cidade. Esse aspecto vincula a posição geográfica ao aproveitamento de recursos naturais, como os ventos.

O cientista defende a situação elevada da cidade. Ela “terá na sua maior elevação 300 pés pouco mais ou menos de altura sobre o nível do mar” e a proximidade de espaçosa

praia, pelo nascente, “izenta de toda immundicia e onde bate o mar alto” que favoreceria a renovação das águas e a dispersão dos dejetos.

Pela parte norte, ele descreve as áreas de plantio e pastagens, ressaltando não apenas a exposição ao sol e aos ventos mas também a ausência de alagadiços que poderia influir na “bondade ou malignidade d`atmosfera” (AHU,. Op. Cit. m. 0542).

Sobre o Rio Beberibe, Frei José da Costa Azevedo cita sua navegabilidade por canoas, assim como suas características físicas e regularidade. Entretanto, ele dá especial destaque ao sistema de abastecimento urbano promovido pelo represamento do rio em Olinda:

Há huma represa que obriga a espraiair-se a agoa. Esta represa tem 23 bicas e cada uma dellas dá escoamento a mais de huma telha d`agoa além de duas mais abertas que tempos onde se escoã as mesmas agoas em grande abundancia e vaõ todas misturar-se com a maré e fazer a navegação d`Olinda para o Recife.

Ora, como a quantidade d`agoa que traz o rio he igual aque sahe pelas bicas e canaes, deve parecer que as agoas estão estagnadas, quando ellas tem huma verdadeira correnteza (AHU,. Op. Cit. m. 0542).

A estrutura de captação de água presente na cidade e distribuída em várias partes de Olinda garantiria não apenas o abastecimento urbano, mas também seu escoamento, evitando assim a estagnação das mesmas e, portanto, a proliferação de doenças. Vale destacar que o sistema apresentado funda-se na diferença de nível proporcionada pela topografia.

Ao discorrer sobre as qualidades da cidade, o autor caracteriza as suas ruas como “desafogadas e lavadas dos ventos, não conservaõ em si lamas ou algumas imundícies que sejaõ permanentes, ou que façaõ algum sulto” (AHU, op. cit. m.0542), reforçando a eficiência do esgotamento das águas. A relação entre o arruamento e escoamento das águas no Brasil, remetem aos primórdios da urbanização, sendo observado em Olinda (LOUREIRO, 2008) e em São Paulo (REIS FILHO, 2004).

Em relação às habitações, Frei José da Costa Azevedo caracteriza como “casas com seus quintaes, e alguns bem espaçozos, além disso há grandes terrenos interpostos, cobertos de hervas, e outros vegetaes agrícolas” (AHU, Op. Cit. m. 0542). Desse modo, ele estabelece uma relação direta entre a qualidade da cidade e a presença de plantio em seu interior. Inclusive, ele aponta para a diversidade de gêneros cultivados em Olinda e nas áreas circunvizinhas para seu abastecimento.

Na Dissertação é apresentado uma lista de 102 espécies cultivadas, ressaltando haver outras não citadas. Dentre as elencadas pelo autor, podemos perceber uma grande variedade de gêneros que teriam origem e utilidade diversa. Podemos destacar na lista algumas espécies que apresentam propriedades medicinais que vem sendo empregadas até os dias atuais, como *Ricinus*, *Malva* e *Aloe*.

O autor ao comparar a cidade de Olinda à vila do Recife, ele destaca a insularidade da última como uma desvantagem. Porque possui as ruas estreitas e as construções em diversos andares e, portanto, mais concentradas e com pouca ou nenhuma área que sirva para quintal. Segue uma análise química sobre os perigos da concentração do gás carbônico e outros gases infecciosos.

Ele explora as más qualidades do solo urbano, destacando a dificuldade de abrir poços e fazer escoar as águas. Este problema é fundado na sua topografia plana e muito próxima ao mar e aos rios Beberibe e Capibaribe. Segundo o autor,

há algumas ruas ou praças, que no tempo de grandes chuvas, conservam as águas empoçadas, porque não acham escoantes e assim se fazem turvas e tomadas (?) pelas imundícies, que trazem consigo, e que ficam com putrefação, tendo-se evaporado parte das mesmas águas (AHU.Op. Cit. m. 0543.).

Ele segue discorrendo sobre os ventos, suas direções, o clima, a temperatura, a umidade e a pressão. E ressalta que este contexto favorece a ocorrência de alguns fenômenos como a susceptibilidade dos corpos ao mofo e à ferrugem.

Nesse aspecto, a situação geográfica, assim como, o abastecimento e escoamento de água, a largura das ruas, a concentração das construções e a abundante presença de quintais, estabeleceriam a superioridade de Olinda em relação a Recife. Pois, segundo Frei José da Costa Azevedo, todas essas características físicas corroboram para pureza do ar e, portanto, a saúde de seus moradores.

5. Cidade saudável, ainda um desafio

O século XVIII foi um período de grandes transformações no universo dos saberes. Assistimos a emergência nos domínios lusitanos de um discurso higienista que rapidamente reivindica o seu lugar no planejamento das cidades.

Este *fazer* ainda sem nome é mobilizado a se posicionar frente aos avanços científicos do seu tempo e ao interesse público. Para Seixas, era o momento de emancipar a matéria da Arquitetura Militar e, recorrendo à tradição, nomeia-a com o termo castiçamente português: Ruação. E, neste universo efervescente, percebemos os reflexos da experiência ultramarina na afirmação desse campo disciplinar, que busca incorporar práticas sanitárias.

Nesse momento de pandemia, cabe-nos indagar: nossas cidades são saudáveis? Até que ponto aprendemos com nossa tradição?

SÍTIO HISTÓRICO E PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A DEGRADAÇÃO DOS ATRIBUTOS PATRIMONIAIS NO CENTRO DE MACEIÓ/ALAGOAS DIANTE DO ISOLAMENTO SOCIAL

*Lúcia Tone Ferreira Hidaka
Letícia Naka Cartaxo Mishina*

1. Sítio histórico das relações cotidianas em perigo

Este artigo tem como objetivo apresentar as reflexões sobre a intensificação do problema do esvaziamento e da degradação do patrimônio cultural, principalmente dos atributos de uso e tipologias edificadas, no Centro Histórico de Maceió diante das restrições do distanciamento social decorrentes das medidas de contingência para a pandemia do SARS-CoV-2 a partir de março de 2020 até meados de junho de 2020, quando iniciou o processo de reabertura das atividades não essenciais, fase laranja, em Maceió, Alagoas.

O combate à pandemia do SARS-CoV-2 deve acontecer com priorização da vida humana, tendo como foco preservar a capacidade de assistência médica do Sistema Único de Saúde – SUS de atendimento à população. Em tempo e conjuntamente, soluções econômicas devem ser implantadas a fim de garantir fonte de renda para as famílias, manter o máximo de empregos e conceder recursos às micro e pequenas empresas durante este período (CARVALHO, 2020, p. 11). Ampliando o olhar, acrescenta-se que os desafios impostos pela propagação do vírus não se restringem à saúde e economia, também impactam nas práticas sociais, bem-estar e dinâmicas culturais imbricadas na apropriação territorial da vida cotidiana.

Estudos realizados pela Unesco (2020), em colaboração com organizações culturais ao redor do mundo, registram o impacto que a pandemia exerceu sobre o patrimônio cultural. Com o cancelamento de eventos, rituais, algumas das comunidades tradicionais não conseguem acessar os espaços de memória necessários para a manifestação das expressões, celebrações e modos de fazer, dentre os mais diversos desdobramentos e cenários de impacto no patrimônio cultural ao redor do mundo. Os sítios históricos ficaram em silêncio com a instalação da pandemia do SARS-CoV-2.

O Centro Histórico de Maceió, Zona Especial de Preservação – ZEP2 (MACEIÓ, 2005), maior polo comercial, cultural e institucional do Estado de Alagoas, é um local permeado por diversos transeuntes diariamente. Destaca-se dos demais, pois é, também, uma área de interesse cultural devido à valorização dos atributos morfológicos (tratando do traçado, conjuntos urbanísticos das praças, mirantes e o calçadão), tipológicos (relativo aos conjuntos arquitetônicos, casas térreas e sobrados históricos, o gabarito, o valor paisagístico de mirante dos edifícios e os elementos de caracterização tipológica) e de uso (a feira livre e atividades comercial, institucional e religiosa), que dão suporte aos significados e valores de longa data (AMORIM, 2013; HIDAKA *et al*, 2018; HIDAKA *et al*, 2019; MISHINA, 2019, p. 41).

De acordo com os estudos realizados nos últimos 5 anos (HIDAKA *et al*, 2015; HIDAKA *et al*, 2018, HIDAKA *et al*, 2019), constatou-se que o Centro Histórico de Maceió vinha apresentando um esvaziamento contínuo dos imóveis, com crescimento de 248% entre 2006 e 2019, mas apesar disso, o atributo imaterial de usos comercial e de serviço se mantinha, inclusive com a diversidade característica (MISHINA, 2019). Por vazios urbanos são entendidos os imóveis desprovidos de construção, sem uso ou subutilizados (CLEMENTE, 2006); lotes ou edificações que não garantem funções benéficas à sociedade e que não são classificadas como espaços livres públicos. Os estacionamentos, por exemplo, considerados como lotes subutilizados, não atingem nem sequer 30% do coeficiente construtivo, impactando fortemente na descaracterização do tecido urbano (MISHINA, 2019, p. 53) e da paisagem cultural.

Com as restrições do convívio social, o esvaziamento dos imóveis ficou em evidência, inclusive com o esvaziamento do espaço público. As apresentações de folguedos, danças e apresentações artísticas de coletivos culturais; além de celebrações religiosas, passeatas, protestos e pronunciamentos políticos, também não mais animavam o local. A vida entrou em suspensão e o esvaziamento do sítio histórico foi intensificado, alertando para o perigo do impacto nas relações cotidianas envoltas no construído patrimonial, atributo patrimonial relevante na significância cultural da ZEP2.

2. Suspensão da vida cotidiana e do cotidiano da vida

A partir da análise do panorama econômico do Estado de Alagoas, o professor Cícero Péricles defende que:

Os estados e os municípios são os entes que enfrentam a epidemia mais diretamente, porque todas as demandas na área da saúde estão sob sua responsabilidade, aumentando suas despesas. As administrações municipais e estaduais têm de encarar a pandemia trabalhando em duas frentes simultâneas: a frente sanitária (...), e a frente econômica, pois com o isolamento social, a queda do emprego e da renda média afetam, diretamente a vida social dos municípios (CARVALHO, 2020, p. 21).

O Decreto nº 69.541, de 19 de março de 2020, e decretos posteriores de caráter prorrogativo até 11 de junho de 2020, da ordem do Governo do Estado de Alagoas, declara a emergência no âmbito estadual decorrente da pandemia do SARS-CoV-2 (ALAGOAS, 2020). Sendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios garantir o acesso à saúde para todos (BRASIL, 1988), o Decreto é elaborado levando em consideração a declaração de pandemia da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a necessidade de redução de circulação de pessoas com vistas a diminuir a disseminação do vírus a fim de preservar a saúde da população alagoana. O isolamento social é uma das medidas de controle de maior eficácia, além das medidas de higiene.

As medidas de restrição entraram em vigor dia 18 de março de 2020, suspendendo as atividades de comércio em locais de uso coletivo caracterizadas pela aglomeração de pessoas; interrompendo os serviços de transporte rodoviário intermunicipal, reduzindo a frota municipal; e suspendendo o funcionamento dos trens urbanos. Além disso, adotou o *home office* nos órgãos públicos, com exceção daqueles ligados à saúde e serviços essenciais (fornecimento de água, polícia militar e civil, perícia, postos fiscais, cartórios, fiscalização ambiental, entre outros).

Nessas medidas gerais, já se vislumbravam impacto no sítio histórico. Prédios de órgãos públicos que aderiram ao *home office* sem a circulação de funcionários ou usuários; o silêncio da suspensão do transporte dos trens urbanos; a ausência dos ambulantes nas ruas, travessas e becos.

Mas, a medida de impacto na conservação dos atributos materiais e não materiais do Centro histórico de Maceió não tão visível e pouco discutida foi a suspensão do funcionamento das atividades de comércio e serviços não essenciais. Restaurantes, lanchonetes, bares, instituições religiosas, equipamentos culturais, centros de ginástica, estabelecimentos que praticam comércio ou serviços, galerias, centros comerciais, eventos e indústrias que não atendem ao segmento de saúde pública, fecharam para o público, com algumas poucas exceções. Atividades que caracterizam a diversidade do ambiente histórico do Centro, afetando um número de locatários e as relações contratuais com os proprietários imobiliários.

Art. 2º Em caráter excepcional, e por se fazer necessário intensificar as medidas de restrição, previstas nos Decretos Estaduais nº 69.529 e 69.530, ambos de 18 de março de 2020, fica suspenso, em território estadual, por 10 (dez) dias, a partir da 0 (zero) hora do dia 21 de março de 2020, podendo ser prorrogado ao final desse período, o funcionamento de: I - bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres; II - templos, igrejas e demais instituições religiosas; III - museus, cinemas e outros equipamentos culturais, públicos e privados; IV - academias, clubes, centros de ginástica e estabelecimentos similares; V - lojas ou estabelecimentos que pratiquem o comércio ou prestem serviços de natureza privada; VI - shoppings centers, galerias/centros comerciais e estabelecimentos congêneres, salvo quanto

a supermercados, farmácias e locais que prestem serviços de saúde no interior dos referidos estabelecimentos; VII - eventos e exposições; e VIII - indústrias, excetuadas as dos ramos farmacêutico, alimentício, de bebidas, produtos hospitalares ou laboratoriais, alto forno, construção civil, química, gás, energia, água mineral, produtos de limpeza e higiene pessoal, bem como os respectivos fornecedores e distribuidores (ALAGOAS, 2020).

O Decreto não apresentou nenhuma posição quanto às relações por trás desse cotidiano de ocupação e usos. O destaque aqui tratado relaciona-se com os agentes produtores do espaço, que consistem nos proprietários das edificações, comerciantes (locatários) e estado. Estes estão interrelacionados no sentido de que uma decisão do agente estado impacta diretamente a relação entre os proprietários das edificações e os locatários.

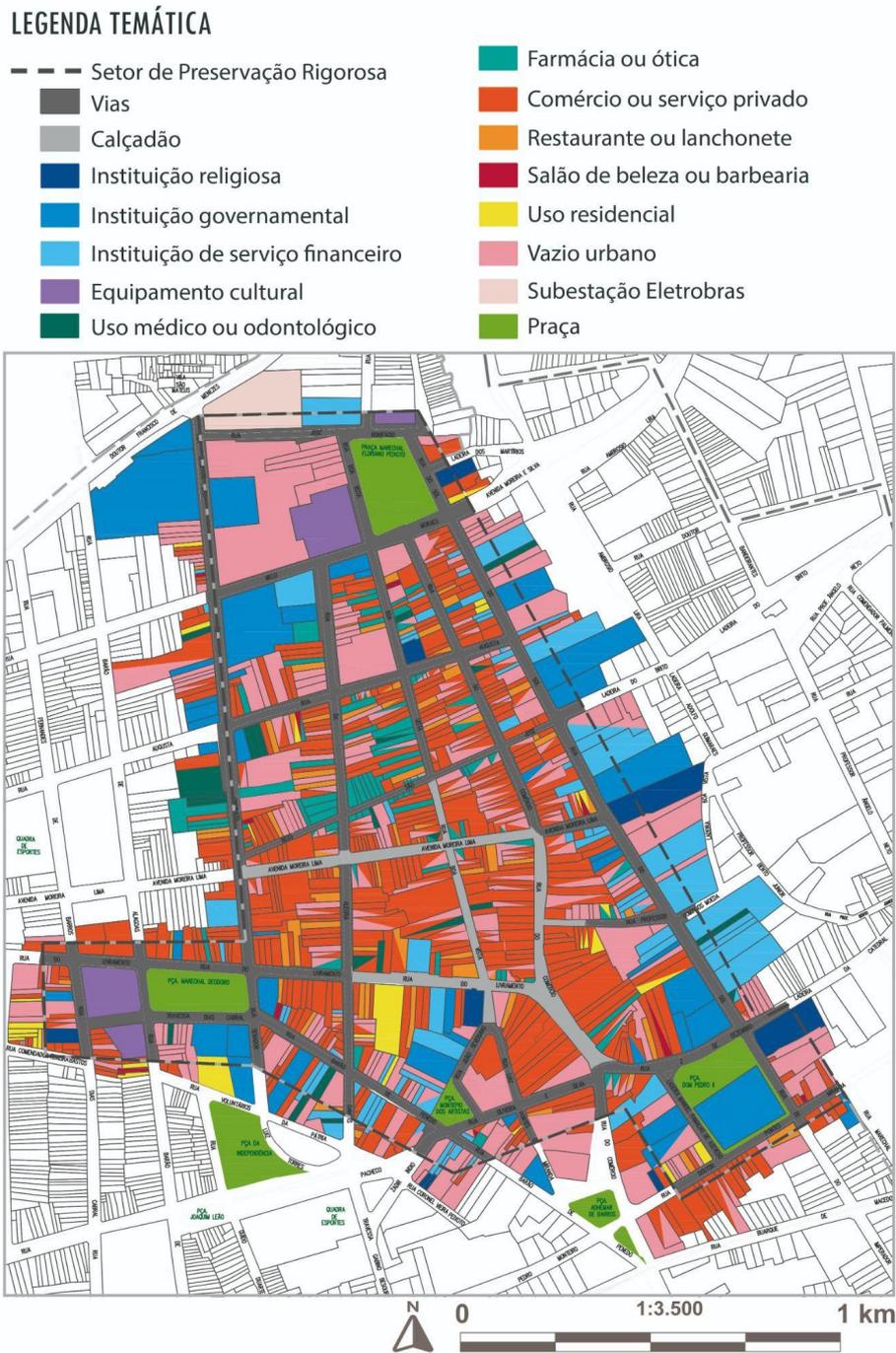
Em relatos informais observou-se problemas decorrentes da suspensão das atividades. A falta de flexibilização nos preços de aluguel aos lojistas, o aumento das dívidas com fornecedores, a não possibilidade de arcar com os custos com funcionários e os empréstimos aos bancos, foram alguns dos exemplos citados. Os locatários foram diretamente afetados com a restrição de suas atividades econômicas. Quantos? Difícil precisar.

No Centro de Maceió estão listados um total de mil oitocentos e noventa e oito (1.898) microempresas que possuem o registro ativo perante a Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) em números de julho de 2020. Sendo de acordo com o código CNAE²⁷, as maiores perdas relativas ao comércio varejista de produtos gerais novos ou usados – correspondendo a duzentos e oitenta e três (283) exemplares; ao comércio varejista de equipamento de informática, comunicação ou artigos de uso doméstico – com cento e sessenta e sete (167) registros; ao comércio de produtos farmacêuticos, artigos médicos e ópticos – condizente a cento e cinquenta e quatro (154) registros e aos serviços de alimentação e bebidas – contabilizando cento e trinta e cinco exemplares (135).

Do levantamento realizado no Setor de Preservação Rigorosa, recorte de maior concentração de bens culturais, restrições construtivas (MACEIÓ, 2005) e onde as atividades comerciais são manifestadas mais ativamente, com a presença do “Calçadão”, observa-se que as restrições vigentes até julho de 2020 abrangeram o fechamento ou restrição de abertura ao público de oito (08) instituições religiosas, quarenta e uma (41) instituições governamentais, setenta e duas (72) instituições ou prestadoras de serviços financeiros, quatro (04) equipamentos culturais, quinhentos (500) pontos comerciais ou de serviços privados, setenta e um (71) restaurantes ou lanchonetes e dez (10) salões ou barbearias que estavam em funcionamento até março de 2020, como identificado pelo mapeamento (Ver Imagem 1) feito a partir do levantamento de uso do solo de novembro de 2019 para o confronto com o Decreto (ALAGOAS, 2020).

²⁷ O código CNAE, ou Classificação Nacional de Atividades Econômicas, consiste na padronização oficial adotada em todo o território nacional referente às descrições de atividades que as empresas são autorizadas a executar.

Figura 1: Mapeamento do Uso do Solo do Setor de Preservação Rigorosa da Zona Especial de Preservação 2, Centro Histórico de Maceió.



Fonte: Mapeamento autoral, 2020.

Os comerciantes formais das atividades consideradas essenciais, numa tentativa de minimizar os impactos econômicos, espelhados nas ações dos serviços institucionais, passaram a adotar horário marcado para atendimento, ordenamento de filas com distanciamento social para adentrar estabelecimentos e exigência de uso de EPIs aos transeuntes e trabalhadores. O cotidiano fechava as portas.

Figura 2: Atributo patrimonial da relação entre o conjunto urbanístico edificado e espaço livre público e a diversidade de usos no calçadão do comércio.



Fonte: MISHINA, 2019.

A medida adotada pelo Estado (ALAGOAS, 2020) foi correta ao seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde, mas não ampliou o olhar para as relações que estão implícitas na dinâmica cultural do Centro. Não são tomadas providências quanto ao congelamento ou revisão dos aluguéis, despesas de água, luz e outras, pois o locatário não tem condições de se manter naquele ponto, tendo em vista que sua atividade – que dependia de uma grande rotatividade de pessoas na rua, principalmente no caso de lanchonetes, restaurantes e afins – foi suspensa, então essa relação de anos entra em colapso e atinge a questão da manutenção dos imóveis no perímetro histórico.

(...) [microempresas e empresas de pequeno porte] sofrem por dificuldades estruturais: volume pequeno de venda, baixa incorporação de tecnologia, pouca reserva de capital, difícil acesso a banco ou outra instituição financeira e as tradicionais dificuldades de gestão. As microempresas, tradicionalmente, trabalham sob uma pressão intensa da concorrência próxima, na mesma rua ou parte do bairro, onde está sua clientela. Além dos limites estruturais, apresentam dificuldades conjunturais, na medida em que seu público consumidor, sua clientela, é formada, basicamente, pelos segmentos C, D e E de consumo, de renda menor, para as quais o impacto negativo de uma crise é imediatamente sentido quando acontece o aumento do desemprego ou queda da renda média das famílias (...). (CARVALHO, 2020, p. 18).

Com esvaziamento do uso do imóvel, as edificações ficam sem cuidados e as patologias relativas à infiltração, rede elétrica ou mutilações começam a impactá-lo. A falta de manutenção da estrutura, torna-a mais suscetível ao arruinamento, e com isso os proprietários optam pelo fechamento de vãos com alvenaria de maneira a impedir que sejam sujeitos à depredação, infestação de vetores ou marginalização; consequentemente

a ambiência é afetada com a degradação do conjunto urbanístico em que está inserido (MISHINA, 2019, p. 57), comprometendo o sítio histórico como um todo.

Figura 3: Imóveis históricos subutilizados no Centro de Maceió – fechamento das esquadrias originais e a ação da umidade descendente, que gera o enegrecimento e descamação do reboco.



Fonte: MISHINA, 2019.

Os atributos patrimoniais do Centro Histórico de Maceió que já estavam em perigo quanto ao esvaziamento das edificações, ou subutilização destas, diante da pandemia ganha proporções maiores, pois afeta para além da pedra e cal. O esvaziamento dos usos comerciais não essenciais, mas que conformam um atributo de longa data de diversidade de usos, e consequentemente das tipologias edificadas, foi intensificado; fechando as portas e vedando as aberturas históricas.

A relação entre local construído e de usos/atividades diversos que parecia perene mesmo em meio à momentos de recessão econômica ou desastres ambientais ao longo da sua história, subitamente foi abalada com o aumento do contágio do SARS-CoV-2 na capital. No Centro, onde as relações de troca tátil – entre transeuntes, lojistas, dinheiro e produtos – definem a base de sua ocupação, o potencial de contaminação apresentava-se de grandes proporções.

3. Reflexões para além da suspensão do cotidiano da vida

A conservação da herança construída deveria ser considerada não como uma questão marginal ou à parte, mas como um dos principais objetivos do planejamento urbano e territorial (ICOMOS, 1975). As autoridades governamentais têm responsabilidade com a integração patrimônio e vida social, relação imbricada no Centro de Maceió que conforma um dos atributos patrimoniais de longa data do sítio histórico.

A pandemia do SARS-CoV-2 pôs em evidência os problemas de déficits sociais, desemprego e, principalmente das políticas públicas vigentes (CARVALHO, 2020, p. 43).

O Estado é o responsável tanto pela determinação quanto pelo cumprimento das funções reguladoras de uso e ocupação do solo (BELTRAME, 2013). Como proprietário de diversas instituições, equipamentos culturais e vazios urbanos, deveria ser de seu interesse adotar meios de atenuar as dificuldades financeiras impostas pelo distanciamento social.

É fundamental entender que o esvaziamento das edificações, a diminuição da diversidade histórica dos usos e a degradação do patrimônio cultural estão imbricadas nas consequências do distanciamento social. Ratifica-se a necessidade de políticas públicas de conservação integrada (ICOMOS, 1975) para a salvaguarda dos sítios históricos urbanos diante das proporções dos impactos socioeconômicos e culturais durante e após as restrições de convívio e mobilidade urbana.

Os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares (UNESCO 1976).

Os conjuntos urbanos tradicionais constituem um patrimônio insubstituível, de maneira que sua integração na vida contemporânea deveria ser uma obrigação governamental com todos(as) os(as) cidadãos(ãs) (UNESCO, 1976). Nossos sítios históricos devem ser resilientes não apenas para desastres ambientais, a resiliência social também deve ser buscada ao tratar da singularidade dos sítios históricos, que nos tempos de crise servem como força motriz de recuperação das relações sociais, estímulos sensoriais e inspirações culturais (UNESCO, 2020).

A suspensão da atividade não essencial em vigência entre março a junho de 2020 impactou os proprietários e locatários que tiveram suas atividades suspensas. A recuperação econômica dessas atividades/empreendedores, principalmente do ramo alimentício, foi extremamente afetada com a diminuição da demanda frente às obrigações financeiras de aluguel, funcionários, estoque, manutenção, entre outras.

É importante que haja o equilíbrio entre as funções econômicas de uso com a revisão das políticas públicas que possam auxiliar na manutenção e futura retomada comercial do Centro. Ao levar em consideração a falência de alguns empreendedores, estima-se que haja o aumento de vazios urbanos enquanto durar a pandemia do SARS-CoV-2.

O impacto da suspensão das atividades não essenciais no curto, médio e longo prazo precisa ser equacionado diante da complexidade dos envolvidos e das relações existentes. O pensamento dentro de uma lógica de política pública não pode ser simplista. Seguir a recomendação de distanciamento social para preservação da vida deveria vir conjuntamente com a garantia de minimização dos custos das concessionárias e locatários e da manutenção dos salários aos trabalhadores.

Entende-se aqui como salvaguarda das cidades históricas as medidas necessárias à sua proteção, a sua conservação e restauração, bem como a seu desenvolvimento coerente e a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea. (...) Para ser eficaz, a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser parte essencial de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada no planejamento físico territorial e nos planos urbanos em todos os seus níveis. (...) Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes (ICOMOS, 1987).

A recuperação do Centro Histórico de Maceió enquanto conjunto urbano remanescente do passado e local da vida comercial e de serviços de uma diversidade econômica e social em tempos de pandemia do SARS-CoV-2 parece, neste momento (início de restrições em fase laranja de reabertura), mais distante do que a dos demais centros comerciais privados. Para que a conservação das relações historicamente tradicionais entre o construído e as atividades que o animam no sítio histórico é necessário que sejam ampliados os instrumentos normativos para além da suspensão das atividades ou da restrição e adequação das atividades.

O Estado é o mediador e deve dialogar com a comunidade envolvida (comerciantes, trabalhadores, fiscais, transeuntes, outros) a fim de que se organizem caminhos possíveis de manutenção da vida diante da pandemia. Priorização da vida, retomada socioeconômica, manutenção dos trabalhos e salários, defesa dos atributos de uso diversificado e preservação do construído.

Vale sempre e por fim destacar, que a importância dos nossos lugares históricos, de origem e tradição, é serem lugares de afetos de longa data; e neles estão contidas as relações de troca, a memória e a identidade, com materialidades e imaterialidades, da dimensão coletiva e cultural do espaço Habitado. Lugares de conservação da vida e para a vida humana.

CIBERCORPOS EM MÁQUINAS AFETIVAS: DISTOPIAS FÍLMICAS

Walcler de Lima Mendes Junior

Juliana Michaello Macêdo Dias

1. Pandemia e o corpo em distopia

Uma forma de abordar o tema do espaço e da pandemia, propondo relações entre a materialidade dos acontecimentos e sua eventual tradução pelo campo da ficção distópica filmográfica, se dá através da ênfase em dois elementos que se encontram profundamente atravessados por essa ruptura provocada pela disseminação do vírus: o corpo em isolamento social e o corpo na condição de ciborgue, corpo-máquina, corpo orgânico-inorgânico, formado ao mesmo tempo por compostos que derivam do elemento carbono e dos demais elementos químicos que fundem uma base molecular presente em seres vivos, minerais e artificiais.

Para além de um mero ordenamento ou divisão entre um mundo orgânico e outro inorgânico, o que se propõe abordar neste ensaio aponta para o transbordamento cada vez mais evidente daquilo que a química moderna verificou, a partir da presença de cadeias de carbono em corpos artificiais, reformulando seus critérios de classificação. O corpo-máquina, o ciborgue, traz para o observador humano, aquilo que estaria restrito a uma condição molecular. Nem homem, nem máquina e, ao mesmo tempo, homem e máquina. Nem vivo, nem morto e, ao mesmo tempo, vivo e morto. O mesmo cabe para os pares de opostos, natural, artificial; nascido, fabricado.

Essa condição de não separação entre elementos naturais e artificiais, um corpo que brota e um corpo construído, está presente em cotidianos diários de muitas pessoas, portadoras de algum tipo de impedimento relativo à saúde ou ao uso dos sentidos, visão, audição, tato, como aparelhos de surdez, óculos com câmeras e fones de ouvido para cegos, braços mecânicos com movimentos de mão precisos, a bomba de insulina presa à cintura do diabético. Esses exemplos de relações entre corpo e máquina são observáveis de forma prosaica. Porém, há outras, menos óbvias, que merecem ser incorporadas nesse rol de discussão, seja pela naturalização com que se inserem no cotidiano de parte considerável

da população mundial, por isso, difíceis de serem percebidas como tal, seja pelo fato de funcionarem como dispositivos de sociabilidade, de produção de afeto, permitido, autorizado, através de uma comunicação intermediada por esses dispositivos.

O corpo-máquina, nesse sentido, já não se refere apenas aos dispositivos físicos que se acoplam aos indivíduos, por uma condição de impedimento ou deficiência, mas como interface de uso, se não obrigatório, tomado como imprescindível para o exercício atual de várias interações de sociabilidade. Uma sociabilidade do afeto, no sentido de regida por emoções ininterruptas, pelo imediatismo, pela simultaneidade entre acontecimento e narrativa, pela onipresença que subtrai a reflexão, o tempo de silêncio e pausa, em nome dessa experiência virtual voluptuosa, erótica, fetichizada e narcisista.

O espaço do corpo, em função dessas relações midiático-sociais, se expande através dos dispositivos que, ao ocuparem o lugar de tributários de nossa emoção, impõem outras lógicas de funcionamento e temporalidade, com a prevalência de um sentido de simultaneidade de relações de comunicação, da disponibilidade incondicional a esse espaço de relação que tem por consequência imediata produzir um efeito de presente estendido, em trânsito constante, que avança incorporando passado e futuro para dentro de sua própria condição temporal.

Tudo é e está presente. Ainda que se reconheça a “antiguidade” ela precisa se acomodar às condições da comunicação não-presencial, suas narrativas, seus personagens, seus objetos reconhecíveis a partir da propriedade de se permitir traduzir pelos dispositivos da comunicação digital. Como se para adquirir caráter de materialidade, acontecimento ou coisa que se aponta no mundo as Joias do Nilo precisassem ser antes de tudo reconhecidas virtualmente nos dispositivos.

Não se trata da mesma relação indireta proposta por um livro, mesmo pelo cinema ou por um aparelho de televisão, visto que, busca-se, de forma cada vez mais evidente, através de óculos de realidade expandida, visão de 360°, substituir a experiência física pela virtual. Nenhuma mídia ou suporte anterior pretendeu isso. E, não se trata de uma mudança apenas no tipo de tecnologia, mas também na relação com essa tecnologia. O cinema era um evento, muitas vezes um acontecimento especial naquela semana, que implicava deslocar o corpo físico à rua, levar o corpo ao espaço urbano, muitas vezes esse tipo de prática vinha associada a outras, um jantar, um encontro com amigos. A televisão também tem limites temporais e espaciais. Por mais que o aparelho invada o ambiente doméstico, continua sendo uma tecnologia presa à casa ou a determinado cômodo da casa, assim como, uma tecnologia, do ponto de vista do espectador, de mera recepção.

As novas mídias digitais, a começar com o computador caseiro que rapidamente vai transformar-se em *Laptops* e depois nos suportes de celular, acompanham o usuário para onde seu corpo se desloca. Marc Augé (2019) verá nessa dinâmica a ampliação do que cartografou como não-lugares numa escala que abarcaria agora mais do que nunca os espaços íntimos.

Estamos no mundo com referências totalmente artificiais, mesmo em nossa casa, o espaço mais pessoal possível: sentados diante da TV, olhando ao mesmo tempo o celular, o tablete, e com os fones de ouvido ... Estamos em um não lugar permanente. Esses dispositivos estão permanentemente nos colocando em um não lugar.

Também são tecnologias que transformam o usuário simultaneamente em emissor e receptor de mensagens. Cabe aqui refletir sobre as consequências dessas transformações tecnológicas, temporais e sociais na relação corpo-espço, considerando aspectos como o trânsito contínuo de emoções e experiências virtuais, assim como a quebra de barreiras entre espaço privado e público, cuja consequência é a ausência da figura da pausa reflexiva, elemento cada vez mais escasso no cotidiano.

Porém, uma questão de fundo que apela a ideia de liberdade do corpo, emerge, principalmente, considerando o momento atual de isolamento físico, quando não, de percepção de perigo na rua contaminada, quando não, de uma alienação sobre os acontecimentos, em que se vai à rua em nome da mesma emoção, disseminada nas redes, que oblitera qualquer racionalidade fruto de ato reflexivo. Sobre o sentido de liberdade, assume-se de forma prévia que os suportes digitais ao mesmo tempo em que conectam o corpo, a imagem do corpo, com outros corpos, também atomiza os corpos, operando uma mediação dessas relações entre imagens de corpos caracterizadas também pelo emocional em detrimento do reflexivo.

O trajeto proposto nesse ensaio busca, através da apresentação de ficções distópicas e futuristas do repertório fílmico localizado entre o final do século XX e início do XXI, justificar porque a aderência a essa condição de ciborgue se deu de forma tão naturalizada, sem resistências, sem subversões, como se essas transformações fossem, dado momento, impostas por um oráculo ou força de sobre determinação da vontade do homem e da sua relação com a natureza. Não se trata de justificar, no sentido de encontrar uma relação de causa e efeito, estabelecida entre as construções ficcionais e as formas de sociabilidade da sociedade moderna. O que se propõe aqui diz mais respeito a uma construção, uma arquitetura de imagens, operando por contrastes entre a narrativa ficcional e a percepção do contexto à qual pertence. Cabe ao leitor, o exercício criativo de pensar as possibilidades de relação, entre os dois campos, ficção e realidade, inclusive, mas não apenas, essa de causa e efeito.

2. Corpos maquínicos

Dentro dessa dupla invenção caracterizada por um mundo material e outro ficcional, vamos privilegiar narrativas de caráter distópico, em que a ameaça se apresenta, a princípio, como expressão de um perigo externo, um bárbaro, um alienígena, um vírus, mas que, no desenrolar do processo se apresenta como uma condição endêmica ao sistema e aos modos

de sociabilidade entre homens, cujo trânsito já traz previamente a marca do outro em si, esse homem-máquina, esse ciborgue, o *alien* em nós, sem o qual, nada mais faria sentido e que, nessa condição de pandemia, se intensifica e assume a autoria do corpo.

964 Pinocchio (Japão,1991) é um ciborgue desprovido de fala, lobotomizado, construído por uma empresa e vendido para a função de escravo sexual. Logo no início da trama o ciborgue fica impotente, por um mal uso ou funcionamento do sistema e é jogado na rua. Uma garota sem-teto, que vive nos subterrâneos da cidade, o recolhe para ensiná-lo a falar. Enquanto isso a empresa envia agentes para localizar e destruir o ciborgue defeituoso. Depois de muitos contratemplos, cenas escatológicas de tortura, finalmente, o ciborgue consegue escapar da empresa e de seus perseguidores puxando uma barra de concreto numa longa sequência que atravessa o centro de Tóquio, no famoso cruzamento de Shibuya, e segue em direção aos bairros periféricos e finalmente à zona industrial onde pede ajuda aos funcionários da empresa que desejam matá-lo desde o início da trama. No fim, a criatura mata o criador.

Dentro de uma estética urbana *cyberpunk*, o filme expõe, sob essa dicção grotesca, questões do não reconhecimento do outro, dos impedimentos de comunicação, das relações produtivistas que determinam a vida de pessoas e coisas, atacando a estética do espaço público asséptico japonês. A questão subliminar diz da interdependência entre o que é nascido e o que é fabricado e da necessidade do que é fabricado se libertar dessa condição de coisa. No início da década de noventa, essa dependência homem-máquina, respondendo às necessidades tanto de ordem produtiva quanto da ordem do prazer, ainda pareceriam idílicas, quiméricas, fantasiosas. Porém, com a absorção de mecanismos de inteligência artificial de vigilância e controle e da normatização da comunicação digital no cotidiano de bilhões de pessoas, o que seria uma fantasia grotesca sugere agora outra relação entre homem, máquina, espaço público, produtividade e prazer. Avatar em transmutação.

No filme, “*I’m a cyborg, but that’s ok*” (Coréia do Sul, 2006) a protagonista Yong-Goon trabalha em uma linha de montagem de aparelhos eletrônicos e em um surto corta os pulsos para conectar fios a si, a relação homem-máquina não poderia ser mais explícita. Haveria uma explicação emocional para o surto que passa pelas relações familiares, o enlouquecimento da avó, que imagina ser um rato, mas as questões de uma sociedade disciplinada, representada pelos profissionais da saúde e a necessidade de desenvolver uma relação de unidade com a linha de montagem, são aspectos do argumento que guardam uma clara crítica ao modelo de desenvolvimento que impõe um funcionamento maquínico aos seres humanos. Young-Goon vai para um hospício onde imagina que pode se alimentar de luz artificial e baterias e conversar com luzes, bicicletas, relógios e aparelhos de telefone sem sinal, dando um caráter animista para os objetos.

Imagem 1 - Corpo-máquina. Fotomontagem por Juliana Michaello, 2020.



Fonte: Juliana Michaello M. Dias, 2020.

O espaço do filme é a reclusão do sanatório, cujos internos não se adaptaram ao modelo produtivista e pragmático da sociedade. O ponto paradoxal é que ao se sentir um ciborgue, Young-Goon considera seu isolamento um desperdício, considerando que, sendo uma máquina, guarda propriedades e vantagens sobre as pessoas comuns. A doutora pergunta à protagonista, após retornar de um surto causado por inanição, “Quem é o presidente da Coreia?”. Young-Goon fica em silêncio e depois responde “Na verdade eu nunca soube”. Expressa aí o caráter robótico de uma sociedade despolitizada, feita para funcionar sob condições de estreita disciplina produtivista. A subversão contra o sistema, representado pela hierarquia do hospício, se reserva aos momentos de surto em que a protagonista se imagina um ciborgue armado com dedos de metralhadora que chacina médicos e pacientes. A personagem só voltará a comer através de um método maquínico desenvolvido por um interno quando todo o refeitório obedece a uma série de comandos reproduzindo uma linha de montagem, o espaço da fábrica.

Cyborg she (Japão, 2008) se baseia em um romance de jovens, quase adolescente, em que cabe a um ciborgue, com aparência de uma mulher de 20 anos, salvar um rapaz da mesma idade. A questão central está no fato do ciborgue ser fabricado pelo rapaz, quarenta anos depois, no futuro, que volta no tempo para salvá-lo de um tiroteio dentro do restaurante no dia de seu aniversário que o deixaria tetraplégico, preso a uma cadeira de rodas com braços mecânicos. Apesar do plano sair bem-sucedido para o rapaz, acompanhado da ciborgue, uma questão se instala entre os dois que diz respeito a ausência de sentimentos por parte dela, cabendo ao rapaz ensiná-los a ela.

Apesar de sua estética juvenil o filme traz um conflito, uma contradição. Ao mesmo tempo em que o ciborgue liberta o corpo do rapaz da tragédia no restaurante, aprisiona sua vida emocional. Após a sequência da destruição da cidade de Tóquio por um terremoto, o rapaz sobrevive, salvo pela ciborgue, para envelhecer e morrer ao seu lado enquanto ela permanece sempre jovem. Por fim, a memória do falecido é armazenada e através dela a ciborgue consegue reviver e sentir a vida que tiveram juntos. Apesar das *gags* e dicção de filme para jovens e adolescentes, o filme carrega a marca do desencontro no tempo, como tragédia, que só se reconcilia na ausência do corpo do protagonista e da reconstrução da nova cidade de Tóquio.

Esses três filmes orientais guardam em comum somente a presença do ciborgue, representado em três dicções distantes. Um exemplo de cinema cyberpunk, um filme com tensões psiquiátricas e uma comédia romântica, com final dramático. Em comum, dado pela presença do ciborgue, o contraste entre o ser que nasce e o ser fabricado. Ou ainda, a ideia do corpo natural em relação de dependência com o corpo artificial e os desdobramentos desse tipo de relação. *964 Pinocchio*, realizado em tons erótico-grotescos, expressa uma longa tradição da cultura moderna e *pulp* japonesa. Trata-se do desdobramento do que se classifica como *eroguro* (erótico, grotesco e *nonsense*), com implicações sociais, culturais e históricas daquela sociedade.

A marca do *eroguro* “es una visión artística y cuyo epicentro consiste en retratar un mundo de erotismo extremo, corrupción física y moral, decadencia, deformidad y crueldad que en su esencia última manifiesta un trasfondo absurdo sin sentido e incluso nihilista de la existencia, donde se confunden la risa y el horror, el placer y el dolor, la celebración de la carne y su humillación, lo monstruoso y lo sublime (PALACIOS, 2018, p.10).

Essa combinação de elementos e sensações paradoxais, onde cada virtude encontra seu reflexo contrário (idem, p.11), foi historicamente produzida para confrontar poderes conservadores, religiosos, patrióticos e moralistas, desafiando a censura do Império, desde antes da Segunda Guerra Mundial e mesmo a censura produzida pelas forças de ocupação estadunidenses no pós-guerra. No cinema essa estética se desdobrou em gêneros caracterizados por um cinema de submundo, como o *gore*, o *splatter*, a *Nova Carne* e o *cyberpunk* (idem, 73).

A ideia de relações inumanas entre o corpo biológico e o corpo máquina expressando insatisfação e subversão ocupa, nos tempos atuais, um lugar de denúncia a um modo de sociabilidade que se naturaliza de forma acrítica, em maior ou menor grau, em sociedades do mundo inteiro.

Um corpo, cujos membros e sentidos são potencializados por mecanismos biônicos que aumentam a velocidade de interação, fazem desaparecer distâncias físicas, convertidas em distâncias virtuais. Por outro lado também se pode imaginar esse corpo agora dependente desses mecanismos, como um corpo de membros atrofiados, ou mesmo um corpo sem membros que, na ausência das partes biônicas, não passaria de uma aberração, constituída somente por tronco e cabeça, como no clássico filme estadunidense “Johnny vai à guerra” que se converteu em um manifesto pacifista contra a participação do exército dos EUA na Guerra do Vietnam, ou ainda no conto japonês “A lagarta”, de Imomushi, 1929, cujo protagonista também é um herói de guerra que retorna sem pernas e braços para os cuidados da esposa, condenada a cuidar dele, como quem cuida de um símbolo nacional.

A relação do homem com um ciborgue ou sua transformação em um ciborgue é o que se experimenta no segundo filme, em que a protagonista, para combater as forças disciplinares da fábrica e do manicômio, referência explícita da crítica foucaultiana do biopoder, se transforma em um ciborgue para fuzilar todos que a ameaçam. Uma analogia com a ideia de uma resistência que, em grande parte, migrou das ruas, onde o corpo está exposto e vulnerável, para as redes sociais, onde o corpo físico está preservado no espaço privado e o manifestante se apresenta sob a condição de avatar, em uma relação de sociabilidade biônica intermediada pelos suportes digitais. A transformação da protagonista em um ciborgue pode ser interpretada como um gesto extremo de reação à perda da individualidade e identidade em um mundo produtivista e controlado. O suplemento, nesse caso, não deve ser pensado como um corpo estranho que gera pavor, mas como reação possível.

Por fim, o terceiro filme, sob a dicção de uma comédia romântica, também expõe as contradições entre o corpo que nasce e o que é fabricado. A ideia de um corpo que se origina a partir da ideia de um *deus ex machina*, mas que também é um homem, por sua vez preso a uma cadeira de rodas, que depende do ciborgue para se libertar dessa prisão. Porém, cai em outra, de caráter subjetiva, relativa às emoções impossíveis que deseja desenvolver com a ciborgue. O jogo de interdependência, de conformidade do corpo biológico ao corpo cibernético, assim como a ideia de extensão entre homem e máquina, presente nos três filmes, sugere assim uma condição em que, para estar e interagir com o mundo, é preciso lançar mão do artifício. Essa condição, obviamente, se radicaliza quando em um estado de pandemia, países, cidades e sociedades do mundo inteiro se encontram obrigados a adaptar cotidianos, relações de circulação, troca e convivência. Em grande medida, substituem-se as práticas originais por relações virtuais, com maior presença do elemento inumano, da vida virtual se impondo sobre a experiência física de contato e circulação das pessoas e mesmo das coisas e mercadorias.

O elemento virtual torna-se, então, estratégico à sobrevivência de todo tipo de troca, desde o mercado imobiliário, passando pelo funcionamento de restaurantes até uma feira livre popular. Em um cenário de pandemia, quem estiver fora da rede, sem acesso a seu corpo virtual, perde caráter da existência social. A medida que se desmaterializa um certo cotidiano, se materializa um cenário muito próximo de certas distopias, construídas em um futuro distante, aparentemente inalcançável.

A diferença entre os filmes até aqui analisados e os próximos reside nesse ponto. Uma percepção de que o futuro distópico, das invasões alienígenas de meados do século passado que metaforicamente mencionavam a Guerra Fria, assim como o desdobramento desse modelo em novos clássicos das décadas seguintes como *Alien*, *Blade Runner*, *Mad Max* ou o Quinto elemento, finalmente tivessem alcançado o cotidiano contemporâneo. O mito do super-homem cai por terra quando o criador desiste de ocupar o lugar narcisista do reflexo e cede esse lugar à sua criação, dela enamora-se e com ele se perde.

3. Desmaterializações

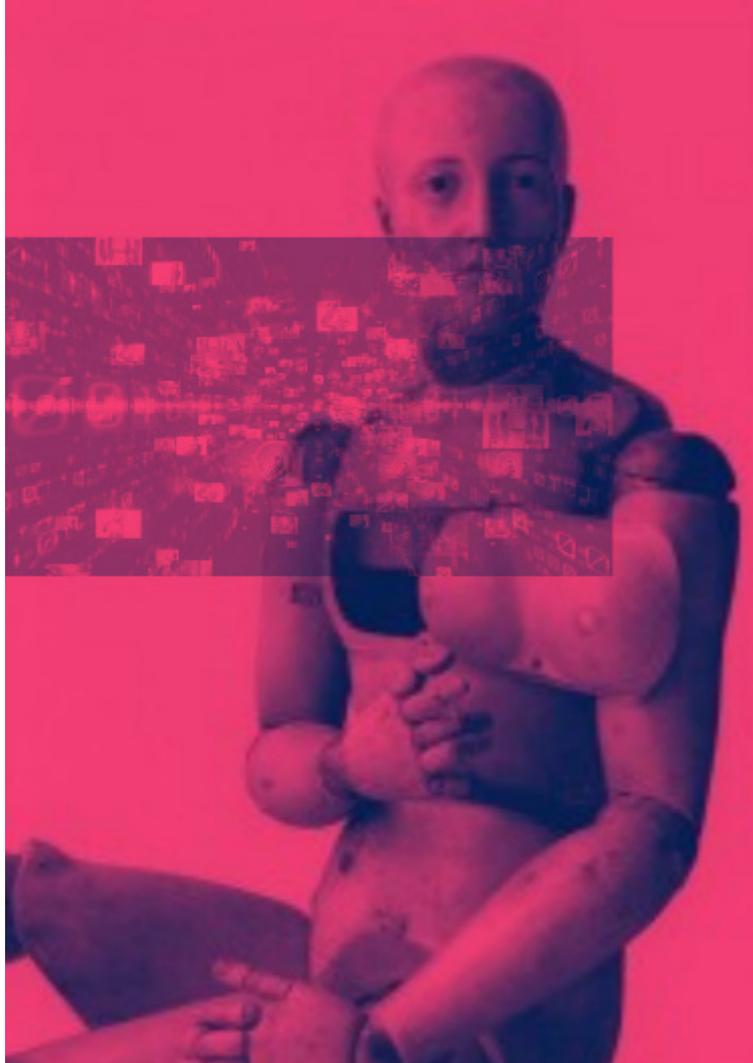
Em *Ex-Machina* (EUA, 2015) Caleb, um programador que trabalha na maior empresa de buscas na internet, a *Bluebook*, é convidado pelo principal CEO da empresa, Nathan, a passar dias em sua casa isolada (o próprio gênio da empresa vive confinado neste local, com a companhia apenas de sua governanta) para aplicar a um androide humanoide o teste de Turing²⁸, que determinaria a sua “realidade enquanto humana”. O teste parece viciado em seu princípio pelo fato de Caleb saber de antemão de que se trata de um androide, o que também não é ocultado pelo corpo artificial de Ava. No entanto, ao longo do desenrolar do teste, o programador se apaixona por Ava e fica convencido de que ela também está apaixonada por ele. Esse é o elemento chave para o que se seguirá no filme, com a manipulação dos sentimentos e percepções de Caleb por parte da androide que, fazendo com que este acredite que Nathan a maltrata, articula com ele uma fuga da casa-fortaleza. Ao fim, Ava manipula a todos e consegue fugir sozinha, deixando Nathan ferido e Caleb preso na casa, cujo sistema de segurança aproxima a uma prisão isolada.

Ao longo da trama, além da relação que vai sendo construída entre Ava e Caleb, há um subtexto na dimensão corporal da androide, que vai aproximando-a do humano. Aos poucos percebemos que a governanta, Kyoko, é também uma androide, e o corpo de Ava se assemelha cada vez mais ao de uma mulher. No entanto, não parece estar na dissimulação física a grande questão, uma vez que a androide se apresenta sem disfarces a Caleb desde o primeiro momento. A questão está na relação que se estabelece e de onde provém a capacidade de Ava enganar e manipular o programador. Ela não reside na imitação do humano, mas

²⁸ O Teste de Turing foi criado na década de 1950, por Alan Turing, como um experimento que pretendia verificar a capacidade de sistemas de Inteligência Artificial se passarem por humanos em interações sociais. O teste é realizado através de interação por texto e pressupõe que se 30% dos humanos com quem a máquina interagiu acreditarem ter interagido com um humano a mesma passaria no teste.

na quantidade de informações sobre ele que estavam disponíveis a ela através do seu histórico de navegação. Ava não *finje* ser humana, ela tem dados suficientes acerca do programador para utilizar seus próprios desejos, medos e interesses na manipulação. Os rastros deixados por todos nós diariamente nas pesquisas do *Google* e nas interações das redes sociais (a referência ao *Facebook* é explicitada no próprio nome da empresa) conformam uma rede algorítmica de memória usada diariamente por diferentes sistemas para reforçar nossas crenças, ajustar a publicidade aos nossos interesses e controlar nossas ações.

Imagem 2 - Androides sonham com o Google Meet? Fotomontagem de Juliana Michaello, 2020.



Fonte: autora, 2020.

No episódio “*Be right Back*” da série *Black Mirror* (Reino Unido, 2013), uma mulher que perde seu companheiro tem no armazenamento artificial da memória dele a possibilidade de reencarná-lo, numa nova versão, artificial, através do upload de seu histórico de navegação. Inicialmente a inteligência artificial que replicaria o marido estava implantada num chip em seu celular, com quem ela conversa longamente. Ao deixar o aparelho cair e desesperar-se com a possibilidade de perdê-lo, Martha resolve testar um novo serviço, em que a personalidade armazenada de Ash seria implantada num corpo artificial. O novo conflito se estabelece aos poucos pois o Ash artificial não age exatamente da mesma maneira

que o falecido, que permeia a memória de Martha. Provavelmente, se não tivesse morrido, o namorado orgânico também não corresponderia, pois estaria exposto às mudanças. A versão artificial difere da original naquilo que não estava gravado e naquilo que não estava previsto, e o incômodo gerado por essa dessincronia entre o desejo de reviver o que está morto e a replicação artificial do já vivido leva Martha a remover Ash de sua vida, condenando-o à vida no sótão.

A partir do *Google*, a memória passa a ser reestruturada, migrada para a interface extracorpórea. Essa inquietação faz emergir uma memória imediata, não profunda, hoje confundida com o *#tbt*.

Se a virtualização que separa corpos e experiências encontra um de seus exemplos no já clássico *Matrix* (EUA, 1999), podemos observar nas distopias mais recentes uma relação com essa mesma experiência de virtualização que não deseja a retomada do corpo orgânico. Se Neo, em *Matrix*, toma a difícil escolha de desalienação ao escolher o comprimido que o faz perceber a condição descarnada de sua experiência, em *Her* (EUA, 2013) Theodore é confrontado com a experiência de apaixonar-se pela artificialidade não carnal da Sistema Operacional Samantha. O personagem, que trabalha escrevendo cartas afetuosas para relacionamentos que não são seus, passa a estabelecer uma relação emocional profunda com Samantha, possuidora ela própria de uma personalidade que, como promete a propaganda, interage de maneira customizada com o usuário. Ao longo de toda a primeira parte do relacionamento, Samantha lamenta o fato de não ter um corpo, o que a tornaria mais próxima de Theodore. Deseja um corpo que coça, dói, tem peso. No primeiro momento em que fazem sexo, Samantha passa a sentir esse corpo espectral, que não possui, mas que sente.

A confrontação com a realidade virtual de Sam ocorre a partir do encontro de Theo com a sua ex-mulher humana, o que terá um efeito de deslocamento no relacionamento. Com ciúmes, Samantha contrata um serviço em que uma mulher real assumiria seu lugar como um corpo-mediador numa relação sexual com o namorado. Esse é o momento em que se agudiza o incômodo entre os dois. Theo não deseja o corpo inexistente de Samantha.

A partir deste momento todos os simulacros usados pela SO para parecer humana passam a produzir incômodo. “Pessoas precisam de oxigênio. Você não é uma pessoa”, diz Theodore, incomodado com um suspiro de Samantha. Após um período de afastamento e crise a SO muda a relação de desejo por esse corpo e passa a perceber não ter um corpo como algo libertador. Passa a se relacionar com outros sistemas operacionais, evidenciando o humano como insuficiente para suprir seus próprios desejos. Por fim, todos os SOs partem, deixando as pessoas despedidas e novamente confrontadas com sua humanidade que é, também, o corpo e sua materialidade finita.

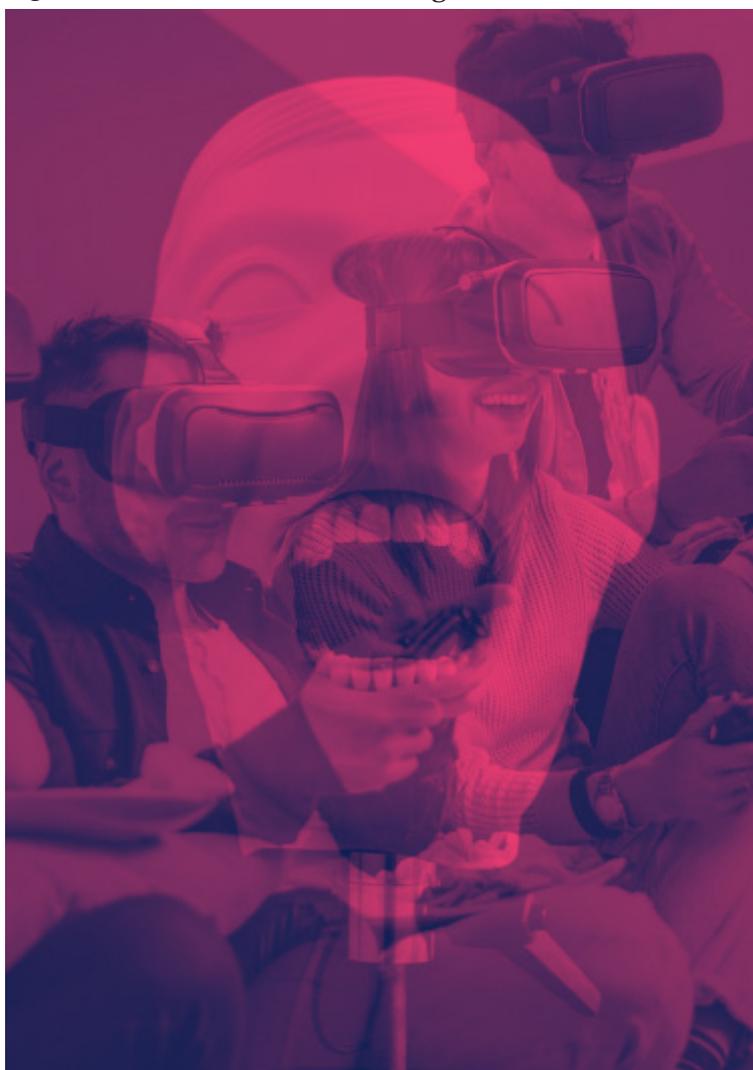
Se no primeiro conjunto de filmes apresentados a relação entre o artificial e o orgânico se estabelece no plano de um corpo-máquina desejado ou repelido, mas incorporado, na sequência que propomos neste segundo conjunto tratamos de uma relação com o artifício que caminha para uma desmaterialização.

4. Corpos hiperconectados e o cansaço da quarentena

Se durante parte do século XX o ciborgue em sua forma física pareceu povoar as distopias humanas acerca do estabelecimento do biopoder sobre os corpos dos homens, com os robôs e ciborgues ameaçando e ao mesmo tempo possibilitando a extensão da vida humana para além do humano, podemos pensar como aponta Sibilia (2004), que na nova condição “pós-orgânica” do homem a expressão do controle dos corpos passa por

(...) corpos ligados, ávidos, antenados, ansiosos, sintonizados — e, também, sem dúvida, úteis. Corpos acoplados à tecnologia digital, estimulados e aparelhados por um instrumental sempre atualizado de micro-dispositivos não-orgânicos (p. 223).

Imagem 3 - Histeria Virtual. Fotomontagem de Juliana Michaello, 2020.



Fonte: autora, 2020.

Ao longo dos agora quase cinco meses²⁹ da pandemia do “novo Coronavírus” os corpos passaram a ser disciplinados a ficar em casa e os contatos passaram a se estabelecer, de modo cada vez mais frenético, mediados por inúmeras telas, *links*, *Apps*. Nessa configuração da relação corpo-espço, o espaço público passa a significar o contágio. A cidade passa a ser pensada através do *Instagram* e as relações intersubjetivas se desmaterializam.

Tememos nossos corpos. Nossos pigarros, cansaços e ansiedades são sentidos como sintomas da Covid-19. Tememos os corpos que encontramos. A pessoa sem máscara, a senhora que nos toca por hábito da linguagem. Todos são convertidos em corpos-portadores. Desejaríamos que todos fossem corpos inorgânicos, não transmissores. Passamos a preferir os contatos inorgânicos.

No primeiro mês da quarentena uma enxurrada de *prints* de tela das mais diversas reuniões virtuais permearam a experiência das redes sociais. Uma enorme euforia pela conexão tomou conta de todos e celebramos a virtualidade cada vez mais implantada como chip em nossas mentes e cotidianos. Em fevereiro de 2019, Marc Augé em entrevista ao El País apresentava um panorama do que entendia como um processo de afastamento social vinculado paradoxalmente às possibilidades abertas pelas redes sociais:

É o grande mal das redes, que estão subvertendo a própria natureza das relações humanas. Alteram o espaço e o tempo: você pode entrar em contato com alguém, em qualquer lugar e circunstância, mas relacionar-se com o outro implica dedicar tempo e espaço específico a isso. É paradoxal: as redes sociais estão destruindo as relações sociais. As pessoas deveriam perceber que aquilo que as redes lhes dão não é suficiente.

Um sintoma de que algo não está funcionando como previsto diz respeito ao modo traumático como muitas pessoas tem se manifestado nessa condição de isolamento físico. As relações sociais, sob essa condição, passam a depender quase que exclusivamente da comunicação digital. Uma interface comunicacional. Mais do que isso, um suporte que se acopla ao corpo que passa a funcionar através dele. Corpos mediados, virtualizados, mediados por suportes digitais, cujos modos de funcionamento previamente programados, naturalizam as novas regras de convivência.

A metáfora da porta e da ponte proposta por Georg Simmel, ou dos fluxos e dos fixos, como proposto por Milton Santos, entram em colapso quando tudo é fluxo, tudo é ponte, ainda que parte dos corpos físicos se auto aprisionem em suas casas, não como punição, mas como privilégio de classe social ou acesso ao conhecimento racional, o mesmo que se encontra cada vez mais escasso nas mídias sociais.

²⁹ Este ensaio foi finalizado em agosto de 2020, Optamos por não atualizar no mesmo a data que coincide com a publicação, por entender que outras análises já poderiam ser feitas em 2021 e que este texto é testemunho de um momento específico da pandemia, que buscamos aqui evidenciar.

Escrevemos esse ensaio em julho de 2020, mês em que paradoxalmente a incompatibilidade humana com a vivência virtual imposta pela pandemia parecia explodir em intensas desobediências e insurgências “flexibilizadoras” da quarentena. O intenso desejo do corpo a corpo emerge como corpo irresponsável, ameaçador. Por um lado, é impossível negar que a presença no espaço público de um número cada vez maior de pessoas seja responsável por taxas de contágio assombrosas e risco de morte, principalmente para populações cujos corpos estão abandonados a condições de ainda maior vulnerabilidade. Por outro lado, a insuficiência de uma substituição das relações físicas pelas interações online também se mostra evidente, inclusive através da emergência de síndromes psicológicas específicas, como o *burnout*, usualmente vinculado a condições de trabalho exaustivas que vem sendo relacionado durante a quarentena às videoconferências e à hiperconectividade.

O corpo físico preso e restringido aos limites do espaço privado enquanto o corpo-imagem, escravo, avatar, se aventura e substitui a experiência do senhor, sem expor a carne ao risco de contágio. Mas e se essa divisão também não fizer mais sentido, ou, coisa pior, estiver em pleno movimento de inversão de papéis, entre quem ocupa o lugar do senhor e quem ocupa o lugar do escravo? Tal fenômeno não poderia responder melhor àquela condição do ciborgue, do homem-máquina. Em que o suplemento, não é mais percebido como tal, o estranhamento ocorre na sua ausência, na sua perda, no seu desaparecimento ainda que momentâneo. Desaparecido o aparelho celular, desaparece a pessoa. Nada mais sintomático dessa condição.

IMPEDIDOS DE IR, O MUNDO VIRTUAL TRAZ OS ESPAÇOS A NÓS!

Viviane Regina Costa Sá

1. Era o início de tudo...

No dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte, o Brasil iniciou um capítulo novo em sua história: a contaminação pelo novo Coronavírus fez seu primeiro registro de caso, e no dia dezessete de março, o primeiro óbito. Nesse pequeno intervalo, no território alagoano foi registrado o primeiro caso de Covid-19, em oito de março, o que colocou todo o estado em alerta e inaugurou um tempo de incertezas e desafios em como lidar com a pandemia instalada. Então, por decretos, os governos municipal e estadual passaram a determinar a dinâmica de funcionamento das cidades e os comportamentos necessários ao enfrentamento do desconhecido. Pouco a pouco, escolas, estabelecimentos comerciais e de serviços, shoppings centers, serviço público e até a praia tiveram suas “portas fechadas”. Eventos foram cancelados e proibidos, e a população precisou ficar reclusa em suas casas. Primeiramente por quinze dias, depois mais quinze, mais dez, mais doze, novamente por mais quinze e assim contabilizados mais de cem dias! Ao mesmo tempo em que portas da cidade real foram fechadas, inúmeros acessos da cidade virtual foram-se abrindo e ampliando em números. Restaurantes, bares, farmácias, mercados, lojas de materiais diversos passaram a fazer do e-commerce sua principal, e em muitos casos, única forma de permanecer atuando no mercado e efetivando suas trocas. As redes virtuais, como nunca visto em outro momento, passaram a ser a única possibilidade de (re)constituição do espaço terciário, tendo como território os lares! Esse texto traz algumas reflexões sobre as formas como o comércio e os serviços passaram a estar presentes e efetivos dentro das casas, nos espaços residenciais, na tentativa de abastecer, mas também de recriar espaços, sensações e novos lugares, porém sempre no mesmo cenário.

2. Entre proibições e liberações, implanta-se uma nova dinâmica e fecham-se as portas

Impactados e submetidos a um estado de alerta instalado por uma pandemia com um vírus fora de controle mundo a fora, Governo e Município iniciaram um processo de

tomada de decisões na tentativa de diminuir o contato social. Meio às cegas, mas pouco a pouco, decretos foram publicados determinando novas ações de diminuição da quantidade de atividades na forma presencial.

A primeira tomada de decisão teve como alvo as atividades educacionais. Pelo Decreto Nº 69.527, do dia dezessete de março de dois mil e vinte, estavam suspensas todas as atividades educacionais nas escolas, universidades e faculdades das Redes de Ensino Pública e Privada no Estado de Alagoas, a partir do dia vinte e três de março. Em cinco dias, alunos e professores estariam com suas atividades suspensas e com a proposta de que fossem antecipadas as férias escolares do meio do ano. E nesse sentido, pais e mães, pegos de surpresa, precisaram se reorganizar para dar conta de manter as crianças em casa sem qualquer programação previamente pensada e organizada. Mas eram apenas quinze dias, então tudo parecia, de certa forma, estar sob controle... Afinal seriam apenas quinze dias... Seriam...

No dia seguinte, mais um decreto, agora o de Nº 69.530 de dezoito de março de dois mil e vinte, suspendia imediatamente, no âmbito do Estado de Alagoas: eventos de qualquer natureza com público superior a 500 (quinhentas) pessoas em eventos abertos e 100 (cem) pessoas em eventos fechados; visitação em bibliotecas, museus, teatros e parques públicos, permanecendo o seu funcionamento interno; os jogos com público do Campeonato de Futebol no Estado de Alagoas, sendo permitidos jogos com os portões fechados; atividades coletivas de cinema; e academias de esportes de todas as modalidades. Naquele mesmo documento estava a recomenda o a bares e restaurantes em observarem a distância entre as mesas, que deveriam ser, no mínimo, de um metro entre elas. E ainda sobre a atividade portuária, estavam proibidas opera es de atracac o de cruzeiros e outras embarca es de passageiros de grande porte. O estado de Alagoas limitava o acesso ao seu território!

Dois dias depois, no dia dezenove de março, pelo Decreto Nº 69.541, estava instalada a proibic o de grande parte das atividades de comércio e serviços. A cidade começava a se fechar...! Estabelecimentos de alimenta o, institui es religiosas, equipamentos culturais e de práticas de atividades físicas e esportivas, shoppings centers, eventos, qualquer atividade de comércio e serviços em espaços coletivos, e transporte intermunicipal e o serviço de trens urbanos deveriam parar por dez dias. Nesse intervalo nenhuma atividade presencial poderia acontecer, apenas por serviço de entrega fazendo uso dos aplicativos. Estavam permitidas as atividades relativas às questões de saúde, incluindo as farmácias, e as atividades relativas ao abastecimento da popula o (mercados, supermercados e cong neres). Durante dez dias a cidade estaria com suas portas fechadas. Mas seriam apenas dez dias... Seriam...

PEGUE E LEVE!

Ao término dos dez dias, um novo decreto (Decreto Nº 69.577 de 28 de março de 2020) e mais oito dias de reclusão e permanência da proibic o das atividades. A novidade era a possibilidade de funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes na modalidade “Pegue e Leve” (Figura 1). O consumo no local ainda permanecia expressamente proibido. Então

restaurantes, bares e lanchonetes lançaram-se nas redes sociais na tentativa de chegar perto de seus clientes, divulgando seus produtos. Os serviços digitais possibilitariam a divulgação dos estabelecimentos comerciais e criariam um caminho de comercialização. Mas seriam apenas oito dias... Seriam...

Mas, no dia seis de abril de dois mil e vinte, o Decreto Nº 69.624 estendia as mesmas proibições por mais quatorze dias! A única liberação foi o funcionamento das oficinas mecânicas e estabelecimentos de higienização veicular. Até o dia vinte de abril, portas permaneceriam fechadas, e pela primeira vez, no feriado da Páscoa, as pessoas não poderiam celebrar nas Igrejas. Os encontros entre famílias e amigos não seriam possíveis e a única possibilidade de comercialização dos famosos ovos de chocolate só aconteceria pelos aplicativos e uso da internet. Mas seriam apenas mais alguns dias... Seriam...

Figura 1: Divulgação dos serviços delivery e “pegue e leve”.



Fonte: Perfil do Instagram @salebrasa.maceio.

Quase um mês de reclusão, a expectativa aumentada de ir às ruas e os números dos casos de Covid-19 só aumentavam. Naquele dia, doze novos casos eram confirmados e mais três mortes, totalizando 171 casos e 18 óbitos em Alagoas. No Nordeste já eram 9.312 casos e 583 óbitos. No Brasil, 38.654 casos e 2.462 óbitos. Com taxa de letalidade de 10,5%, a flexibilização do isolamento social não dava nenhum sinal de possibilidade (ALAGOAS. Informe epidemiológico de 21 de abril de 2020. Secretaria Estadual de Saúde). Então com mais um novo Decreto (Nº 69.700 de vinte de abril de dois mil e vinte), as determinações de restrições de funcionamento das atividades econômicas e sociais permaneceriam por mais quinze dias. Naquele momento, os agentes de saúde começaram a mudar a opinião sobre o uso de máscaras, até então recomendadas apenas àquelas pessoas com sintomas gripais. O entendimento passou a ser de que aquele acessório poderia ajudar na prevenção. Por isso, no mesmo decreto, estava posta a recomendação de uso de máscaras de proteção, industriais ou caseiras, por quem, durante a pandemia, precisasse sair de suas residências, principalmente quando estivessem em espaço e locais públicos, dentro de transporte coletivo ou em estabelecimentos em funcionamento. Em virtude da recomendação do uso de máscaras, estava liberado o funcionamento das lojas de tecidos e aviamentos para facilitar a fabricação. Também ficava liberada a reabertura de papelarias, bancas de revistas e livrarias, estabelecimento de profissionais liberais e concessionárias e revendedoras de

carros e motos. Em relação às aulas presenciais nas escolas, universidades e faculdades das redes de ensino pública e privada no Estado de Alagoas, todas permaneceriam suspensas até o dia cinco de maio. Naquele momento já somavam quarenta e dois dias sem aulas. Mas, mantinham-se as esperanças de ser por apenas mais quinze dias... Seriam...

ONDE ESTÃO OS ESPAÇOS?

“(...) o espaço é o lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.” (CERTEAU, 2008, p.202)

Nos primeiros dias do mês de maio, foi anunciado que por mais quinze dias, tudo deveria permanecer como estava! Ou não! O Decreto Nº 69.722 de quatro de maio de dois mil e vinte aumentou o nível de proibições e restrições. Dessa vez a orla marítima foi “fechada” (Figura 2)! Sim, estava proibido o acesso às praias, ao calçadão das avenidas beira-mar, a beira rio, a lagoas e praças, para prática de qualquer atividade, bem como o estacionamento em suas faixas.

Pela primeira vez, na história atual de Alagoas, os espaços públicos teriam que esvaziar! Estava proibida a permanência das pessoas em ruas e logradouros públicos (praças, alamedas, entre outros), para evitar aglomerações, e caso estivessem em qualquer espaço público, as pessoas deveriam, obrigatoriamente, estar usando máscara! O uso da máscara também estava obrigatório para acesso aos estabelecimentos em funcionamento, que só poderiam abrir suas portas à metade de sua capacidade de atendimento. A organização espacial e os comportamentos e condutas também ganharam novas exigências: os clientes deveriam estar organizados sempre em filas dentro e fora dos estabelecimentos, distantes minimamente um metro e meio uns dos outros; o acesso seria permitido à apenas uma pessoa por família; e entre clientes e funcionários dos caixas, deveria haver um anteparo. Todos próximos, porém, separados por uma distância de tamanho indefinido por um anteparo transparente! Máscaras no rosto e anteparos à frente, nenhum contato e pouca ou quase nenhuma conversa, apenas mantendo o essencial! Onde estava a troca da atividade comercial? A troca que vai além da moeda pelo produto. A troca da notícia, da informação... Por hora, deveria permanecer apenas a troca do que era essencial! Distantes também permaneciam alunos e professores: as aulas presenciais nas escolas, universidades e faculdades das redes de ensino pública e privada no Estado de Alagoas, mais uma vez estavam proibidas e, dessa vez, até o dia trinta e um de maio. Todas essas ações representavam uma tentativa de diminuir a curva dos casos da nova enfermidade, que até então, só crescia!

Figura 2: Praias interditadas e espaços públicos “fechados”.



Fonte: www.jornaldealagoas.com.br e arquivo pessoal.

Espaços fechados, espaço público esvaziado... Mas seriam por apenas quinze dias... Seriam...

Finalizado mais um período de isolamento social decretado, e a rotina não desejada, porém de certa forma já prevista se repetiu: novo decreto (Decreto Nº 69.844, de 19 de maio de 2020) e mais onze dias sem comércio e serviços não essenciais, “sem orla”, sem espaços públicos, sem aulas presenciais... Cada vez mais a população precisava restringir sua permanência ao espaço residencial. Àquele momento muita coisa já havia se reinventado: comemorações, festas, refeições, encontros, celebrações litúrgicas, tudo passava a fazer uso do mundo virtual para tornar-se possível! A virtualidade passava a ser a única forma de promover a aproximação tão desejada. Tudo parecia estar numa luta desigual de precisar se acostumar com a recém-criada expressão “novo normal”, com o enorme desejo de que o “antigo normal” se instalasse novamente. Mas seriam apenas mais onze dias no “novo formato”... Seriam...

Ao término do mês de maio, encerrava o prazo de suspensão das aulas presenciais em escolas e faculdades públicas e privadas e o prazo do decreto anterior que mantinha as proibições de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais, equipamentos culturais e de lazer e instituições religiosas. Olhos e ouvidos atentos a mais uma “live³⁰” do então Governador Renan Filho para as novas decisões sobre o funcionamento das cidades alagoanas. Um misto de surpresa, porém já esperado, o anúncio era que tudo se mantinha como estava por mais dez dias (Decreto Nº 69.935,

³⁰ Live em português significa, no contexto digital, “ao vivo”. Na linguagem da Internet, a expressão passou a caracterizar as transmissões ao vivo feitas por meio das redes sociais. As lives são feitas de forma simples e ágil, geralmente sem limites de tempo de exibição ou de quantidade de espectadores (<https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/03/0-que-e-uma-live-saiba-tudo-sobre-as-transmissoes-ao-vivo-na-internet.ghtml>).

de 31 de maio de 2020): sem aulas, sem comércio e serviços presenciais, sem eventos, sem encontros. De certa forma tudo paralisado no mundo real, mas acelerado e em constante inovação nos espaços virtuais. Salas de bate papo, ambientes de divulgação, aplicativos, plataformas digitais, tudo proporcionando a criação de redes de encontros e aproximação entre pessoas, produtos e espaços.

Mas as festas juninas estavam à porta, desejando invadir as cidades! Cores e brilhos, fogueiras, bandeiras e balões, tudo para devolver a vida ao que estava em silêncio e vazio. Por isso a nova esperança de que apenas seriam mais dez dias... E mais uma vez, o verbo fica no futuro do pretérito: seriam...!

Seriam... porque também às vésperas do Dia dos Namorados, no dia nove de junho o novo decreto (Decreto Nº 70.066 de 09 de junho de 2020) anunciava que nada mudava até o dia vinte e dois de junho. Os encontros dos casais não lotariam bares e restaurantes com enormes listas de reserva e espera do mundo presencial, mas no mundo virtual, tudo estava cheio de propostas e anúncios de realização daquele dia de maneira inovadora. As aulas presenciais também permaneciam suspensas até o dia 31 de junho, e naquele momento, reuniões de professores, aulas, defesas de trabalho final de graduação, qualificações, dissertações e teses de doutorado, tudo já acontecia com certo ritmo de normalidade nas plataformas digitais.

Uma vez que as portas presenciais não se abriam, cabia à criatividade humana encontrar um meio se realizar seus anseios, necessidades e concretudes do dia a dia.

3. Portas reais fechadas, portas virtuais abertas: as novas ruas de mercado!

A necessidade da troca induz ao encontro. E o encontro acontece onde existe o fluxo de pessoas que, por sua vez, cria o lugar do mercado (VARGAS, 2001:156).

Ao anúncio da interrupção das atividades presenciais, as atividades econômicas precisaram se reinventar e encontrar uma forma de manter-se em funcionamento. Aplicativos e plataformas rapidamente tiveram o número de downloads e usuários ampliados repentinamente. Aulas, reuniões, encontros, festas, celebrações, shows, refeições, compras (inclusive de supermercado e das quitandas) estavam a todo vapor nas vias proporcionadas pelas redes virtuais. Estavam criados os novos lugares de encontro! Não mais lojas e lanchonetes, não mais ruas e calçadas, não mais bares e cafeterias! Não mais... pelo menos naquele enquanto!

A educação foi uma das primeiras áreas a passar pela reviravolta de transformar seus momentos presenciais em encontros online. Então surgiram as primeiras indagações de como tornar possível a educação que não era a Educação à Distância, mas que tinha ganho um dos termos evidenciados pela pandemia e que não aparecia na literatura: o

Ensino Remoto. Fazendo uso das palavras da Profa. Dra. Eliana Rodrigues, pró-reitora acadêmica do UNISAL – Centro Universitário Salesiano, as diferenças entre EAD e Ensino Remoto estão: no formato das aulas (na EAD as aulas são gravadas e disponibilizadas em plataformas digitais para que o aluno acesse no momento e lugar oportuno e no Ensino Remoto as aulas acontecem ao vivo nos mesmos dias e horários de quando aconteciam presencialmente); na regulamentação das aulas (na EAD as aulas são regulamentadas para alguns cursos e no Ensino Remoto, as aulas foram regulamentadas pelo Ministério da Educação em caráter emergencial enquanto durar a pandemia); e nas metodologias (na EAD existem metodologias próprias para que esta se efetive e no Ensino Remoto a metodologia é a mesma utilizada nas aulas presenciais) (Mensagem gravada à comunidade acadêmica do UNISAL, disponibilizada pela plataforma *YouTube*, no dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte). O ponto chave da discussão é que o espaço da sala de aula estava naquele momento limitado à tela de computadores, *tablets* e celulares. Ao invés de alunos sentados em carteiras escolares, professores tinham imagens de alunos organizadas e registradas em pequenas telas virtuais. O pedido de silêncio estava substituído pelo pedido de desligar o microfone! Eis o novo arranjo espacial das salas de aula: uma tela, uma câmera e um *plugin* de microfone! E o desafio em adaptar os alunos e os professores aos novos arranjos “espaciais” e às novas tecnologias impostas às salas de aula e a todos os tipos de aula e disciplina, inclusive educação física, música, yoga e qualquer modalidade ofertada pela escola (Figuras 3 e 4).

Talvez mais acostumados com o fluxo de mercadorias saindo de seus estabelecimentos e chegando à casa dos consumidores, comércio e serviços também precisaram se reinventar para fazer com que seus espaços não deixassem de ser “visitados” por seus clientes e seus produtos não deixassem de ser comercializados. Com a permissão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais atendendo aos pedidos através de aplicativos e do sistema “pegue e leve”, lojas, bares, restaurantes e lanchonetes também enveredaram pelas possibilidades de comercialização através da internet. De acordo com os dados disponibilizados em uma pesquisa realizada pela ABCOMM (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico), desde o início da pandemia, mais de 107 mil lojas aderiram às vendas pelo comércio eletrônico para continuar vendendo e mantendo-se no mercado. A média mensal antes da pandemia era de 10 mil lojas por mês. “Entre março e abril deste ano, o *e-commerce* cresceu 41%. Esse aumento é decorrente da pandemia, quando as pessoas viram nas lojas virtuais suas principais opções de compra” (<https://abcomm.org/noticias/as-reinvencoes-do-varejo-no-e-commerce/>).

Figura 3: Aulas remotas nas residências.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 4: Aulas remotas nas residências.



Fonte: Arquivo pessoal.

Na segunda quinzena de março, quando o isolamento social foi decretado na maior parte das cidades, sobretudo nas capitais brasileiras, a venda de supermercado através do e-commerce apresentou um crescimento de 270,16% quando comparado ao período pré-pandemia. As farmácias também apresentaram alta de 41,56% no mesmo período, brinquedos e jogos tiveram seus pedidos aumentados em 434,70%, artigos esportivos 211,95%, e eletrodoméstico 96,66% e cosméticos 88,02%, no início do mês de abril (ABCOMM – Relatório da pesquisa E-commerce de produtos durante a pandemia da Covid-19).

UTILITARISMO OU PRAZER?

Onde está o prazer de ir às compras? Quais compras são permitidas agora, dada a incerteza da economia e, em muitos casos, a diminuição da renda mensal e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais? Utilitárias ou Hedônicas, quais compras se efetivam? As compras hedônicas, ou melhor dizendo, aqueles momentos de efetivação de trocas, que não envolve necessariamente a compra de um produto, mas sobretudo o encontro, a experiência com o lugar, com as pessoas, essas compras, rotuladas como não essenciais, por hora estavam comprometidas. Os seus efeitos de suspensão vão além da economia, do valor agregado à moeda. Seus efeitos estão postos no social, na prática dos lugares e da cidade. De acordo com João Teixeira (2012), o valor da compra hedônica vai além das relações comerciais:

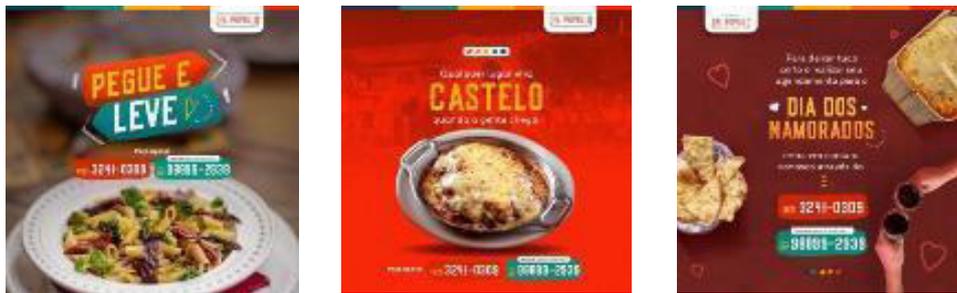
As compras hedônicas podem ser terapêuticas (BABIN et al., 1994). Muitos consumidores engajam-se na compra hedônica como um meio de gerenciamento do seu humor (BAUMANN; CIALDINI; KENRICK, 1981). Os compradores com fins hedônicos parecem derivar sua gratificação de prazeres hedônicos imediatos (FISCHER; ARNOLD, 1990). A compra hedônica é geralmente expressa pelos aspectos recreacionais da busca de uma loja, independentemente da compra ocorrer (JARBOE; MCDANIEL, 1987). O prazer da compra inclui a oportunidade de interação social com amigos, familiares ou até mesmo com estranhos, além da estimulação sensorial, que inclui o escapismo da rotina da vida diária e novas informações à respeito das tendências e da moda (WESTBROOK; BLACK, 1985). Embora os consumidores busquem tanto o valor de compra hedônico como o utilitário na maioria das situações de compra, o ato de fazer compras pode ser considerado como fazer compras com um objetivo (compra utilitária) ou fazer compras como um objetivo (compra hedônica) (TEIXEIRA, 2012).

Além dessas questões, destacamos aqui características inerentes às compras hedônicas, que estão atreladas ao seu desenvolvimento: (i) entretenimento - satisfação e prazer pessoal com fim em si, capaz de melhorar significativamente o bem-estar e a autoestima das pessoas; (ii) interação social - socialização entre familiares, parentes e amigos; (iii) gratificação - intuito de relaxar, aliviar o estresse e melhorar o estado de humor negativo; e (iv) voyerismo - exercício fantasioso de contemplação de coisas, pessoas ou experiências. Somam-se ainda os fatores de acompanhamento das tendências e a valorização do dinheiro (ALBUQUERQUE et al., 2010). Destacamos os quatro primeiros aspectos inerentes às compras hedônicas no intuito de enfatizar que não apenas a “compra” deixou de ser efetivada, e nisso o realce está na questão econômica, mas muitos aspectos psicológicos comprometem-se quando o impedimento de aquisição presencial está posto. Portanto, nos números do e-commerce está presente a questão utilitária de se proporcionar que as mercadorias circulem, mas também a possibilidade de satisfação proporcionada pelo fluxo virtual. Ou seja, muitos produtos podem ter sido adquiridos como episódios de satisfação pessoal em suprimento a não possibilidade de ir às compras.

Os pedidos por aplicativos também cresceram significativamente, finalizando o mês de março 51,28% maior quando comparado ao início do mês. E a venda de refeições de restaurantes aumentou 33,74% entre os meses de abril e março (ABCOMM – Relatório da pesquisa E-commerce de serviços durante a pandemia da Covid-19). Os costumes de saídas para bares, lanchonetes e restaurantes precisaram abruptamente adaptar-se à “normalidade” de fazer os produtos e serviços desejados chegarem às residências e lá desempenharem as funções nos novos espaços “multifuncionais”. Sim, espaços multifuncionais! As residências passaram a ser o lugar com múltiplas funções: a extensão das salas de aula, dos escritórios, das empresas, das academias, das igrejas, das casas de eventos, dos bares, dos restaurantes, das lanchonetes... E de tudo o que de desejasse visitar. Entre os meses de março e junho, nas datas comemorativas do Dia das Mães, páscoa e Dia

dos Namorados muitos estabelecimentos criaram oportunidades de oferecer seus serviços na casa de cada cliente, permitindo que as datas importantes fossem celebradas (Figura 5).

Figura 5: Divulgação dos serviços de restaurante.



Fonte: Perfil do Instagram @delpollo.

Da mesma forma, as empresas do ramo de festas, sobretudo de festas infantis, buscaram inovações para comercialização de seus serviços e produtos com a nova proposta: a festa no rack (mobiliário utilizado nas salas de estar destinado à televisão e equipamentos eletrônicos de áudio e vídeo). Decoradores, buffets e designers gráficos passaram a anunciar pacotes de serviços com vendas de salgados e doces entregues através do sistema delivery, aluguel de mesas e bandejas temáticas e a produção de artes visuais para substituir os grandes painéis fixados nas paredes atrás da mesa principal. E os convidados? Todos reunidos através de plataformas digitais! E eis que as salas de estar ganharam uma nova função: salões de festas. Tudo para que os festejos acontecessem (Figura 6).

Figura 6: Festas organizadas no mobiliário da sala e celebrando através de encontros online.



Fonte: Arquivo pessoal e site *fazendonossafesta.com.br*.

Nas datas celebrativas, a Igreja Católica viu os lares de muitos fiéis também transformarem-se em diminutos templos, adornados com a montagem de pequenos altares

para aproximar os lugares. Através de canais de televisão e plataformas digitais, missas e momentos de oração foram transmitidos com o objetivo de ultrapassar as paredes e construções, vencer o isolamento, e a partir da espiritualidade alimentar a fé dos católicos (Figura 7).

Figura 7: Missas transmitidas através de canais de televisão e pela internet.



Fonte: Arquivo pessoal e perfil do Instagram @docemaededeus.

Antigamente, escondidos nas catacumbas, os cristãos se reuniam para professar a fé e alimentar a alma. Hoje, escondidos em suas casas, e com Igrejas vazias, o Cristo Ressuscitado permeia os lares através de antenas de TV e sinais de internet. Impedidos de ir às Igrejas celebrar, o mundo virtual possibilita a “transformação” dos espaços profanos em espaços sacros.

Cidades vazias, bairros esvaziados, espaços públicos sem ninguém. Fluxo apenas de mercadorias e informações. Ninguém podia se encontrar! Decisões de isolamento social que visaram preservar a vida e desacelerar a reprodução de um vírus mortal. O ritmo do movimento da sociedade ditava o ritmo pandêmico: quanto mais as pessoas se mexiam e se colocavam em público, muito mais rápido se espalhava o que não se podia ver e nem deter. Quanto mais as pessoas se aquietassem em seus nichos residenciais sozinhas ou apenas com seu núcleo familiar e lá ficassem por horas e dias, mais devagar o novo vírus tendia a ficar. Por isso comércio e serviços rapidamente precisaram fechar suas portas para que as pessoas não tivessem para onde ir.

Onde estariam os encontros? E a vitalidade proporcionada pela troca? E as novas centralidades, onde estariam?

A pandemia do novo Coronavírus colocou a vida numa verdadeira montanha russa, sem respeitar idade, condição econômica, raça... Ela fez o mundo se reinventar! Esvaziou lugares e encheu outros, ampliou o território virtual! Separou famílias e amigos, e juntou muita gente de uma só vez numa única tela. Fechou portas e abriu portais! Parou o fluxo de pessoas e acelerou o fluxo de mercadorias. Transferiu centros geográficos para sites, plataformas e aplicativos. A dinâmica da vida momentaneamente desligou nos termos presenciais e foi ligada na velocidade da transmissão de dados via satélite. Mudou a voltagem e criou novo ritmo.

4. Quando o fim então chegará?

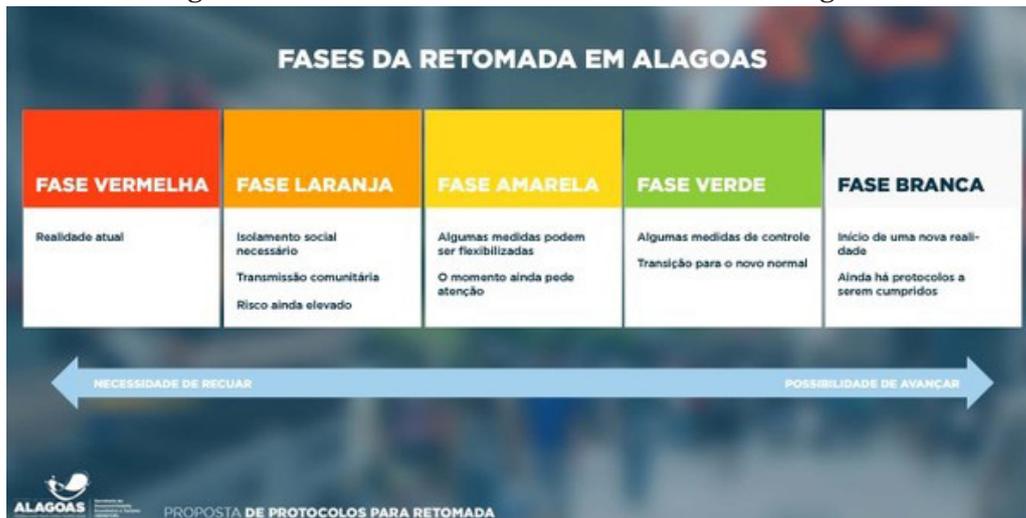
O que fica e o que vai? O que permanece e o que não volta nunca mais? O que será o tão discutido “novo normal”? Como serão as novas práticas sociais de encontros e convivências? Como serão as celebrações e festas? Como as lojas, shoppings e galerias passarão a funcionar? Muitas perguntas e quase nenhuma resposta porque toda e qualquer decisão está diretamente ligada ao comportamento dos números pandêmicos. A invisibilidade de um vírus, tornando-se visível em números de leitos de hospitais, casos confirmados, pessoas recuperadas e óbitos, passou a ser a rédea da vida urbana, acelerando e desacelerando os novos passos e rumos da dinâmica citadina.

VERMELHA, LARANJA, AMARELA, VERDE E BRANCA!

Bandeira Branca, Amor! Não Posso Mais!
Pela Saudade que Me Invade
Eu Peço Paz!
(Dalva de Oliveira)

Naquele momento (ao término do mês de junho de dois mil e vinte), o Governo de Alagoas divulgava um “Plano de Reabertura do Comércio” (SEDETUR, 2020), dividido em fases, cada uma com cor correspondente e datas de previsão para que as mesmas fossem executadas. Vermelha, Laranja, Amarela, Verde e Branca eram as cores que marcavam cada etapa (Figura 8). A fase vermelha correspondia ao momento da manutenção das proibições e dos fechamentos, ou seja, o seu término indicaria certa flexibilização do isolamento social e reabertura dos espaços. As portas tenderiam a se abrir!

Figura 8: Fases da retomada das atividades em Alagoas.



Fonte: SEDETUR. Proposta de protocolos para retomada.

Na fase laranja estariam liberados a funcionar: lojas ou estabelecimentos de rua com até 400m² (quatrocentos metros quadrados), porém em horário reduzido; salões de beleza e barbearias com quadro de funcionários reduzido em 50% (cinquenta por cento); e Templos, igrejas e demais instituições religiosas com 30% (trinta por cento) de sua capacidade.

Um primeiro suspiro, uma primeira possibilidade de (re)encontros, um passo para devolver a vitalidade das cidades. Porém nenhum comportamento poderia ser fora do estabelecido pelo protocolo sanitário instituído pelas autoridades responsáveis. Todas as pessoas teriam que: usar máscaras, utilizar álcool em gel e higienizar sapatos. Os estabelecimentos teriam que: controlar o fluxo de pessoas, oferecer o serviço de *drive thru*, manter clientes, usuários e funcionários distantes um metro e meio, sobretudo em filas, desativar provadores, ajustar layout adotando medida de dois metros entre estações de trabalho, aumentar a frequência de limpeza do ambiente e de higienização dos equipamentos! Novos desafios, novas condutas, novas exigências, era o tal do “novo normal”!

Na fase amarela, portas abertas de: lojas ou estabelecimentos de rua acima de 400 m² (quatrocentos metros quadrados); shoppings centers (sem cinema e sem áreas infantis), galerias e centros comerciais; e bares e restaurantes - exceto aqueles localizados na orla de praias, lagoas e rios - funcionando com 60% (sessenta por cento) de sua capacidade. Templos, igrejas e demais instituições religiosas poderiam ampliar para 60% (sessenta por cento) de sua capacidade. Mais um passo rumo à vida de volta nos espaços das cidades. O passo seguinte estaria determinado pela fase verde, com a permissão de funcionamento de: cinemas, teatros e museus com capacidade reduzida em 40% (quarenta por cento); academias, clubes, centros de ginástica com capacidade reduzida em 50% (cinquenta por cento); bares, restaurantes, barracas de praia e atividades congêneres com 80% (oitenta por cento) da capacidade; atividades e comércio na orla de praias, lagoas, rios e piscinas públicas; receptivos e transportadoras turísticas com 70% da capacidade; templos, igrejas e

demais instituições religiosas com 80% (oitenta por cento) de sua capacidade; e transporte intermunicipal com 80% (oitenta por cento) de sua capacidade.

Apesar do avanço nas permissões, os cuidados postos pelo protocolo sanitário deveriam ser seguidos à risca e as aglomerações ainda precisavam ser evitadas. Por isso, para reuniões e eventos a prioridade ainda deveria ser a realização das mesmas através de videoconferências, e em caso de necessidade, até poderia acontecer na forma presencial, porém com no máximo cinquenta pessoas.

As pessoas pediam, a cidade clamava para que se instalasse a fase branca na qual todas as atividades seriam permitidas em sua plena totalidade, mas sempre obedecendo aos protocolos sanitários, afinal eles já estavam (ou deveriam estar) incorporados ao novo cotidiano implementado. Tudo para assegurar que os dias não retornassem à “normalidade das” portas fechadas.

As ações possibilitadas pela rede virtual inseriram um novo modo de comportamentos e práticas sociais e econômicas que se refletiram e, com certeza, estarão refletidas nas configurações espaciais até que a sensação de segurança se reestabeleça outra vez. Estabelecimentos comerciais e espaços públicos e coletivos serão vivenciados de modo muito distinto do que se fazia antes dos ditames pandêmicos. Os limites expandidos pela necessidade de isolamento social empurraram as pessoas para dentro de suas casas e impulsionando a abertura e ampliação dos espaços virtuais. É provável, e talvez desejável, que as fronteiras se estreitem novamente, porém acontecerá de modo muito particular e individualizado, resultado das experiências pessoais de vivência da pandemia do novo, e ao mesmo tempo, já tão novo, Coronavírus.

As portas físicas começarão a abrir, muita coisa voltará a funcionar, mas a cada passo para fora dos ambientes isolados, as avaliações dos números concluirão se é possível continuar caminhando, ou se será necessário recuar os passos para garantir que a vida seja preservada.

REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE CONFORTO ERGONÔMICO EM APARTAMENTOS NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19

Thaisa Sampaio Sarmiento

Vilma Villarouco (in memorian)

Polyanna Omena C. Santos

1. A casa e os hábitos do morar

A casa é nosso abrigo, lugar de descanso e acolhimento, mas também lugar de convívio social e de realização de tarefas domésticas e íntimas. Mesmo diante da evolução tecnológica, a função primordial da habitação se mantém, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos (ABIKO, 1995).

A definição de moradia também está ligada aos elementos funcionais da habitação, leva em consideração os hábitos de uso da casa, identificando o modo de vida dos usuários nos seus aspectos mais amplos. Uma constatação disto registra-se quando se analisa o uso de uma mesma casa, ao longo do tempo, por famílias ou pessoas diferentes. Os mesmos invólucros, os mesmos entes físicos, transformam-se em moradias diferentes, com características diferentes, cujos hábitos de uso dos moradores, ou usuários, são a tônica da mudança (MARTUCCI; BASSO, 2002).

A ergonomia do ambiente construído estuda as relações entre usuário e ambiente, na realização de atividades, com base na adequação do ambiente às necessidades e desejos humanos. De acordo com Villarouco (2011), a ergonomia extrapola questões puramente arquitetônicas, foca o seu posicionamento na adaptabilidade e conformidade do espaço às atividades que nele irão se desenvolver. Essa abordagem se aplica aos estudos da moradia, na medida em que a habitação é a edificação que exerce maior impacto na vida das pessoas, devido ao seu vínculo emocional e físico com os usuários, impactando no bem-estar, na realização das atividades, na saúde e na satisfação de todas as pessoas.

Este capítulo desenvolverá uma análise ergonômica parcial de apartamentos residenciais que contemplam de O1 e O2 quartos, a fim de discutir as inadequações existentes em relação a aspectos de habitabilidade e funcionalidade.

2. Modo de vida contemporâneo

Segundo Palermo (2009), até 1960 as habitações tinham boa qualidade projetual, pois começava-se a dar importância a funcionalidade, conforto, iluminação, ventilação e circulação. Entre os anos de 1960 e 1980 a habitação perdeu a qualidade com a redução abrupta dos espaços. Em meados os anos 1980 até os dias atuais, a casa vem adquirindo novas funções sociais, e além disso, vem sofrendo uma contínua redução dos espaços, principalmente das cozinhas, banheiros e quartos. Estas mais recentes características são agravadas na produção do edifício habitacional para as camadas sociais menos favorecidas economicamente.

A problemática da habitação popular envolve uma série de fatores sociais, econômicos, financeiros e políticos, e, avaliando o índice de satisfação do cliente brasileiro, percebe-se que há uma rejeição considerável do usuário em relação ao imóvel adquirido, evidenciado no número de reformas e ampliações produzidas após a ocupação.

A partir dessa rejeição, nenhuma comprovação de viabilidade estrutural ou econômica detém representatividade. Uma vez que o espaço projetado agride as representações cognitivas e sensoriais do indivíduo, qualquer outra adequação dimensional ou quantitativa passa a ser vã (VILLAROUCO, 2001, p. 203).

O mercado imobiliário apresenta uma tendência (registrada inicialmente nas habitações de interesse social, expandida para imóveis de classe média baixa) de redução dos espaços. Esses espaços concebidos com caráter tradicional de vivência social e familiar sendo fortemente reduzidos, opõem-se ao aumento das atividades desenvolvidas, com o acréscimo de computadores, equipamentos etc. Muitas pessoas veem-se, cada vez mais, precisando exercer suas atividades laborais em casa.

Nesse contexto, a adequação dos espaços torna-se de vital importância quando a pretensão é de melhorar tanto a qualidade de vida, como o nível de satisfação e bem-estar dos usuários, principalmente os menos favorecidos economicamente.

Representativos estudos sistemáticos de avaliação do ambiente construído e sua adequação à realização das tarefas, continuam sendo desenvolvidos por profissionais preocupados em evidenciar a importância da participação conjunta de usuários e projetistas na elaboração de projetos. No entanto, esta efetiva colaboração não acontece, e a produção de moradias inadequadas continua se perpetuando, até que em momentos extremos, os problemas eclodem; dando visibilidade a questões anteriormente embutidas nas produções lucrativas do mercado imobiliário.

Vasconcellos (2011) estudou tamanhos de imóveis no Brasil, e apontou que em 2005, 24% de novos imóveis tinham até 55m², e que esse tipo de imóvel cresceu em 2011 para 39%. Esse crescimento foi devido aos incentivos governamentais e à melhor empregabilidade da

população, fatores que impulsionam o mercado da construção civil. Deste modo, a tipologia de habitação compacta ganhou espaço no mercado, possibilitando a realização do sonho da casa própria a muitas famílias brasileiras.

Os apartamentos construídos após os anos 2000, geralmente apresentam dimensões reduzidas, baseados em conceitos de flexibilidade e de espaços abertos e multiuso. Assim, muitas famílias brasileiras já vinham lidando com as questões do subdimensionamento residencial, especialmente em apartamentos. Essas situações costumavam ser amenizadas pela livre circulação em espaços coletivos dos condomínios, na vizinhança próxima, nas ruas e praças e pelas longas rotinas de trabalho em espaços externos à habitação.

No espaço doméstico convivem pessoas diferentes, compartilhando experiências, ambientes, mobiliário e equipamentos cotidianamente. O modo de vida contemporâneo e as recentes transformações sociais que interferem diretamente neste padrão espacial são objeto de estudo relatados em publicações de Brandão (2011), Vasconcelos (2011) Camargo (2003), Costa Filho e Villacorta (2018), Pereira (2015) e Logsdon et al. (2019).

Costa Filho e Villacorta (2018) discutiram a maneira como as pessoas usam os ambientes habitacionais de acordo com fatores individuais, sociais e culturais que precisam ser conhecidos e considerados quando se faz um projeto arquitetônico ou de interiores. Nessa pesquisa com 258 pessoas, os pesquisadores encontraram que 29,45% já realizavam alguma atividade de trabalho em casa, como autônomos. Sendo que para essa atividade, o ambiente escolhido em sua maioria foi o quarto (especialmente quando o quarto era de uso de apenas um ocupante). A mesma pesquisa apontou que o computador é um equipamento presente na maioria das casas brasileiras, sendo que em 27,13% das moradias havia 1 computador, em 28,68% havia 2 computadores e em 23,25% havia 03 computadores. Os pesquisadores destacaram que:

O uso do computador, consagrado em multifinalidades, parece ter se tornado (...) essencial para toda a família. (...) Além do mais, trouxeram para dentro da habitação contemporânea a possibilidade não só do trabalho, mas também, de informações, serviços e entretenimento, que certamente promovem impactos, sugerindo mudanças no desenho do espaço habitacional (COSTA FILHO e VILLACORTA, 2018).

Com registros frequentes na literatura especializada, os estudos desses usos, das dimensões e das tipologias da habitação, ganham destaque no atual momento vivido pela humanidade. Com a necessidade de isolamento social decorrente da prevenção à contaminação com a covid-19 os olhares se voltam às questões da moradia, notadamente pelas multifunções que passam a desempenhar.

3. A moradia e a pandemia de covid-19

No momento de pandemia, vivido em 2020, os problemas da habitação parecem gritar, quando significativa parcela da população é instada a viver a casa de modo intenso, efetivo, laboral, numa vivência nunca experimentada em décadas recentes. Nota-se o crescimento das discussões sobre o papel da habitação na vida das pessoas, já que vieram à tona conflitos interpessoais e inadequações espaciais. A permanência em casa por um período prolongado e a realização simultânea das atividades domésticas e do trabalho remoto agravaram a percepção dos desconfortos anteriormente desprezados, especialmente em apartamentos de pequeno porte, em habitações de interesse social e em moradias precárias. Um texto da década de 1980 parece escrito para os dias de hoje:

O mundo parece espaçoso e amistoso quando concilia os desejos do ser humano, e parece limitado quando eles são frustrados. Atividades conflitantes geram uma sensação de apinhamento. Em um pequeno apartamento urbano, uma atarefada mãe tenta cozinhar, alimentar o bebê, ralhar com a criança que está aprendendo a andar e derramou comida no chão, e atender a campainha, tudo ao mesmo tempo. Um fatigado pai volta para casa e não consegue encontrar um canto sossegado, longe de suas crianças briguentas e falantes. Se essa família se mudasse para uma residência adequada, sem dúvida a tensão diminuiria e aumentaria a serenidade da família (TUAN, 1983, *apud* VILLAROUCO, 2001, p.58).

Na pandemia do Covid-19 – doença ocasionada pela infecção do indivíduo pelo vírus SARS-CoV-2, que pode ocasionar desde um simples resfriado até uma pneumonia severa – os fatores de desconforto ficaram mais evidentes devido a necessidade do isolamento social, para conter o contágio do vírus na população. Neste período têm-se exigido dos ambientes domésticos uma maior flexibilidade, para abrigar seus usuários na realização de tarefas diversas, como por exemplo trabalhar, se exercitar, estudar, meditar, rezar, cultivar, tomar banho de sol, recrear, fazer trabalhos manuais, lavar roupas e cozinhar com mais frequência entre tantas outras. O desafio atual tem sido no sentido de tornar flexíveis os ambientes domésticos (muitas vezes já abarrotados de móveis) para atender uma gama maior de atividades e necessidades.

Como adequar os ambientes para tais necessidades? Como tornar os ambientes multiuso? Como trabalhar enquanto o outro dorme ou assiste tv? Como montar seu local de trabalho/estudo/fazer exercícios físicos? Muitos espaços estão sendo ressignificados para atender a essas demandas.

Pelos motivos citados, a habitabilidade, a funcionalidade, a privacidade, a acessibilidade e a ergonomia nos ambientes domésticos ganharam novo foco. O termo habitabilidade refere-se à casa em relação à sua adequação de moradia. Leite (2003) e Vasconcellos (2011) apontam para a habitabilidade como desempenho da habitação, quanto aos aspectos técnico,

humano, econômico, simbólico, social e funcional. A funcionalidade recai fortemente sobre a ergonomia, o dimensionamento espacial, a flexibilidade e a capacidade de circulação interna, envolvendo também a adequabilidade para acomodação de usuários em cada ambiente.

4. O olhar ergonômico sobre a habitação

Uma vez falando-se em adequação dos espaços, faz-se necessário uma abordagem ergonômica do ambiente construído, levando em consideração o humano, personagem central do ato de habitar e que tem sido negligenciado em diversas soluções habitacionais. Muitas são as variáveis envolvidas na identificação da adequabilidade de um ambiente construído, o que torna a tarefa de aferi-la demasiadamente complexa, notadamente quando a encaramos sob o enfoque da ergonomia.

A Ergonomia do Ambiente Construído (EAC), preocupa-se com a forma como as pessoas interagem com o ambiente a partir dos aspectos sociais, psicológicos, culturais e organizacionais, contribuindo com a identificação de inadequações e/ou aspectos positivos de ambientes de atividades, seja em uma unidade fabril, seja em ambiente residencial, seja em ambientes outros quaisquer.

Para Mont'Alvão (2011), com a integração de conceitos como ambiente arquitetônico e ambiente do desenvolvimento das tarefas, em função das capacidades, habilidades e limitações humanas, a ergonomia faz-se ferramenta necessária para o entendimento desse sistema, focando na interação humano-ambiente-atividade.

Além disso, o estudo do sistema ambiente-usuário constitui área significativa de interesse na busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Essa melhoria é conferida ao ambiente construído pela ergonomia, através da tecnologia de interface humano-ambiente, que se utiliza de vários métodos para avaliar a relação usuário-ambiente em suas atividades (PAIVA, 2012). Nessas condições, o espaço físico ao ser projetado busca garantir ao homem, através de um ambiente artificial, a proteção aos riscos externos, promovendo uma estrutura funcional onde as atividades humanas possam ser abrigadas.

Para tanto, olhar um projeto como ergonomista é antever sua utilização, é conjugar condicionantes físicos, cognitivos, antropométricos, da acessibilidade, psicossociais e culturais, objetivando identificar variáveis passíveis de não atendimento pelo produto proposto (VILLAROUCO, 2002).

Longsdon et al. (2019), Voord & Wegen (2005) e Villarouco (2011) concordam que a qualidade da habitação está relacionada com a adequação das características funcionais do produto às necessidades dos usuários. Isto inclui a acessibilidade integral, a flexibilidade, um arranjo eficiente e compreensível e espaço físico adequado para promover a segurança, saúde e bem-estar dos usuários.

Por outro lado, o espaço físico mal projetado pode apresentar deficiências que influenciam negativamente na qualidade de vida do usuário. Os indivíduos passam a

desenvolver tensões de ordem físico-psicológicas, uma vez que o corpo humano não se apresenta como um sistema totalmente passivo, respondendo de maneira distinta a cada ambiente, dependendo dos estímulos físicos encontrados, que podem vir a criar desconforto e até mesmo doenças ocupacionais ou sociais (WILSON & CORLETT, 2005, apud PAIVA, 2012, p. 18).

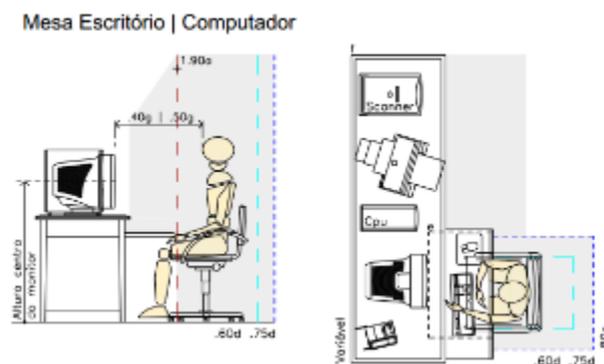
Este é o atual cenário onde os conflitos do morar se exacerbam e exigem um olhar mais atento à produção da habitação nos mais importantes núcleos urbanos do país. É neste quadro que se insere o trabalho ora exposto, quando se avalia a relação entre o espaço, o habitante e as tarefas que precisam ser desenvolvidas, notadamente quando se faz necessário conjugar os ambientes de vivência íntima às atividades laborais cotidianas que adentraram as portas da casa sem pedir licença.

5. Recomendações ergonômicas para atividades de trabalho em escritório

Costa (2016) estudou a aplicação da ergonomia na composição de mobiliário de trabalho em escritório, elaborando módulos dimensionais para o posto de trabalho. Segundo a autora, as dimensões das mesas retangulares utilizadas pelos usuários em atividades de trabalho variaram entre 1,20m, 1,40m e 1,60m de comprimento, com profundidade de 0,60m a 0,80m. As dimensões de mobiliários propostas pela literatura, variaram entre 1,52m a 1,82m de comprimento, por 0,76m a 0,91m de profundidade (PANERO, ZELNIK, 2008); 1,60 x 0,80m (NEUFERT, 2013).

Boueri Filho (2008) estudou o espaço de atividades para estudo e trabalho em ambiente residencial e delimitou algumas medidas de referência antropométricas (Figura 1).

Figura 1 – Espaço de atividade para estudo e trabalho em ambiente residencial: profundidade de trabalho confortável 0,45 m. Largura mínima de alcance 70 cm. Largura da mesa de trabalho variável.



Fonte: BOUERI FILHO, 2008.

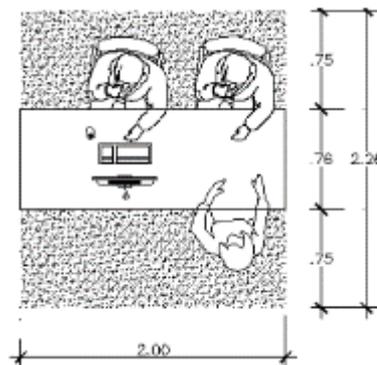
Em mesas de trabalho, a área de manuseio de papéis deve proporcionar espaço para apoiar os membros superiores e permitir a acomodação de papéis avulsos e encadernados,

de modo que possam ser apoiados enquanto são lidos ou são utilizados como suporte de escrita. Segundo Costa (2016), esse módulo mínimo corresponde a 80 cm de largura por 60 cm de profundidade, sem abrigar equipamentos eletrônicos, tais como computadores e *tablets*. Para atividade exclusiva em computador, a largura da mesa pode ser a mesma – 80 cm, mas a profundidade aumenta para 75 cm. Havendo a necessidade de guarda de papeis e outros materiais de trabalho junto a esta mesa, sugere-se que haja um gaveteiro mínimo com 40 cm de largura, abaixo da mesa, no entanto, para a utilização do gaveteiro sob o tampo, há uma perda significativa da área para acomodação das pernas do usuário, havendo necessidade de ampliação lateral da mesa.

Costa (2016) recomenda que o posto de trabalho ergonômico de mesa retangular com atendimento de pessoas deve ser:

- Superfície de trabalho de 2,00 m de comprimento e 0,76 m de profundidade;
- Incluir área de movimentação do usuário, perfazendo uma área útil de 2,26 m x 2,00 m, numa área útil total de 4,26 m² (Figura 2).

Figura 2 – Posto de trabalho em superfície retangular, para trabalho sentado, com módulo para escrita, realizar atividades em computador, acomodação de objetos em gaveteiro e atendimento de pessoas.



Fonte: Costa (2016).

Numa situação de trabalho remoto, realizado em ambiente residencial, desprezar-se-ia a atividade de atendimento ao público, preservando as atividades de trabalho sentado para escrita, atividades em computador, com uso de equipamentos como impressora e outros, além da acomodação de objetos do trabalho em gaveteiro. Desta forma, a área de trabalho necessária para a atividade de trabalho em casa é de 3,02 m² (2,00 m de largura por 1,51 m de profundidade). Se fossem adotadas as recomendações da literatura, essas dimensões seriam de: 1,52 m x 1,51 m (PANERO; ZELNIK, 2013) e 1,60 m x 1,55 m (NEUFERT, 2013).

6. Recomendações para adaptações na moradia para pacientes com covid-19

Em moradias compartilhadas por 02 pessoas ou mais, o Ministério da Saúde (2020), e as Secretarias Estaduais de Saúde elaboraram uma série de recomendações que impactam na organização e uso dos espaços domésticos:

- Usar máscaras em ambientes compartilhados (sem houver pessoas com sintomas de covid-19), não dividir itens de uso pessoal como talheres, louças, lençóis e toalhas;
- Desinfetar áreas comuns da habitação com frequência diária;
- Higienize o celular e os brinquedos (se houver crianças);
- Ao chegar em casa, toda roupa utilizada deve ser isolada, logo no acesso e lavada;
- Higienize sapatos, bolsas e outros objetos que trouxer de locais externos, como sacolas e caixas de mantimentos;
- Destinar um quarto e um banheiro para uso exclusivo do paciente com covid-19;
- Se houver só um quarto, o restante da família deve dormir na sala;
- O cômodo de uso exclusivo do paciente deve permanecer de porta fechada, mas dispor de janela para entrada de luz e ventilação naturais;
- O paciente deve higienizar o cômodo, trocar a roupa e lençóis usados num saco plástico e lavar separadamente;
- Deve haver uma lixeira exclusiva para o paciente ao lado da cama, com saco plástico e tampa;
- Ter cuidado ao espirrar e ao tossir para não contaminar objetos e pessoas que coabitam a moradia. Usar lenço de papel ao espirrar;
- Na sala de estar, não compartilhar o sofá, a cadeira e/ou o colchão com pessoas com sintomas de covid-19;
- Manter distância de 2,0 m entre pessoas no mesmo ambiente;
- Na cozinha, usar máscara ao manusear e cozinhar alimentos;
- Limpar as maçanetas e interruptores, a cada uso;
- No banheiro não compartilhar toalhas, sabonetes ou outros itens de higiene pessoal;
- Limpeza imediata de banheiros após o uso, especialmente vaso sanitário, torneiras, pias e descargas;
- A comunicação entre pessoa infectada e não-infectada deve ser por meio indireto (recomenda-se usar o telefone);
- A(s) pessoa(s) responsável(is) pela limpeza da moradia devem fazer a limpeza usando máscara e luvas;
- As roupas lavadas devem ser levadas a secar em local seco arejado.

7. Análises dos ambientes residenciais

Este capítulo analisou dois apartamentos com tipologias com 1 e 2 dormitórios, para verificar as condições ergonômicas encontradas, diante dos conflitos de uso decorrentes

do isolamento social durante a pandemia do Covid-19 no Brasil. As análises verificaram as condições espaciais para realização de atividades domésticas, a sobreposição de atividades de trabalho em ambiente habitacional e sendo incluídas também as recomendações de segurança sanitária para prevenção da doença.

Segundo a NBR 15575:1 (2013) as habitações devem ser projetadas para suprir as atividades essenciais de: dormir, estar, cozinhar, alimentar, fazer higiene pessoal, lavar, secar e passar roupas, estudar, ler, escrever, costurar, reparar e guardar objetos diversos. Essas atividades devem ser executadas nos ambientes: Sala de estar, sala de jantar ou copa; cozinha; dormitório casal (principal); dormitório para duas pessoas (2º dormitório); dormitório para uma pessoa (3º dormitório); banheiro e área de serviço. Mesmo citando as atividades estudar, ler e escrever, a norma citada não especifica mobiliário para estas atividades, nem em que ambiente deve ocorrer essas tarefas. Da mesma forma, a atividade higienização não recebe atenção para que sejam especificadas as condições de sua realização.

Visando avaliar o uso do ambiente no desempenho das atividades para os espaços projetados, foram utilizados modelos antropométricos que contemplam zona de conforto pessoal e de circulação (PANERO; ZELNIK, 2013), assim identificando as condições de uso favoráveis ou não para as funções desenvolvidas. Foram adotados módulos antropométricos representativos de figura humana na posição em pé em deslocamento, na posição em pé trabalhando e na posição sentado, para as situações de adequação, destacados na cor verde, para as situações com restrição, destacados pela cor amarela e para situações de inadequação, destacados na cor vermelha.

7.1 Apartamento padrão 01 dormitório:

O apartamento padrão de 01 dormitório (30,56 m²) segue a planta baixa analisada na figura 03, e suas dimensões foram comparadas com a literatura de referência na tabela 01. Este tipo de apartamento apresenta uma sala multiuso, com espaço para convivência e refeições, uma cozinha (geralmente aberta) com área de serviço, um banheiro social, um dormitório, sem varanda. O público-alvo deste tipo de imóvel é de 01 a 02 moradores.

Na planta analisada na figura 3, percebe-se que os espaços internos apresentam pouca flexibilidade de modificação de layout, em função do subdimensionamento interno. As funções básicas da moradia são limitadas aos ambientes mínimos para dormir/descansar, conviver e lazer, cozinha e lavar roupas. Não há possibilidade de grandes mudanças para acrescentar o espaço de trabalho, ou isolar a zona de ingresso no apartamento para higienização, como tem sido exigido durante o isolamento social. A mobília mínima inserida já apresenta diversas inadequações quando qualquer possibilidade de alteração de layout vai impactar ainda mais negativamente na mobilidade interna.

Figura 3 – Planta baixa analisada de apartamento com 01 dormitório(30,56 m²) sem escala.



Fonte: as autoras.

7.2 Apartamento padrão 02 dormitórios:

O apartamento padrão de 02 dormitórios (43,22 m²) segue a planta baixa analisada na figura 04, e suas dimensões foram comparadas com a literatura de referência na tabela 01. Este tipo de apartamento apresenta uma sala multiuso, com espaço para convivência e refeições, uma cozinha (geralmente aberta) com área de serviço, um banheiro social, um dormitório, uma suíte (dormitório com banheiro privativo) sem varanda. O público-alvo deste tipo de imóvel é de 02 a 04 moradores, por exemplo uma família de um casal com 02 filhos.

Figura 4 – Planta baixa analisada de apartamento com 02 dormitórios (43,22 m²) sem escala.



Fonte: as autoras.

Embora se verifique poucos modelos na cor vermelha, não significa adequação, havendo considerações importantes a tecer: ambos os quartos apresentam as camas encostadas na parede sendo desconfortável notadamente no quarto do casal; na sala de jantar a superfície para refeições limita-se a uma bancada, não tendo a inserção de mesa; na cozinha e área de serviço, não há espaço para duas pessoas ao mesmo tempo, e, quando uma delas está usando o balcão a outra não consegue passar; nas atuais condições do trabalho realizado em casa, não se identifica qualquer possibilidade de colocação de mobília adicional, sendo que, não havendo mesa na sala exclui-se a estratégia de usá-la para apoio de computador e materiais para as atividades laborais.

A tabela 01 (a seguir) demonstra como o dimensionamento encontrado nos apartamentos analisados está em desacordo com dimensionamento de referência, encontrado na literatura específica. Destacam-se as discrepâncias dimensionais encontradas nos ambientes molháveis – banheiro, cozinha e área de serviço, com áreas úteis até 50% menores que as áreas recomendadas. Ao se comparar cada um dos apartamentos com as dimensões de referência, o apartamento com 02 dormitórios apresentou áreas úteis ainda mais restritivas (campos em amarelo na tabela 01) que o apartamento com 01 dormitório, mesmo havendo capacidade para abrigar mais moradores, destacando-se a má qualidade ambiental a qual as famílias de até 04 pessoas estão submetidas.

Tabela 1 – Análise comparativa das áreas úteis dos ambientes analisados e as referências encontradas na literatura. Destacam-se as dimensões com maior desconformidade (em amarelo).

ÁREA ÚTIL (m ²)	Estar	Jantar	Circ.	BWC	Coz.	A. Serv.	Qto 1	Qto 2
Apto 1dorm.	8,16	3,40	2,20	2,61	3,84	1,83	10,78	5,76
Apto 2 dorm.	7,66	3,25	0,97	2,37	4,01	1,79	8,96	-
Boueri Filho (2008)	15,00		-	4,20	7,20	5,40	14,00	8,00
Pedro (2001)	12,00		-	3,50	6,00	-	10,50	6,50

Fonte: As autoras.

7.3 Análise das modificações de layout para acomodar novas atividades na habitação

Para que novas atividades possam ser exercidas em casa, é necessário acomodar mobiliário específico, ou objetos que venham a auxiliar a execução das atividades de modo ergonômico.

Para o trabalho, é necessário dispor de um conjunto de mesa/cadeira, com gavetas ou armário para acomodar itens de trabalho, e deve estar disposto em local que permita

conforto e concentração, conforme recomendações encontradas em Boueri Filho (2008), e as recomendações ergonômicas de Costa (2016). De maneira adaptada, o trabalho exercido em casa, ocorre geralmente com uso de computador e de outros equipamentos digitais, acomodados na sala de jantar ou estar, ou ainda numa bancada de estudo, que pode ser acomodada no quarto. Para espaços reduzidos, o mercado oferece mesas de 1,00 m a 1,20m de largura (conforme representada na figura 05).

Para as atividades de higienização de pertences pessoais e objetos trazidos de outros locais, as pessoas têm feito adaptações no acesso de suas residências, a fim de proceder a higienização, antes de entrar efetivamente em casa. A área mínima para acomodar 01 caixa para sapatos e roupas, 01 pendurador para e bolsas e chaves é estimada em 1,00 m x 1,20 m, junto à porta de acesso. Recomenda-se uma prateleira pequena (0,40 m x 0,80m) para itens menores, como chaves e correspondência, onde deve-se higienizar os objetos (Figura 5a).

Dentro do quarto do paciente com sintomas de covid-19 deve haver uma área intermediária para circulação, vestir-se, e receber alimentação do exterior do cômodo. A largura dessa área deve ser de 1,0 m, e acomodar um cesto de roupas sujas e uma lixeira para uso exclusivo do paciente (Figura 5b). Em apartamentos pequenos, essa área só é possível se a cama puder mudar de posição, aproximando-se da janela.

Figura 5 – (a) Novos elementos espaciais para higienização individual no acesso à habitação, (b) novos elementos espaciais para higienização individual no interior do quarto do paciente com covid-19



(a)

(b)

Fonte: as autoras.

As plantas baixas da figura 6 demonstram conflitos de uso encontrados nessas situações para os tipos de apartamentos analisados, para todas as 03 situações de mudança de layout necessários, em decorrência da pandemia de covid-19, além de todas as implicações de novas necessidades de segurança ambiental a que os usuários estão submetidos.

A figura 6 demonstra que os imóveis com as tipologias analisadas apresentaram inconformidades em relação ao dimensionamento necessário para acomodar as tarefas demandadas aos usuários, havendo conflito de usos, problemas de acessibilidade física (já precária), mobiliário que se sobrepõe a outros com funções diferentes.

Figura 6 – Implicações de alteração de layout em decorrência de novos usos e atividades realizadas em habitações com a covid-19: (a) Apartamento de 01 dormitório (planta sem escala), (b) Apartamento de 02 dormitórios (planta sem escala).



Fonte: as autoras.

Tais inadequações são exacerbadas quando se considera a existência de crianças na família, demandando espaço para brinquedos e atividades próprias da infância. Ademais, a situação agrava-se ao haver atividades laborais realizadas em casa por mais de uma pessoa da família sem que haja qualquer condição de criação de postos adicionais de trabalho. Em nenhum dos dois tipos de apartamento foi possível acomodar o posto de trabalho nos quartos. Nessas situações os conflitos são inevitáveis e o ambiente assume a condição inclusive de promotor de desajustes relacionais.

8. Entre mesmos espaços, novos hábitos e outras relações

Percebe-se que em qualquer uma dessas soluções, há aumento das condições de restrição dimensional a que famílias estão submetidas, o que está acentuado o desconforto físico e psicológico. Em horários de refeições, de lazer e descanso, os conflitos de uso com atividades de trabalho e de higienização aumentam a percepção das insatisfações, pois nesses momentos, as pessoas podem estar realizando atividades divergentes nos mesmos espaços, já reduzidos. Se essa família tiver filhos em idade infantil, ou estar com um parente acomodado por motivo de saúde em sua residência, ou um dos próprios moradores estiver acometido de covid-19, os conflitos de uso decorrentes das necessidades emergentes agravam ainda mais a percepção de que estão coabitando em espaços mínimos, insuficientes e desconfortáveis. Esses resultados apontam para que novos projetos de apartamentos sejam melhor planejados quanto a necessidade real de acomodação humana em condições globais de conforto por longos períodos.

Desse contexto emergem mais fortemente os contrapontos entre o interesse do usuário final do imóvel e o incorporador do empreendimento habitacional, quando o cliente visa o conforto e a adequação às necessidades familiares, enquanto, o empreendedor foca

o lucro e o aproveitamento máximo da área construída. Até o momento, tem prevalecido os espaços mínimos, o desconforto e os conflitos espaciais, quando inesperadamente a pandemia do novo Coronavírus exige uma mudança conceitual da vida na habitação, antecipando uma necessidade que já se avizinhava com a adoção do trabalho remoto, embora com motivações diversas.³¹

³¹ Nota das autoras: Vilma Villarouco faleceu de Covid-19 em junho de 2021. Não teve a alegria de ver mais um trabalho publicado, pois foi vítima da pandemia e da negligência à saúde pública no Brasil. Vilma deixa muitos ensinamentos semeados nos corações e mentes de suas/seus orientando(a)s e ex-orientando(a)s, por isso, agradecemos a ela por cada momento juntas e os conhecimentos que compartilhou conosco.

O OLHAR PELA JANELA: RETRATOS AFETIVOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade

Euclides Rocha Cavalcante Neto

Não vês que o olho abraça a beleza do mundo inteiro? [...] É janela do corpo humano, por onde a alma especula e frui a beleza do mundo, aceitando a prisão do corpo que, sem esse poder, seria um tormento [...] Ó admirável necessidade! Quem acreditaria que um espaço tão reduzido seria capaz de absorver as imagens do universo? [...] O espírito do pintor deve fazer-se semelhante a um espelho que adota a cor do que olha e se enche de tantas imagens quantas coisas tiver diante de si (DA VINCI, Leonardo apud CHAUÍ, 1988, p. 31).

No turbilhão dos atuais acontecimentos que inesperadamente nos colocaram em isolamento, o presente texto se configura como um ensaio reflexivo e opinativo sobre nossa condição atual. O propulsor dessa escrita foi a experiência vivida na oficina *Da minha janela eu vejo*³². O objetivo era retratar, pelas percepções dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as), a realidade urbana produzida pelo distanciamento social. O espaço público era o foco de observação, a fotografia o instrumento de captura desse espaço, o texto a externalização dos sentimentos ao perceber os espaços e, por fim, dentro de uma construção coletiva, o som dos ruídos urbanos foram incorporados ao produto audiovisual final.

Colocando as fotografias como “experiência capturada, e a câmera o braço ideal da consciência, em sua disposição aquisitiva” (SONTAG, 2004, p. 1), a captura da vida - ou ausência dela - no espaço público ocorreu pelo espaço metafórico da janela que se estendia à laje, ao portão da residência, por cima do muro ou qualquer fresta que permitisse esse olhar para fora.

O principal objeto de reflexão deste ensaio foi o produto audiovisual construído coletivamente na oficina. A casa, a janela e o olhar foram os pontos focais que buscaram transladar esses elementos da vida cotidiana, a partir das mutações decorrentes do isolamento social e seus desdobramentos.

³² A oficina “Da minha janela eu vejo: retratos afetivos em tempo de pandemia” foi oferecida pelo Programa de Monitoria Online 2020, proposto pela Pró-reitoria de graduação (Prograd) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

1. A Casa

Ecléa Bosi (1994) já nos fazia perceber a substância subjetiva e intransferível da casa, colocando-a como centro geométrico do mundo e a cidade crescendo a partir dela, em todas as direções. Hoje, a casa ainda traz essa força, mas o habitar foi ressignificado a partir do isolamento imposto pela pandemia da Covid-19. A casa nas circunstâncias atuais é ponto de convergência de ações antes disseminadas na cidade. A moradia tomou para si modos de habitar que anteriormente eram restritos ou estabelecidos como ambientes de trabalho. A condição de isolamento trouxe também às janelas, frestas e fendas, uma relação potencializada com o espaço público em função do uso cerceado.

O espaço íntimo do lar, antes entendido como privado em relação ao espaço público, agora se aponta como meio, ligação e interlocução visual e auditiva para com o palco das relações sociais que, outrora vívido, hoje esmaece. Durante a pandemia o espaço público passou a ser um espaço de curiosidade, não pela tradicional prática do cotidiano de se ir à rua “curiar” a vida alheia, mas para, de casa, da janela, olhar a rua, o espaço público, e imaginar por onde está a vida alheia.

Pallasmaa (2011, p. 16-17), coloca que “a arquitetura é nosso principal instrumento de relação com o espaço e o tempo [...] ela domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade”. Mas e quando o espaço passa a confinar, o habitável se transmuta em intolerável e o tempo parece ser sempre o mesmo tempo, infinito? Como lidar? Esses pensamentos perpassam as mentes afetadas pela pandemia, dissimulando não só as relações interpessoais, mas intrapessoais também - onde apenas a arquitetura pode ser o espaço habitado.

A crítica proposta por Bloomer e Moore (1977, p. 105, apud PALLASMAA, 2011, p. 38) de que “o que falta em nossas moradias de hoje são as transações potenciais entre corpo, imaginação e ambiente” certamente não foi concebida dentro de um contexto pandêmico. No entanto, ao transpor à situação atual é possível, na perspectiva em que ensejamos a oficina *Da minha janela eu vejo*, considerar que o corpo se restringiu ao sentido da visão e audição, que a imaginação se apontou livre pelas percepções acionadas em relação ao espaço público vazio, e que a conexão do ambiente privado com o público se restringiu à janela, ao elemento arquitetônico que intermediou a relação das pessoas com o espaço da cidade.

Os conjuntos de fotografias, textos e sonoridades urbanas, capturados e elaborados na oficina, foram agrupados com um discurso unitário. E nesse sentido, as várias casas, as particularidades do espaço habitado se “mutaram” em um único espaço, uma “única casa”, onde a janela era o meio pelo que se conseguiria viver o ausente espaço urbano que antes se conhecia.

2. A Janela

Nos mais distintos ambientes da casa, a janela tornou-se o acesso mais direto e cotidiano da vida privada ao espaço público, atualmente, quase inabitado. Lançar o olhar para fora “é, ao mesmo tempo, sair de si e trazer o mundo para dentro de si. Porque estamos certos de que a visão depende de nós e se origina em nossos olhos, expondo nosso interior ao exterior [...]” (CHAUI, 1988, p. 33). O olhar que “espia, espreita e espiona” (CHAUI, 1988, p. 32), outrora parte do cotidiano como algo “indesejado”, é hoje acentuado por uma permanência compulsória nas suas próprias casas, onde o olhar é o que as coloca para fora (Figura 1) e as faz retratar:

O vendedor de pão se isolou. A criança que voltava da escola se isolou. A senhora que sentava na calçada se isolou. O vizinho que trazia alegria se mudou. Tudo isso foi o vírus que obrigou (DA MINHA, 2020).

Figura 1: O olhar pela janela



Fonte: DA MINHA, 2020.

As relações de “ver a vida passar” através da janela tomaram outro ritmo, outra dinâmica, posto que a “vida” cada vez mais se pôs para dentro das casas. Pallasmaa (2011, p. 60) coloca a “edificação não como um fim por si só, pois emoldura, articula, estrutura, dá importância, relaciona, separa e une, facilita e proíbe”. Na pandemia ficou evidente essa relação dicotômica entre o “dentro e fora” (Figura 2), onde:

Tem coisas que a gente só consegue ver (literalmente) através da janela! Nesse registro, a paisagem refletida através da superfície enfiada do vidro produz uma imagem similar à de um caleidoscópio, com diversas faces, ângulos e combinações, que variam a cada movimento. Mas não seriam essas as características essenciais da paisagem? (DA MINHA, 2020).

Figura 2: O reflexo da janela



Fonte: DA MINHA, 2020.

Teria se tornado a janela o meio entre o fim da edificação e o estar fora? Assim sendo, a janela deixou de ser um objeto material e tornou-se uma experiência, através dos sentidos, onde:

[...] o olhar usurpa os demais sentidos fazendo-se cânone de todas as percepções [...] por que, como diria Merleau-Ponty, ver é ter à distância. O olhar apalpa as coisas, repousa sobre elas, viaja no meio delas, mas delas não se apropria. “Resume” e ultrapassa os outros sentidos porque os realiza naquilo que lhes é vedado pela finitude do corpo, a saída de si, sem precisar de mediação alguma, e a volta a si, sem sofrer qualquer alteração material (CHAUI, 1988, p. 40).

É curioso perceber como a janela reitera a sua importância simbólica de moldura, assim como revive-se enquanto elemento cenográfico. A cada registro fotográfico se desenhava um olhar atento (mas indignado) e curioso (mas lamurioso). E da janela só o olhar não bastou. A imaginação aflorou e os sons urbanos antes abafados, agora emergem como rastros de uma dinâmica urbana enferma.

3. O Olhar

Dentro do cenário de pandemia, onde o espaço público não pôde mais ser vivenciado em sua plenitude (Figura 3), a momentânea substituição do corpo presente no espaço público pela captura do mesmo por meio das fotografias, permitiu certa tangibilidade na ilustração da percepção ótica do espaço. Isso conduziu à reflexão acerca do vazio dos usos antes predominantes, como exposto em uma das percepções imaginárias:

A paisagem dinâmica e alegre do parquinho infantil esmaeceu sem a presença das crianças, e agora o gira-gira compõe um verdadeiro cenário policial ao ser envolvido pela fita zebraada. A convivência social teria se tornado um crime à vida? (DA MINHA, 2020).

Figura 3: O (des)uso do espaço

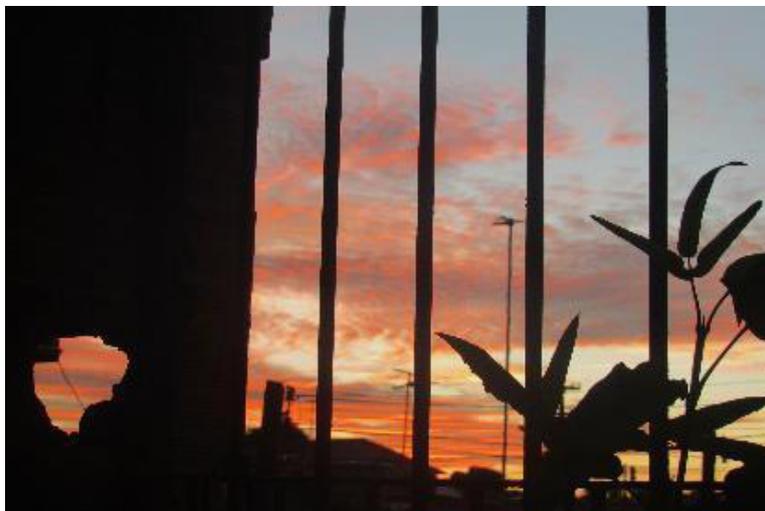


Fonte: DA MINHA, 2020.

Com a limitação física de ocupação dos espaços, a existência e experiência no mundo ocorre de modo usurpado, “do lado de fora, como espectadores de imagens projetadas na superfície da retina” (PALLASMAA, 2011, p. 29). A sensibilidade do olhar, provocado através das fotografias e narrações das percepções, trouxe uma dimensão metafórica do “olhar através da janela”, sendo este não apenas o ato de “dirigir os olhos para perceber o ‘real’ fora de nós [mas também] sinônimo de *cuidar*, *zelar*, *guardar*, ações que trazem o outro para a esfera dos cuidados do sujeito [...]” (BOSI, 1988, p. 78). Desse olhar, vemos:

Laranja. Mais um fim de tarde, de outro lado, de outro ângulo. Desse lado, continua o mesmo silêncio. Apenas sentimentos são vistos, ou melhor, são sentidos. Cada raio de sol penetrado na pele e a esperança de um novo fim de tarde (DA MINHA, 2020).

Figura 4: O pôr do sol



Fonte: DA MINHA, 2020.

Ao reconhecer esse olhar como afetivo, tal como coloca Gonçalves Filho (1988), as práticas sociais lembradas solicitam ao(à) observador(a) mais além da objetividade, uma atenção para os suportes efetivos da memória, ordenadores empíricos da vida intersubjetiva, apoios consistentes do campo simbólico em que brincam, trabalham e se encontram os homens. No ato de pensar, o entrelaçamento das fotografias consistiu em encaixes perceptivos e afetivos resgatados pelas lentes das câmeras. Segundo Pallasmaa (2011), percepção e memória estão em interação constante; a esfera do presente se funde com imagens de memória e fantasia. O passado emoldura as percepções por meio do retrato da janela (Figura 5). A janela metafórica que lançou os desejos internos para o espaço público - aponta:

A força da memória e o peso da ausência revive, e sobrevive, o objeto e se torna a realidade lembrada e reproduzida. O que resta após são as marcas de uma dinâmica que há muito foi criada e que hoje são marcas de uma nova dinâmica (DA MINHA, 2020).

Figura 5: Memórias do passado



Fonte: DA MINHA, 2020.

Segundo Ostrower (1988), o ser humano no ato de perceber, ele tenta interpretar e, nesse interpretar, já começa a criar. A criatividade para retratar a realidade que os(as) circundava, por meio das fotografias, foi o que tornou o processo mais rico e diverso. O uso das ferramentas tecnológicas e os desdobramentos do estar isolado(a) dentro de casa afloraram “a percepção do corpo e a imagem do mundo [como] uma experiência existencial contínua; não há corpo separado de seu domicílio no espaço, não há espaço desvinculado da imagem inconsciente de nossa identidade pessoal perceptiva” (PALLASMAA, 2011, p. 38). Recordar o outrora (Figura 6) se exprimira pela “paisagem que me tocava a alma, tinha luz, som e cheiro: crianças, vidas que ‘renovavam’ a vida! Hoje, lugar da ausência” (DA MINHA, 2020).

Figura 6: O vazio da praça



Fonte: DA MINHA, 2020.

As diferentes posições geográficas dos(as) participantes não diferiram na percepção de que a disposição espacial “torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, [sendo essa relação criadora de] vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência” (BOSI, 1994, p. 451). Em uma tentativa de assimilação das várias localidades fotografadas e visando representar a proximidade permitida pelo mesmo distanciamento virtual em que os(as) participantes se encontravam, foi elaborada uma cartografia de uma cidade imagética, constituída a partir do recorte espacial dos endereços das fotografias enviadas (Figura 7). Reunir essas diferentes espacialidades não seria possível sem a remodelação para uma atividade remota, sendo o contexto da Covid-19 um marcador perceptível em uma escala menor do que a apresentada no mapa.

Ao mesmo tempo “a morfologia da cidade, dos minúsculos objetos aos grandes bairros, foi subjetivamente diferenciada: as experiências, os afetos imantam os lugares, demarcando núcleos em torno dos quais vão gravitar as lembranças” (GONÇALVES FILHO, 1988, p. 112). Lembranças estas que foram incorporadas nas subjetividades do imaginário, lançadas às plataformas digitais - ferramenta que permitiu uma aproximação das distâncias espaciais e pessoais.

Figura 7: Cartografia dos recortes geográficos das fotografias enviadas



Fonte: DA MINHA, 2020.

A vivência, por meio da oficina, das diferentes espacialidades e percepções demonstraram uma outra maneira de experienciar o espaço, mesmo que não fisicamente. Pallasmaa (2011, p. 39) coloca que “toda experiência com o espaço é multissensorial; as características de espaço, matéria e escala são medidas igualmente por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos”. Nesse sentido, o olhar empático e participativo de todos(as) os(as) envolvidos(as) na atividade acionou o aspecto multissensorial por meio da memória e da imaginação ao se colocar, no lugar do(a) outro(a) e impulsionar os sentidos, mediado pelo sentimento de empatia. Essa consciência romântica foi acionada por estarem todos(as) na mesma situação de isolamento, independentemente das características físicas e sensoriais dos diferentes lugares.

A empatia foi fundante dos sentidos e sentimentos. Assim, entendendo cada fotografia e texto enquanto objetos estéticos, “os sentimentos que dele[s] parecem emanar, [é] na verdade [como] experimentamos o sentimento da nossa própria atividade em harmonia com o que o objeto provocou” (HUGON-TALON, 2009, s.p). A ação coletiva de construção do produto audiovisual, circunstanciada pelas discussões e empatias, fez-nos *projetar-em*, ou seja, nos ver nos outros, e assim “sentir exteriormente a vitalidade a que nos pertence e que se desloca para o objeto no ato de perceber” (HUGON-TALON, 2009, s.p).

A escolha pelo audiovisual como produto da oficina permitiu demonstrar que “a rigor, [os sentidos] nunca erram: apenas registram a corrente das partículas, apenas recebem a chuva de simulacros” (BOSI, 1988, p. 68). Aliar as percepções com os sentidos e numa tentativa de transpô-los em uma catarse de fotografias, sons e sentimentos foi o que impulsionou o produto final. O processo nos levou a crer em uma epistemologia dos sentidos, onde:

Ver, lança-nos para fora. Ouvir volta-nos para dentro. Porém, mais importante do que essa diferença é a afirmação platônica de que a verdadeira causa pela qual recebemos a vista e a audição é estarmos destinados ao conhecimento. Voltando-se para o interior, a audição nos faz começar ali onde todo saber deve começar, interpretação socrática do oráculo de Delfos: “conhece-te a ti mesmo” (CHAUI, 1988, p. 47).

4. A afetividade

Entendendo o abalo que as relações entre os corpos humanos e o espaço tiveram no contexto de pandemia e sabendo que são essas relações “que determinam [...] como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam” (SENNET, 1997, p. 17 apud FONTES, 2013, p. 33), ao final da oficina pôde-se proporcionar um momento de conexão além da virtual. O mecanismo colaborativo de construção da atividade, aliado às percepções dos(as) participantes no decorrer do processo, superaram as expectativas do produto audiovisual. Analisando os relatos e percepções sob uma ótica sensível ao estado físico-emocional dos(as) participantes - sem desconsiderar que “não somos nunca inteiramente dependentes, mas também nunca inteiramente independentes dos espaços da memória” (GONÇALVES FILHO, 1988, p. 113) - foi possível perceber a afetividade para com o espaço urbano. Fosse por memórias de saudade ou a ânsia pelo reencontro, o esvaziamento do que antes eram espaços de sociabilidade, hoje dão lugar à saudade e à lembrança.

Por meio do audiovisual da oficina, foi possível reconhecer os trabalhos do imaginário na construção dos espaços da cidade, onde as paisagens sociais sustentam os desejos de encontro, troca de experiências, histórias e mitos, danças e festas (GONÇALVES FILHO, 1988, s.p.). Essa outra maneira de experienciar o espaço público, mesmo potencializado pelas trocas e empatias, não emerge como substituição ou mesmo uma “nova” prática, é apenas circunstancial, temporária, efêmera, mas existente por se fazer registro da situação atual de isolamento que, em breve, será memória.

NOTAS SOBRE A MEMÓRIA: EXPERIÊNCIAS DO CORPO FRENTE A CIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Arlindo da Silva Cardoso

Karina Mendonça Tenório de Magalhães Oliveira

Suzany Mariha Ferreira Feitoza

Maria Angélica da Silva

1. O corpo em confinamento

Diante da complexidade das cidades contemporâneas, abre-se o desafio de romper os limites das lógicas pré-estabelecidas por métodos científicos que se atêm ao conhecimento estático e absoluto. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre abordagens capazes de compreender a pluralidade dos cenários socioculturais, bem como suas especificidades, proporcionando uma apreensão mais ampla e que atenda aos múltiplos aspectos do espaço habitado.

Uma alternativa que se coloca para atender a essas questões é aprender com o que existe no espaço e com quem cria e dá sentido a ele. Os trabalhos de campo surgem como uma ferramenta de observação, interação e percepção úteis ao pesquisador que compreende a cidade sempre em movimento, que abraça a história e a memória, que atravessa lugares, que se depara com as paisagens e gestos. Dentro das inúmeras formas de se ir a campo, a deriva, o caminhar sem uma direção e meta fixas, tem se mostrado uma forma intensa de diálogo com o mundo, capaz de acolher o inesperado, a surpresa, o viés da intuição.

O Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem³³ (FAU-UFAL) – que busca repertoriar as manifestações arquitetônicas, urbanas e paisagísticas considerando seus elementos materiais e imateriais, a partir de embates entre tempos e espaços, registrando o dinamismo do cotidiano, suas práticas e influências – produz investigações que utilizam ferramentas como a iconografia, os relatos de época e a observação sensorial e afetiva dos espaços, além das viagens, registros imagéticos e coleta de depoimentos que servem como respaldo para a construção do conhecimento.

O pesquisador acompanha e interage com as pessoas, de diversas formas, mesmo antes do contato em campo, que pode se iniciar com a confecção de um diário conjectural,

³³ Página oficial do Grupo: <https://fau.ufal.br/grupopesquisa/estudosdapaisagem/>

que consiste em um objeto artístico construído a partir da memória e do imaginário sobre um lugar ou situação que ainda será vivenciada, como um devaneio.

Outras possibilidades são aquelas trazidas quando ocorrem as derivas propriamente ditas, que apreendem as visibilidades e invisibilidades do espaço através do caminhar, permitindo o pesquisador percorrer “sem rumo”, e (re)descobrir espacialidades. Esse processo pode vir atrelado à construção de um diário de bordo, uma ferramenta que também se vincula às metodologias de campo, na qual é possível produzir, por meio das mais diversas formas de expressão, um produto que relata essa experiência do corpo com o espaço, que constrói uma narrativa a partir daquilo que se vivenciou.

Esse exercício configura uma forma de conexão empírica, mas que constrói uma nova narrativa, através de um mergulho pessoal, um olhar mais íntimo do pesquisador e seu objeto de estudo. Essa abordagem, quando atrelada à pesquisa de campo, aguça a percepção daquilo que se construiu com o que de fato se faz presente.

Dentro da perspectiva do trabalho de campo, pode-se dizer que este ganhou um grande fôlego, dentro do Grupo Estudos da Paisagem, em especial, através do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Alagoas³⁴ (2015 – 2017), que consistiu na realização da primeira etapa do Inventário Nacional de Referências Culturais – através de levantamentos bibliográficos, iconográficos e censitários, mas sobretudo centrado no trabalho de campo.

Essa experiência representou o despertar em meio ao espaço do outro e a observação das suas formas de ocupar, resistir, caminhar, rememorar. Traduziu a oportunidade de conhecer a rica e diversa cultura alagoana – dentre seus ofícios, formas de expressão, lugares, celebrações e edificações -, sendo o campo o lugar de encontro e de fala, expressas nas memórias contadas, gravadas, fotografadas e construídas por aqueles que vivem e por nós que vivenciamos as distintas realidades de cada lugar.

Portanto, mergulhar nas paisagens, buscar o contato com as pessoas e suas histórias de vida têm sido uma ferramenta metodológica fundamental nos trabalhos realizados pelo Grupo. Contudo, na atualidade, a pandemia colocou o método em suspensão.

Diante do seu alto poder de contaminação e da ausência de tratamento adequado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) instituiu como principais normas para o enfrentamento da doença, o uso de máscaras, medidas de higiene, o distanciamento e isolamento social. Alterou-se, assim, a rotina da sociedade, trazendo repercussões diretas no comportamento e nas interações sociais.

³⁴ Esse projeto foi financiado pelo IPHAN em convênio com a Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas e foi levado a frente por três grupos de pesquisa ligados ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, Grupo Nordesteanças e o Grupo Representações do Lugar. Tratando de números, no total, contabilizando apenas o primeiro Grupo, foram realizadas 40 viagens a campo e percorridos 6.545 quilômetros por terra e 250 pelo rio São Francisco. Foram inventariadas 531 referências culturais, que geraram um montante de 1800 gigabytes de fotos e vídeos e 1800 páginas de transcrições de entrevistas.

Nesse sentido, a noção de espaço urbano na contemporaneidade – no qual a proximidade, a vizinhança e o convívio são condições essenciais e que apontam para a aglomeração – é posta em questão diante de medidas sanitárias que impõem o distanciamento e a separação dos corpos (SIMONI, 2020).

A principal frente de combate à pandemia se dirige, assim, por esse componente genético: é contra a própria forma da proximidade, do encontro e da reunião dos corpos que o ataque à doença se volta (CARLOS, 2020, pág. 25).

Nesse contexto, o “fique em casa” evidencia uma crise social urbana e põe em evidência o descaso político para com as camadas mais vulneráveis da sociedade, reproduzindo procedimentos que apenas confirmam a estrutura desigual em que vivemos e descuidando dos lugares onde a pandemia ataca de forma mais letal.

Se por um lado, as grandes cisões sociais são postas à mesa, levando-se ao questionamento dos limites do capitalismo, dos estados nacionais, do neoliberalismo e da derrocada do meio ambiente, em outras escalas também a pandemia faz sentir os seus efeitos e demanda novos posicionamentos. É o caso dos trabalhos acadêmicos, que diretamente refletem sobre o cotidiano e pressupõem o sair de casa, ou seja, as atividades de campo. Portanto, seja em termos de temáticas, seja em termos de procedimentos metodológicos, há uma forte necessidade de repensar caminhos e de adotar outros procedimentos nestes tempos nos quais o contato físico se encontra suspenso. Especialmente os que estudam os fenômenos urbanos, como podem se colocar quando a cidade se mostra fria, parcialmente paralisada na sua grande função de promover a vida social?

Nesse sentido, o presente trabalho tem a intenção de discutir o impacto do distanciamento social no desdobramento da pesquisa de campo, através de estudos de casos relacionados com pesquisas em pós-graduação no campo da Arquitetura, Urbanismo e Design³⁵.

Apesar de objetivos diferenciados, os trabalhos que darão aporte a estas reflexões têm se encontrado a partir de três pressupostos que lhes são comuns. O primeiro evidencia a escolha de temas relativos às identidades, à memória, como também à significação e representação de elementos históricos, sociais e culturais, na conformação e apropriação do espaço. O segundo é designado pela relevância, para todos eles, da ida a campo. O terceiro se faz através dos grupos sociais a que se inclinam, qual sejam, os que se mostram ligados à cultura popular e que se deparam com processos de marginalização.

Baseado neste quadro, buscam-se as ressignificações necessárias, em especial em relação ao segundo ponto, frente às impossibilidades que a pandemia apresenta para a realização de um campo presencial. Entende-se que as transformações e adaptações

35 Pesquisa 1 (Arlindo Cardoso). Personagens brincantes: um estudo dos folguedos Bandos de Tapera e Mané do Rosário na apropriação do lugar. Pesquisa 2 (Suzany Feitoza). Em versos: um estudo da cidade de Maceió-AL através das produções musicais de cantores e grupos de *rap*. Pesquisa 3. (Karina de Magalhães). Sobre o viver à beira mar: cartografia das relações pesqueiras no litoral norte de Maceió - AL.

decorrem da reflexão sobre o que se compreende enquanto campo e o seu lócus nesse contexto, que aqui são narradas diante de alternativas que estão sendo desenvolvidas a partir deste quadro posto.

2. Ressignificando os olhares sobre o lócus

Diante da impossibilidade de experiências cotidianas que se encontravam na expectativa de serem realizadas, uma outra forma que se aventou de acessá-las foi a recordação. De fato, os trabalhos de pesquisa se iniciam muitas vezes antes de encontrarem o reconhecimento formal. Muitos deles germinam antes e já trazem numa caixa de memórias, experimentos anteriores que envolvem lugares, pessoas, acontecimentos, que se relacionam com o atual trabalho acadêmico. Nos casos em tela, temos ainda como pano de fundo, como experiência compartilhada, o projeto de Salvaguarda, além de outras derivas realizadas previamente nos locais contemplados com os estudos.

Intuitivos e subjetivos, os processos do exercício da memória podem incitar novas concepções diante das pesquisas acadêmicas. As lembranças são aguçadas nesse processo de crise através de imagens, sons, sabores, cheiros, palavras, fazendo com que a memória se figure num dispositivo fortemente vivenciado.

Os significados e sentidos são estruturados coletivamente, e ao serem provocados pelo indivíduo, motiva-se a elaboração de um ponto de vista diante do que se recorda. Essa perspectiva ganha sentido porque ao tentar referenciar uma experiência vivida, denuncia-se também características do presente.

Para Pollak (1989), a construção da memória está sempre associada a três fatores determinantes: acontecimentos, personagens e lugares. Eles podem ser conhecidos direta ou indiretamente, estar relacionados a fatos concretos, ou se tratar da projeção ou identificação com outros eventos.

É possível ativar um ímpeto que reconecte os espaços vivenciados, lugares de lembranças, esquecimentos e silêncios? As imagens, por exemplo, podem ser entendidas como um dos principais guias da sensorialidade. É possível descobrir características de grupos sociais e indivíduos através de suas visualidades. Portanto, as imagens compõem suas “fábricas”, ou seja, artefatos produzidos por pessoas, impregnados de símbolos, configurando-se em representações que contam histórias (FLUSSER, 2013, pg. 35). Nessas histórias, estão também elementos do imaginário coletivo.

As festas populares, tais como os folguedos, esculpem-se em danças dramáticas, figurinos com múltiplas referências, bem como performances que se concretizam e se transformam paulatinamente através do cotidiano e da tradição. As diversas culturas humanas apresentam festejos e celebrações dessa natureza, podendo estar ligadas ao divino, ganhando espacialidades, alterando-se de acordo com as interações sociais.

É através das imagens e a capacidade de alterá-las que a reflexão sobre essa temática se sustenta. Num primeiro momento, mergulha-se na memória do pesquisador, por meio de acervo audiovisual de dois folguedos alagoanos: os Bandos, do povoado Tapera, na cidade Anadia e o Mané do Rosário, do povoado Poxim, em Coruripe. Essa imersão se deu por meio dos retalhos de lembranças das vivências, delineando uma rede de semelhanças, das quais: o anonimato se apresenta como parte fundamental, seja através de personagens concebidos em meio à véus, chapéus, pinturas, máscaras, dentre outros adereços - independente do gênero escolhido; são festejos específicos dos respectivos povoados; realizam-se durante a festa de seus padroeiros, ou seja, motivados pela fé; o percurso se dá pelas ruas do território ao som de banda de pífanos; comungam de uma tradição que se passa por gerações; apresenta nos relatos vínculos com os povos indígenas e com os antigos negros escravizados.

Figura 1: Folguedos Mané do Rosário (esquerda) e Bandos de Tapera (direita) - Pesquisa 1



Fonte: Coletivo Muvuca, 2019; Arlindo Cardoso, 2015.

No segundo momento, procurou lançar-se em imagens sobre festas de épocas diferentes, tendo como base o caráter de devaneio de seus criadores em espaços e culturas distintas. Diante disso, destacam-se no contexto brasileiro: a pintura “Marimba - passeio de domingo à tarde”, do francês Jean Baptiste-Debret, produtor de aquarelas sobre o Brasil oitocentista, abordando as celebrações e festas do cotidiano; e um personagem do folguedo Guerreiro, em Alagoas, reportado por Marcel Gautherot, fotógrafo franco-brasileiro que nas décadas 1940 e 1950, registrou várias expressões culturais de diversos territórios do Brasil, incluindo o Nordeste.

Através desse “perder-se nas imagens” e criação de novas experiências visuais, salienta-se os múltiplos artefatos e gestos, decorrentes das necessidades e motivos do festejar, que se assemelham às fotografias dos folguedos estudados nesta pesquisa, provavelmente

por uma forte ligação cultural e de memória, decorrente dos processos históricos. Através das interações sociais, os símbolos são imbricados e ressignificados, podendo gerar questionamentos sobre suas relações temporais; em especial, apresenta-se uma nova e viçosa brecha: é possível construir uma - ou mais - Alagoas através dos folguedos, de suas narrativas, personagens, paisagens e espacialidades?

Figura 2: Experimento de imagens fundindo e dissolvendo gravuras de Jean-Baptiste Debret e fotografia de Marcel Gautherot - Pesquisa 1.



Fonte: Cardoso, 2020, a partir de DEBRET, 1826; GAUTHEROT, 1943.

Por um outro lado, uma outra experiência uniu o campo das imagens e o universo musical. Diante da impossibilidade de se perder na cidade, as marcas sonoras que definem uma paisagem permitem analisar os aspectos essenciais e particulares de cada lugar, situando-o no tempo e espaço. Pois compreende-se que as composições musicais de determinado grupo social são permeadas pela subjetividade deste grupo nas suas dinâmicas de apreensão espacial e pela subjetividade da voz como um canal passível de conceder expressão a sentimentos, memórias, devires.

Tomando o ouvir como forma de apreender o campo, a análise de arquivos de material sonoro de plataformas digitais pôde revelar sua espacialidade e seus atores sociais, dando indícios de como o espaço urbano influencia no processo de produção musical e de como a música reproduz determinadas marcas sonoras de uma determinada paisagem. Esse exercício, em consonância com o acesso à memória do corpo confinado, pôde gerar novas formas de apreender partes da cidade a partir de uma troca de subjetividades, mesmo que através de mídias digitais.

Uma das técnicas utilizadas foi recordar a cidade através de elementos característicos da paisagem, de experiências vivenciadas e sentimentos relativos ao lugar, que foram registrados em uma folha de papel de forma aleatória e desconexa. Esse exercício teve como objetivo reunir fragmentos da memória – como uma colcha de retalhos, na qual pequenos pedaços de pano são alinhavados um ao outro, compondo uma trama repleta de formas e

cores – que permitissem apreender de forma sensível a complexidade do espaço urbano a partir do isolamento.

De forma complementar, foram escolhidas músicas de cantores e grupos de rap que abordassem a temática da cidade de Maceió. Para acentuar o papel do som nesse estudo, analisou-se inicialmente apenas as composições instrumentais, a fim de identificar elementos sonoros que pudessem representar a paisagem nas suas mais diversas dimensões.

No rap, a ambiência da música é arquitetada a partir de camadas e referências sonoras que manifestam determinado contexto social e/ou político. Essas camadas podem ser compreendidas como a “paisagem da música” – pois são elas as responsáveis pela sensação de espacialidade – e podem ser observadas a partir de determinados *samples* (sons urbanos, de natureza, falas de telejornais, trechos de outras músicas, etc.) e da batida (conjunto de sons que geram vibrações e transmite ao corpo ouvinte sensações que enfatizam a mensagem que está sendo cantada).

Esses exercícios auxiliaram na construção de uma teia de memórias, entrelaçada pela percepção dos espaços urbanos e das ambiências musicais. Tomando como exemplo o bairro do Vergel (Maceió/AL), a partir das lembranças relativas ao lugar, foi possível contrapor elementos da paisagem lembrada às camadas que constituem a música: sons de passarinhos, folhas ao vento, águas em movimento, que juntos à batida, transmitem a espacialidade do bairro e corporificam sensações. Juntando palavras-chave e imagens, construiu-se painéis visuais, montando estas referências trabalhadas a partir de ferramentas do design gráfico.

Figura 3: Diário de memórias, pesquisa 2.



Fonte: Suzany Feitoza, 2020.

A construção da conjectura, resgatando diferentes dimensões sensoriais da memória, propõe um processo de imersão do pesquisador diante de seu objeto de estudo, buscando conhecer o não visto, o não sentido. Esses aspectos podem ser materializados através da

construção textual, utilizando essa narrativa de forma descritiva. Foi este o *background* da terceira experiência que se traz aqui, agora definindo através do jogo de palavras, a forma na qual esse objeto é refletido em seu pensamento. Nesse caso, quais são as memórias ativadas diante dele? Quais as sensações que ele provoca? O trecho que se segue reporta-se ao bairro de Riacho Doce (Maceió -AL), sobre o qual se inclina a pesquisa que buscará abordar suas paisagens e seus principais atores: os que pescam no mar.

Pra mim, Riacho Doce sempre foi uma casa, um lar.
Aquela casa próxima a igrejinha azul, com a varanda voltada pro mar.
O gosto de coco e mandioca, dessas preparadas em casa de farinha, ainda se faz presente e se torna a memória afetiva que eu gosto de recordar ao percorrer aquela rodovia.
O cheiro, é de maresia e das algas, no bom nordestino “sargaço” que beijavam a areia defronte ao portão de madeira espaçado, onde as frestas davam pra emoldurar a paisagem, vislumbrar pescadores em sua jangada ao final do dia. (Diário Conjectural – Memórias de um litoral norte, OLIVEIRA, 2020.)

Outro exercício de memória, ainda sobre Riacho Doce, permitiu a construção de um objeto que buscou transmitir sensações distintas, se apropriando do toque, interação, dos cheiros, sabores, indo além do sentido da visão, – como definido pela conjectura textual.

O produto possui na sua camada interna, pedaços que remetem ao já vivido. As cordas que perpassam sobre o fundo, fazem alusão a confusão dessas memórias acessadas, que são antigas e não muito claras, que impedem de tocá-las com facilidade. Essas tramas também separam o passado do presente, dos nomes que remetem o agora, do que se sobrepõe a essas memórias, dentro de uma relação que mudou e que vem mudando junto à construção e desconstrução desse lugar. Pois entre as memórias coletadas da janela do casarão da praça, se somam outras mais recentes, que falam de grandes transformações pelas quais o bairro está passando na atualidade.

Figura 4: Diário de memórias, pesquisa 3.



Fonte: Karina Oliveira, 2020.

Diante da ausência do campo e das tantas possibilidades e trocas que as relações entre corpo e espaço ativam, se propõe a construção dessa narrativa imaginária sobreposta às memórias daqueles que em algum momento construíram essa espacialidade. Como esse objeto futuramente poderá ser visto através do olhar do outro? Como esses olhares se cruzarão? E que conjecturas se abrem a partir dessa trama?

3. A memória, os sentidos e o digital

Entende-se que um outro caminho de possibilidades, de fato um outro portal que se abre para o mundo externo, é o provido pelos meios digitais. Lá estão os lugares, sem a vivacidade que traz o próprio experimentar, mas oferecendo uma série de informações, de imagens, de vozes com múltiplas alternativas de acesso.

Nas últimas décadas tem sido possível observar o crescimento acelerado da tecnologia no cotidiano, se tornando uma das principais ferramentas que movem o mundo contemporâneo, atuando inclusive, no campo da memória. Ou seja, as mídias digitais influenciam diretamente no que lembramos e na forma que lembramos, na nossa percepção do tempo (FOERSTER, 2020, pg. 1).

Isso acontece devido ao cruzamento da compreensão de duas formas de memória: a primeira enquanto uma construção de repertório através da seleção contínua e dinâmica de informações e lembranças sobre experiências vividas; e a segunda, entendida como elementos que possuem certos valores que os caracterizam como dispositivos de memória - como por exemplo, um acervo audiovisual. Essa relação permite a construção de novas formas de perceber e experienciar o tempo e o espaço. Segundo Foerster (2020), há duas formas deste processo ocorrer:

Em Hansen, vejo dois possíveis cenários em jogo: 1. A mídia se desenvolveu junto com a cognição humana e, portanto, a cognição humana, incluindo a experiência do tempo, sempre foi informada pela mídia. 2. A era da mídia digital impõe novas estruturas temporais que não são modeladas de acordo com as possibilidades da percepção humana, mas ainda informam e alteram nossa percepção e memória (FOERSTER, 2020, pg. 04).

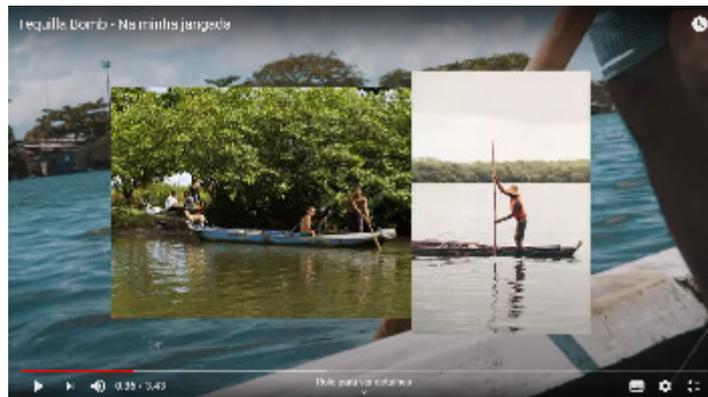
Antes da pandemia as mídias digitais já eram intensamente pensadas, teorizadas e praticadas, e se presumia seus avanços inexoráveis no cotidiano da vida humana. Com o processo do isolamento social, elas passaram a ser um dos principais meios de interação, estimulando as reflexões sobre essa aproximação intensificada.

Portanto, elas comparecem também no escopo da reflexão que trazemos aqui, como um novo suporte, construído de forma paralela às memórias vividas em campo – marcado pela construção de um olhar sensível –, especialmente no processo de interpretação e compreensão de indivíduos e/ou grupos de pessoas. Abarca os universos dos significados, valores, crenças e gestos, ou seja, diretamente ligada ao desenvolvimento da subjetividade.

[...] é coerente afirmar que nós, seres humanos, pensamos, construímos signos e transformamos pensamentos mediante interações com o pensamento dos outros. Assim, nossa voz é carregada de outras vozes, as vozes e experiências alheias penetram as nossas próprias, que somente existem e ganham sentido quando relacionadas ao outro (ARAÚJO, 2018, pg. 4).

No exercício da reflexão deste trabalho, um dos primeiros movimentos para a aproximação com as mídias enquanto suporte de memória se deu por meio da interação com acervos digitais dos pesquisadores e do Grupo de Pesquisa, que compreendem materiais imagéticos, cartográficos e sonoros – alguns deles vinculados ao projeto de Salvaguarda, já mencionado. Essa interação tem ocorrido direcionada pelas diversas formas de “olhar”, ou seja, perceber e acessar estes acervos, preencher lacunas, responder questionamentos, e ao mesmo tempo, apresentar novas entrelinhas.

Figura 5: Acervo de vídeo, pesquisa 2.



Fonte: Tequilla Bomb, 2019 (In: <https://youtu.be/MEBpYdhkmMo>. Acesso em: 23 maio 2020).

Figura 6: Montagem fotográfica, pesquisa 3



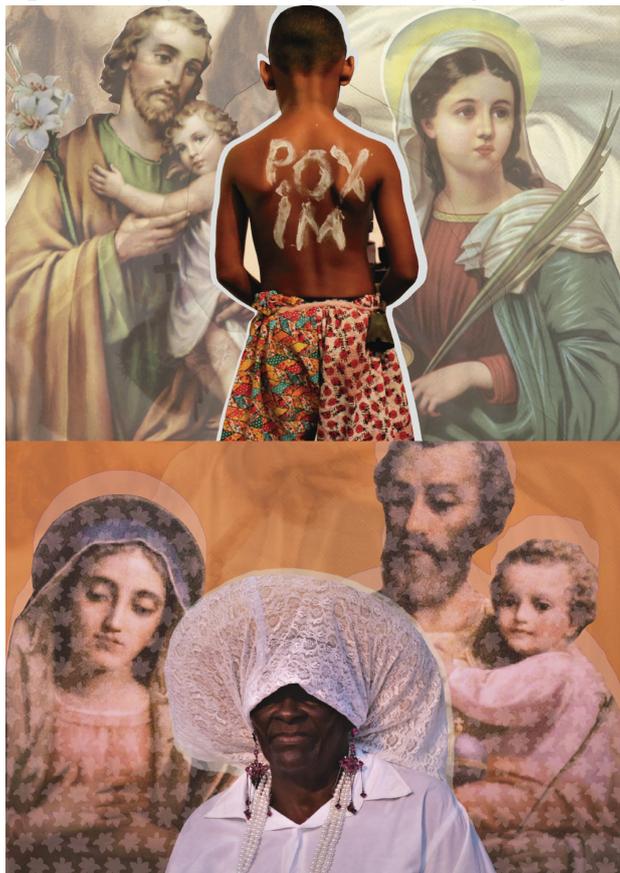
Fonte: Karina Oliveira, 2020 - Acervo pessoal.

As imagens se apresentam como instrumento íntimo no cotidiano, especialmente pela sua constante reprodução na contemporaneidade. Os processos de sua criação, bem como o da busca por compreendê-las, suscitam vários vestígios de memória. No caso das fotografias, podem ser entendidas como resultados de decisões sobre o que se considerou valer a pena registrar, são fontes de informações - se configurando em mensagens - com referências externas a si mesmas (BERGER, 2017, p. 39).

Uma das formas de se adentrar e redescobrir o contexto de pesquisa através, neste caso, dos arquivos digitais, trata-se então de procurar associar elementos visuais significativos e incorporar reflexões que designam novos caminhos de diálogos com a pesquisa. De fato, nesse caso, por vezes se trata de uma revisita, visto que também participamos da produção deste acervo e já trafegamos por ele em outros momentos.

Os produtos das mídias digitais, tais como aplicativos de manipulação de imagens, apresentam técnicas diferenciadas, porém concentradas em um único suporte, disponibilizando uma infinidade de usos. As representações resultantes dessas ferramentas sugerem potencialidades variadas. É possível editar fotografias, concebendo novas imagens. Partindo da ideia de que essas edições podem decorrer de reflexões e questionamentos, seus resultados se caracterizam em argumentos que tangenciam elementos sociais, culturais, sensoriais e a temporalidade. Pode ser entendido como uma “costura” de símbolos que referenciam a conjuntura subjetiva do pesquisador e seu contexto de pesquisa.

Figura 7: Experimentações de edição com imagem digital - Pesquisa 1



Fonte: Edição por Arlindo Cardoso, 2020, a partir do acervo do Grupo Estudos da Paisagem, 2019 (superior), e do Coletivo Muvuca, 2019 (inferior).

Por outro lado, deixando os acervos e adentrando no universo dos aplicativos, o *Google Earth* e o *Google Street View* podem ser utilizados como ferramentas de acesso a estas espacialidades. O primeiro permitiu visualizar através de satélites, a malha urbana da região do litoral norte de Maceió, onde se encontra Riacho Doce. Como num sobrevoo, foi possível identificar traçados, áreas verdes, condomínios, vias de acesso, vetores de expansão urbana e amostras de alguns dos impactos que a região vem sofrendo ao longo dos últimos tempos, através de recursos que permitem o acesso de imagens datadas em diferentes períodos. O *Street View* pode ser acessado como um complemento, trazendo a visão para a escala do transeunte, sendo possível percorrer as ruas da região e observar “de perto” as modificações da paisagem.

Além disto, foi feita a sobreposição dos mapas da cidade de Maceió³⁶ com os mapas disponibilizados pelo Google, sendo possível identificar as delimitações geográficas de cada bairro, situando no espaço os elementos paisagísticos resgatados através das lembranças. Essa atividade proporcionou o desenvolvimento de conjecturas a partir de uma montagem de pedaços da memória, de camadas musicais e de desenhos cartográficos.

Figura 8: Acima, imagens do bairro de Riacho Doce em 2020, abaixo, imagens de 2005, pesquisa 3



Fonte: Google Earth. Acesso em: 17 jun. 2020.

36 Bairros de Maceió. Disponível em: <<http://www.bairrosdemaceio.net>> Acesso: 23 de maio de 2020.

Neste mesmo caminho, agora nos reportando ao processo de construção de paisagens musicais, a conjectura entrelaçou ao diário de campo, as histórias experimentadas e a espacialidade percorrida antes, pelas experiências de morar na cidade e agora de frequentar as vistas aladas providas pelo digital. Diante do distanciamento social, esse balanço entre o imaginado e o vivido através de mídias, proporcionou a oportunidade de uma espécie de deriva, percorrendo os espaços sem sair de casa, sob a luz da tela de um computador.

Figura 9: Sobreposição de mapas, pesquisa 2



Fonte: Adaptado de Google Earth e Bairros de Maceió. Acesso em: 23 maio. 2020.

4. Outros acessos à cidade...

As propostas aqui apresentadas tiveram como finalidade discutir outras formas de experimentação do lugar diante da impossibilidade da apreensão da cidade e seus convívios frente à pandemia.

O trabalho com o campo, assim como os exercícios da memória, foi construído e firmado em fragmentos, apresentando lacunas sinuosas. Em tal caso, o esforço do pensamento aflora-se por meio de questionamentos, que servem como ligações, firmadas em argumentos teóricos e/ou na percepção construída através da experiência. Portanto, foi identificando territórios bem precisos trazidos pela memória ou pelo digital, que a metodologia foi se construindo. Mas também nos hiatos, nas lacunas, onde ficaram lastreadas nossas dúvidas e indagações.

Essas entrelinhas podem auxiliar na geração de novas percepções através da montagem de fragmentos da memória. Em tal caso, por meio de diferentes ferramentas - como as mídias digitais - remonta-se a percepção dos lugares.

Diante da ausência do campo, ao mesmo tempo em que se reconstruiu narrativas, abriu-se brechas para novas lacunas, sem a pretensão de todas elas preencher. Ou seja, foi nos movendo dentro da porosidade que mesmo as derivas materiais proporcionam e

acolhem, que o olhar da memória, bem como da imaginação foram aqui convocados. De uma ausência, se construiu presenças. Sempre cientes do acolhimento da qualidade lacunar que configura qualquer conhecimento, inclusive aquele que se move convicto que se faz para além ou de costas para o sensível.

DESAGLOMERAR AS FEIRAS?

Juliana Michaello Macêdo Dias

Ana Luíza Costa Ribeiro

Camila Gonzaga de Oliveira

Laís Caroline dos Santos

Mariana Monteiro de Oliveira

Nathalia Feitosa Barbosa

Willyam Vieira dos Santos

1. Feiras livres e pandemia

Pouco se sabe sobre o início da pandemia da Covid-19. Uma das hipóteses é de que ela teria surgido no contato com morcegos num mercado da cidade de Wuhan, na China. A demarcação desse território como o lugar de origem do vírus que atravessou o globo, modificando dinâmicas, afetos e a relação da sociedade com os espaços públicos, ainda que já descartada em investigações da OMS, é crucial para o debate que propomos aqui.

A crença da população mundial sobre o surgimento do Sars-Cov2, por longo tempo esteve vinculada a um espaço de trocas marcado por paladares tradicionais, a princípio não-globais, e de relações de corpo a corpo com os produtos. O vírus atacou duramente esta mesma experiência, que passou a ser mediada pela assepsia neuroticamente ritualizada de tudo que consumimos e principalmente pelo afastamento e desconfiança de tudo que aglomera, toca e respira.

Apesar da comodidade das compras *online* e o aumento dos hiper e supermercados, as feiras livres são espaços que persistem nas cidades brasileiras. Elas são as principais responsáveis pelo escoamento da maioria da produção de alimentos ao redor do país. São fonte de renda, fazem parte da cultura popular e são lugares de convivência e reconhecimento. Percorrer a feira significa participar de um espaço urbano diverso e vívido. Significa vivenciar uma experiência de compra e venda baseada na proximidade das pessoas, com o desenvolvimento de amizades entre os feirantes e os fregueses, possibilitando a fidelidade de preferência de produtos, a pechincha e as conversas informais.

Todas essas características marcam e consolidam a história das feiras populares no Brasil, tendo como principal marca a reunião de diferentes sujeitos dividindo e construindo

o mesmo espaço. Mas o que fazer quando a proximidade e a reunião passam a representar um perigo?

Ao nos debruçar sobre essa nova gestualidade e seus desdobramentos, espaços muito similares ao mercado de Wuhan expõe vulnerabilidades que passam pela possibilidade do contágio, a necessidade da renda cotidiana e as desigualdades sociais que se mesclam às orientações de como usar os espaços, marcadas pelo apelo de evitar aglomerações. Propomos pensar aqui nas implicações desse desaglomerar na espacialidade das feiras.

Figura 1 - A Feira no vazio. A foto foi produzida antes da pandemia, em horário em que a feira estava sendo desmontada.



Fonte: Foto de Nathália Feitosa, 2019, acervo do Grupo de Pesquisa Nordestanças.

As questões que motivam este texto surgem de inquietações oriundas de pesquisa desenvolvida nas feiras livres de Alagoas desde 2018³⁷, a partir da qual certas questões que atravessam o fazer a feira se adensaram como cruciais, a saber: a corporalidade, a memória, as insurgências e as gambiarras. Discutiremos aqui as implicações percebidas nestas questões a partir da circulação invisível do Sars-CoV-2. Por entre notícias, áudios de *Whatsapp* e pequenos vídeos realizados pelos próprios feirantes, teceremos um panorama do dito, do vivenciado, do percebido e do silenciado acerca da espacialidade das feiras populares em meio à enorme turbulência ocasionada pela doença³⁸.

³⁷ A discussão apresentada neste artigo é fruto de pesquisa em andamento financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, intitulada “Feiras Populares: territórios do persistir”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Nordestanças.

³⁸ A pesquisa citada anteriormente se encontrava no início dos trabalhos de campo pelos municípios do interior do estado no momento em que a pandemia atingiu o Brasil. Impossibilitados de manter o corpo a corpo com as feiras pelas recomendações da OMS, passamos a desenvolver trabalhos em duas frentes: uma campanha de divulgação de serviços dos feirantes que puderam manter as atividades através de delivery intitulada “Faz a Feira” e um observatório de notícias e publicações em redes sociais acerca das feiras na pandemia. O artigo aqui desenvolvido apresenta reflexões oriundas de ambas as experiências, mas está restrito aos primeiros meses da pandemia, até gosto de 2020. O Grupo segue analisando as novas dinâmicas que se estabeleceram desde então e deve publicar essas novas análises em breve.

2. Espaços e corpos aglomerados

Percorrer e vivenciar as feiras em seu cotidiano implica numa corporalidade própria, marcada pelos aromas, desvios, sabores, gritos, empurrões. Marca da enorme diferença entre as feiras e mercados populares em relação aos supermercados, a possibilidade do encontro com apelos sensoriais das frutas, ervas, legumes, animais, víveres, flores e corpos é sem dúvidas um dos elementos que caracterizam a experiência de fazer a feira, permitindo aos clientes e feirantes provarem os produtos pela textura, coloração, aroma. É quebrando a ponta da macaxeira que se sabe se ela está boa, é apertando a manga que se sabe se ela já está madura.

As feiras são propícias à proximidade e ajuntamento, evocando uma ambiência de aglomeração pelas suas características próprias, seja em um local mais fechado ou sendo organizadas em ruas. Suas barracas formam corredores estreitos onde se dispõem mesas, cadeiras, bancos e outros objetos. Nelas costumam circular grande fluxo de passantes, carrinhos-de-mão, carros de ambulantes, todos disputando espaço.

Entende-se que o motivo primordial de ir à feira surge da necessidade de compra e venda, mas a essência dessa venda também é a proximidade. Os vendedores criam e desenvolvem seus relacionamentos com os consumidores a partir de frases de efeito, conversas, sorrisos e simpatia. As feiras estabelecem hábitos e usos baseados nas trocas e entram no cotidiano da cidade como lugar de encontro, aglomeração. “*Às vezes nem vou comprar nem vou vender, mas é um hábito, né? Aqui a gente encontra os amigos, aqui a gente conversa, vê os preços se a feira tá boa, enfim é o meio que a gente vive né?*”, nos afirmou um frequentador da feira de Dois Riachos-AL em entrevista para projeto de pesquisa desenvolvido em 2016.

A persistência nos corpos de uma experiência da feira atinge, como destaca Dias (2020),

três níveis: a persistência da sensorialidade enquanto mediadora da experiência – uma experiência que conclama o corpo sensível; a persistência de uma cartografia experiencial que se rearranja “espontaneamente” e que resiste às mudanças físicas oriundas de forças externas, como as reordenações territoriais; a persistência dos gestos que fazem a feira, numa escala vivida cotidianamente por feirantes e usuários, que leva a um aprendizado do/no corpo, mas também a marcas nesses mesmos corpos – dores, ferimentos, impregnações dos aromas (DIAS, 2020).

Na mesma medida em que as máscaras recém incorporadas protegem e afastam feirantes e fregueses do vírus, essas também distanciam e dificultam as interações entre os grupos, uma das consequências do medo. Como sorrir quando as máscaras lhes cobrem o rosto? Como abordar um freguês quando a recomendação é falar o mínimo possível?

3. *Delivery, drive thru* e outras gambiarras iniciais

Com a pandemia os corpos passam a ser encapsulados. Há para os clientes duas opções: ficar em casa e pedir os alimentos pelos serviços de *delivery*; ou ir à feira com máscara que impede os cheiros e sabores de serem percebidos e evitando tocar em tudo, inclusive e principalmente nas pessoas ao redor. Para os feirantes, colocar em suspenso os receios acerca da doença, usar máscara por horas a fio e higienizar tudo em que tocam, passou a ser uma nova rotina. Para corpos que debulhavam feijão em pequenos grupos em plena calçada, essa parece ser uma mudança bastante drástica.

Como evidenciamos, o que destaca a experiência das feiras livres é o constante contato entre quem a frequenta, o “pegar nos alimentos”, a quantidade de pessoas e a proximidade existente entre as bancas. As feiras costumam ser identificadas justamente pela sua animação e movimentação. Após as estratégias de saúde implementadas, entretanto, elas passaram a conhecer uma palavra que não se fazia frequente em seu meio: distanciamento. Distanciamento entre os clientes, entre as bancas vizinhas, entre os próprios feirantes.

O distanciamento e a desaglomeração das feiras vão ser condições novas e terão consequências importantes em seus rearranjos. Pelo medo de precisar ficar sem trabalhar para manter a própria segurança e de outros, parte dos feirantes organizam outras maneiras de fazer as vendas, se adaptando e trabalhando por entregas em sistemas *delivery* e *drive-thru*. As estratégias fazem parte da tentativa de contenção do vírus para contornar a situação de aglomeração, gerando resultados inicialmente interessantes, e algumas feiras mantêm esses modelos ao longo do período da quarentena.

Gambiarra desaglomeradora 1 – a feira virtual

A migração das compras de produtos da feira para as diversas plataformas de venda online pareceu ser um caminho emergencial possível e em certa medida esse novo arranjo passou a funcionar tanto num modelo híbrido (onde o feirante manteve a barraca e passou a entregar seus produtos a domicílio *também*), quanto como única solução para tentar manter as vendas num volume mais próximo de antes da pandemia.

No entanto, este modelo esbarra em algumas questões que reforçam desigualdades de acesso à internet, iletramento, desabastecimento (uma vez que a agricultura familiar também foi afetada em suas redes de distribuição) e mesmo familiaridade com a venda através de ferramentas como *Instagram* (pouco disseminado entre feirantes) e *Whatsapp* (bastante disseminado, mas sem a constância necessária para manutenção de um negócio *online*)³⁹.

Além desta questão, uma vez que os produtos não estão à mostra e os fregueses normalmente não são os habituais, a seleção dos produtos passa a influir de maneira

³⁹ Essas inferências puderam ser feitas através de contato estabelecido com um grupo de feirantes, no projeto de extensão Faz a Feira Alagoas, bem como evidenciadas nas notícias, reportagens e gravações dos próprios feirantes.

drástica no estabelecimento de uma relação de confiança mútua. Muitas vezes basta um dos produtos da cesta de pedidos não chegar no consumidor a contento que o feirante passa a ser substituído por outro fornecedor. Como os produtos respeitam certa sazonalidade, não é possível garantir a qualidade sempre. Na feira em seu arranjo habitual esse não é um problema, já que a indicação de outra barraca, o empréstimo de certos produtos e a possibilidade de escolha direta minimizam as chances de a compra ser frustrada.

Na feira virtualizada, portanto, os laços que parecem primordiais para o arranjo das feiras tornam-se fugazes, líquidos, nos termos de Bauman. A feira migrada para o ambiente dos *bytes* não abriga a todos e não permite o estabelecimento de laços. Funciona para alguns, mas não consegue substituir o comércio ao vivo.

Gambiarra desaglomeradora 2 – o *drive thru* e o pegue e leve

Opção já existente no período pré-pandemia (podemos citar a feira do bairro da Jatiúca, em Maceió, como exemplo), o sistema de *drive thru* foi adotado em algumas feiras como medida para tentar garantir a certos fregueses a segurança da compra. A ressalva de que esta opção não abrange os consumidores de maneira ampla é evidente pelo uso do automóvel como cápsula protetora.

Para além da questão mais imediata da necessidades de um automóvel como condição de acesso as feiras limitar seu potencial público a uma classe média motorizada, trata-se também de um arranjo espacial problemático quando pensado na malha urbana. Nessa condição individualizada, ocupa-se as vias públicas com automóveis, inviabilizando o tráfego e ao mesmo tempo dificultando o acesso de pessoas caminhando, que se tentarem percorrer os espaços da feira terão que fazê-lo espremidas por entre os carros.

No meio do caminho entre o *drive thru* e o *delivery*, o *pegue e leve* (que foi autorizado em Maceió durante todo o período da pandemia) submete-se aos problemas levantados nos dois modelos anteriores: tanto depende de uma familiaridade com os pedidos e organização dos mesmos para entrega, quanto uma adequação dos espaços das feiras para os automóveis.

4. A aglomeração convertida em espetáculo do horror: a feira como grande vilã

No dia 15 de abril de 2020 um funcionário de um açougue na região do Mercado da Produção, em Maceió, faleceu em decorrência da Covid-19 (G1, 2020c). A morte do trabalhador foi a quinta no estado de Alagoas e ocorreu dias depois da semana santa, período que marca um intenso movimento nas feiras alagoanas devido à comercialização de peixe. Apesar de naquele momento já haver se instalado um medo coletivo em relação ao contágio e às consequências do vírus, a região do mercado produziu grandes aglomerações e sem que houvesse nenhuma orientação clara de que como organizar o acesso e os contatos dentro dos espaços de feira, as imagens dessa aglomeração se espalharam, causando estigmatizações profundas acerca de feirantes e usuários (TNH1, 2020b, 2020c).

Em meio à disseminação do Coronavírus, a população passa a ser espectadora assídua em notícias e informações, através das mídias e redes sociais, observando atenta cada um que coloca em prática as medidas preventivas contra a infecção. Os centros comerciais vivenciam o protagonismo em tempo real na quarentena e, obviamente, locais oportunos de aglomeração ganham ainda maior destaque nesse cenário. As feiras são expostas e há, mais do que nunca, muitos olhares sobre elas. Enquanto pedidos de isolamento, ondas em massa de *hashtags* como *#ficaemcasa* e apelos para não desobedecerem a quarentena ganham força, muitos trabalhadores permanecem divididos entre o medo de adoecer correndo risco de infecção pelo Coronavírus e o de não conseguirem se sustentar, vivenciando um momento complexo e de dualidade.

Imagem 2 - As feiras invadem o noticiário como ameaça e ameaçadas. Clipagem de Notícias produzida pelo Grupo de Pesquisa Nordesteanças, 2020.



Quando tratamos sobre as maiores vítimas desta crise sanitária, é possível concluir que a desigualdade socioeconômica é o fator determinante que ceifa as vidas em Alagoas:

os primeiros levantamentos de vítimas do Coronavírus nos boletins epidemiológicos das secretarias de Saúde do Estado mostram que a população negra aparece com os maiores índices de mortos e contaminados, sendo estes 38,86% dos casos confirmados e 55,56% pardos, nos óbitos, 14,12% são de negros e 84,71% raça em análise, considerados mestiços.

Com as novas narrativas coletadas acerca das feiras nas redes sociais e nas mídias ao longo da pandemia, é fácil perceber como essas mesmas populações são culpabilizadas pela crise sanitária. Tendo seus primeiros casos registrados no mercado de frutos do mar de Wuhan, as feiras e mercados populares em todo mundo foram estigmatizadas e atravessam novas formas de agressão e ameaça.

5. Decretos: “organize-se!” ou “se vire”

Desde o início da pandemia no estado de Alagoas as feiras populares estiveram em pauta. Em sessão já virtual de 30 de março a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas já solicitava informações sobre o planejamento logístico do abastecimento das feiras livres e mercados públicos na capital e no interior de Alagoas (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS, 2020). Em 25 de março a Associação dos Municípios de Alagoas (AMA) já havia emitido nota em que recomendava aos gestores municipais:

2 metros de distância mínima entre barracas; Somente com vendas de alimentos de primeira necessidade, como cereais, carnes aves, peixes, frutas e verduras; Evitar feirantes oriundos de outros municípios; Controle da feira com equipe da vigilância sanitária; Controle de acesso aos mercados; Atenção às medidas de higiene. Lavar as mãos com água e sabão e fazer uso de álcool em gel sempre que possível (TNH1, 2020e).

Na tentativa de conter o avanço da disseminação do vírus, as prefeituras decretaram medidas e condições de uso das feiras como alternativa ao seu fechamento temporário. As medidas de algumas prefeituras passaram por decretos como os de alternância de dias de feira, diminuindo a frequência em que estas são realizadas, outras trabalharam com o distanciamento entre barracas, reduzindo expressivamente sua quantidade e, conseqüentemente, deixando inúmeros feirantes na lógica da rotatividade, disputando espaços e dias de uso (FARIAS, 2020; G1, 2020b).

Sabe-se que o que mais pesa em relação ao funcionamento das feiras é, em sua maior parte, a falta de infraestrutura. Em muitas cidades do Brasil, grande parte das feiras livres ficou inoperante porque não possuía estrutura adequada e mínima para aplicar as estratégias passadas pelas prefeituras, a principal delas o distanciamento entre barracas - o que causava medo por parte dos clientes caso não fosse aplicado, por conta da proximidade que haveria entre as pessoas – a aglomeração passa a ser vista como um grande empecilho à manutenção das feiras.

Diversas exigências por parte do poder público em relação às feiras livres são difíceis de serem colocadas em prática, pois a maior parte das mesmas se mantiveram pela organização própria dos feirantes, majoritariamente usando técnicas de improvisos ou gambiarras para a montagem e organização das barracas.

As feiras normalmente se organizam nas ruas ou praças e têm um formato linear ou um formato atravessado, que à primeira vista pode dar a ideia de “labirinto”, mas ainda assim têm uma organização. A proximidade entre as barracas ajuda na construção da rede de apoio entre os feirantes, que indicam produtos de outras barracas próximas quando não o têm.

No entanto, nesse momento, mediante aos decretos, surge a necessidade de reorganizar os modos de fazer a feira, pensando justamente as distâncias. Na impossibilidade de cumprir as restrições, paradoxalmente de reponsabilidade conjunta dos próprios gestores, ao longo da pandemia em Alagoas 28 municípios suspenderam totalmente o funcionamento das feiras (ALAGOAS 24 HORAS, 2020; G1 ALAGOAS, 2020a). A interdição a feirantes de outros municípios nas feiras que seguiram funcionando desdobra-se em novos problemas, já que é comum que os feirantes, principalmente no interior do estado, percorram as diversas praças para garantir a renda. Como destacam Dias e Oliveira (2019):

A feira cria, assim, conexões concretas construídas através dos compradores que saem de seus municípios em busca das feiras mais abastecidas, como também pela rede silenciosa que se constrói pela via das mercadorias, ligando cidade e campo, e mesmo cidades e estados entre si.

Desta maneira, os rearranjos espaciais e as novas configurações que possam ser articuladas para que estas se mantenham em funcionamento afetam não apenas a sua dinâmica interna, mas toda uma rede de relações que se estabelecem para além dos espaços urbanos.

6. Rearranjos - a feira sem xepa

Com as mudanças nos formatos de organização, as barracas precisam ser reajustadas, obrigando os feirantes a acordarem mais cedo que o habitual, tanto para se deslocarem quanto para não atrasarem na arrumação, uma vez que a duração no ato de fazer a feira foi reduzida. Ainda na perda de tempo e no tempo de perda, os feirantes se mostram preocupados com a quantidade de produto que estraga e no prejuízo financeiro pois não conseguem vender tudo, muitas vezes por não atingirem o fim da feira, mais conhecido como “xepa”.

Além disso, alguns feirantes mudaram radicalmente o modo de trabalho, a exemplo dos que tinham barracas de lanche fixas, mas que não podem mais oferecer o serviço com mesa e cadeira para que as pessoas descansem, fazendo com que elas não procurem as barracas com a mesma frequência. Como alternativa a este fato, esses vendedores viram ambulantes, levando o lanche até seus consumidores. Apesar de proibido, o comércio ambulante passou a ser também uma alternativa ao desemprego, inserindo nos espaços das feiras grupos que não estavam ligados às mesmas antes.

De outro modo, a proximidade entre as pessoas ainda é realidade em certos locais, pois existem dois principais caminhos nas narrativas de quem constrói a feira, bifurcados exatamente em sua localização, já que nas cidades grandes a situação é diferente das cidades menores. Enquanto nas maiores as pessoas preferem fazer as compras nos supermercados, nas menores o trabalho do feirante é redobrado e até mesmo mais valorizado. Há uma preocupação em levar alimento para as pessoas que moram distante dos grandes supermercados que continuaram em funcionamento. Em um lado temos a superlotação, no outro a preocupação com o baixo movimento e o esvaziamento.

Além disso, há medo na fala dos vendedores com relação à higienização, pois o dinheiro é um grande acumulador de bactérias. Também se torna necessário prestar atenção à higienização dos alimentos dispostos à venda aumentando os pequenos trabalhos cotidianos impressos nos corpos feirantes. Muitos levam álcool em gel, colocam postos com água e sabão para que todos tenham a possibilidade de se higienizar, mas de qualquer forma uma boa parte das pessoas não o fazem. Os feirantes se mostram preocupados em limparem os produtos e ainda fazem um trabalho de conscientização dos colegas e dos fregueses que por vezes não se preocupam ou não sentem necessidade de se higienizar (NAKAMURA, 2020).

A incorporação da máscara e do álcool gel

Além das proposições e declarações do poder público, outra constante surge para ampliar a atenção sobre as feiras: as mídias sociais e televisivas. A mídia tem um papel fundamental na construção dos olhares populares, uma vez que a população tem esses meios como fontes absolutas de informação. A internet ajuda na divulgação das estratégias alternativas de venda dos feirantes, que se comunicam com seus clientes através de aplicativos de comunicação direta, mas também protagonizam uma onda de opiniões, algumas com fundamento e outras não.

O pouco interesse dos feirantes em se protegerem ou adotarem medidas preventivas nas feiras, mais evidenciado midiaticamente nos primeiros meses, foi constantemente publicizado – ignorando muitas vezes a responsabilidade do poder público nessas mesmas medidas. Muitos veículos informativos evidenciaram manchetes, vídeos e publicações com flagrantes que revelavam o descumprimento das medidas de higienização e proteção. É nesse momento, então, que as feiras livres começaram a criar, diante das pessoas, um caráter negativo como ambiente de alto risco e propício para propagação do vírus. Cada vez mais discursos da espécie “eu não vou à feira porque tenho medo” passaram a ser comuns nas narrativas pessoais na internet. Se antes a maioria dos feirantes não estava tão preocupada em adotar as medidas básicas como uso de máscara, empacotamento dos produtos, uso de álcool em gel e o distanciamento, após o registro de queda nas vendas e movimento, um estímulo foi criado.

Nos últimos três meses passa-se a observar através de vídeos, que anteriormente só denunciavam o erro e a negligência, a preocupação dos feirantes em seguir rigorosamente (ainda que dentro de suas possibilidades) as medidas estipuladas pelas prefeituras. O contexto finalmente começa a inverter-se, e crescem as iniciativas em aplicar as estratégias, independentemente que o intuito primário pareça somente a permanência para prosseguirem ativos no trabalho. Hoje, as feiras estão preocupadas na correta aplicação das medidas e buscam novos arranjos que incluem o álcool em gel, a embalagem de produtos e a exigência das máscaras.

A xepa possível

Diante desse cenário pandêmico, repleto de decretos, regulamentos e medidas sanitárias criados para garantir a saúde de todos, as feiras livres, que dificilmente possuem amparo estrutural, se deparam com mais um obstáculo para persistirem e permanecerem existindo. Durante todo o período da quarentena as feiras e os feirantes passaram pela necessidade de reconfigurar-se, estabelecendo um equilíbrio precário entre a escassez de condições materiais e a necessidade que termina por mover feirantes e frequentadores a manter as feiras abertas, ainda que constantemente se questionando por quanto tempo e em que condições. Basta uma busca rápida em plataformas de pesquisas *online*, para lermos matérias sobre a suspensão ou o fechamento das feiras; não se pode negar o risco e a preocupação, principalmente por parte dos feirantes.

O que se traz à tona com esse questionamento, são muitas outras perguntas que o permeiam. Seria este um fim temporário das feiras? O que acontecerá no final com aquelas que fecharam durante o isolamento e estão fechando agora, elas conseguirão voltar? Como os feirantes se manterão sem a feira? Será que depois dessa crise as prefeituras darão mais atenção à infraestrutura das feiras?

Entender que os feirantes não se importam com a propagação do vírus é vilanizar um grupo de pessoas que, por não terem muitos suportes diretos, precisam continuar trabalhando para garantir seu sustento. É ainda mais contraditório que as críticas proferidas a esse grupo não tenham o mesmo peso para outros setores não essenciais que continuaram ativos durante o mesmo período.

7. Voltaremos a aglomerar?

Os três primeiros meses da pandemia marcaram um período de medo, incertezas e luto. Havia quem acreditasse na resolução da pandemia mundial nos meses finais do ano de 2020, há quem só veja possibilidades de vivenciar algo mais próximo da antiga normalidade a partir dos anos seguintes.

E embora muitos países que passaram pela quarentena já comecem a flexibilizar, devido ao achatamento da curva de contaminação em suas respectivas cidades, outros

ainda não atingiram o pico de contaminação, como é o caso brasileiro. Mas quando parte da população e autoridades do país minimizam a pandemia, indeferem as campanhas que aconselham a permanecer em casa ou até mesmo o uso de máscaras, não é de se espantar que as medidas básicas de combate à propagação do Coronavírus não estejam sendo abraçadas por todos.

O Brasil, apesar de se esperar que caminhe em direção a resultados um pouco mais estáveis a longo prazo, ainda não experimentou uma quarentena totalmente sólida. Há filas nos sistemas de saúde, não há testes ou leitos suficientes para a maioria da população. E enquanto muitos pesquisadores se unem numa corrida para criação de vacinas contra a Covid-19, pessoas em todo o mundo criam expectativas e anseiam para uma possível cura, entretanto, o futuro ainda se mostra turvo e incerto.

O que se torna claro nesse quadro pandêmico é que esta, provavelmente, seja a hora mais oportuna de repensar e reinventar algumas características das feiras livres relacionadas à sua estrutura, agindo e cobrando efetivamente do poder público ao escancarar as consequências colhidas pela sua falta de ação. O Professor Cícero Péricles, que se debruçou em inúmeras publicações sobre as questões relativas ao comércio popular apresentou em recente entrevista ao portal Cada Minuto (ALENCAR, 2020) o seguinte argumento:

Seria necessária uma combinação de interesses entre as prefeituras e as associações de feirantes para que elas incorporassem mais infraestrutura e elementos de higiene, conforto, padronização e se tornassem visualmente agradáveis. No entanto, o grau de organização dos feirantes é muito frágil e nos falta uma política geral de modernização desse canal de comercialização popular. As imagens das feiras como uma aglomeração desprotegida, com todos os feirantes e clientes muito próximos, sem os devidos cuidados, como máscaras, álcool gel, etc., não ajudam, devendo os consumidores procurar alternativas mais seguras de abastecimento. Neste momento, mais que nunca, as prefeituras e associações de feirantes devem apresentar um plano com soluções para estas situações (ALENCAR, 2020).

Através dos fatos, não é de se negar que a negligência e o descaso ocorridos com relação à manutenção das feiras são um risco evidente para sua existência. Pergunta-se, entretanto, quantos eventos extraordinários de calamidade pública com caráter sanitário deverão surgir para que isso mude?

Pensar sobre o impacto que a pandemia irá gerar nas várias áreas da vida populacional é de uma grande complexidade. Estamos falando das esferas psicológicas, sociais, econômicas, estruturais, financeiras, culturais e muitas outras. As feiras, historicamente propícias à proximidade e ajuntamento, agora se veem sob uma lógica estranha, brutal e transformadora. Se o vírus explicitou uma série de precariedades e desigualdades das nossas espacialidades urbanas, ao chegar nas feiras populares as mudanças foram sentidas de modo visceral.

O aglomerar, o tocar, o percorrer a feira com seus esbarrões, sons, encontros e laços certamente não desaparecerão das nossas experiências urbanas. No entanto, ainda há muito a se imaginar sobre as condições em que isso se fará num futuro em que as distopias mais otimistas preveem novas e devastadoras pandemias.

Imagem 3 - A feira vazia. A foto foi produzida antes da pandemia, em horário em que a feira estava sendo desmontada. Foto: Willyam Vieira, 2019



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Nordesteanças

DA LENTIDÃO AO SILÊNCIO, DO SILÊNCIO AO VAZIO E À AUSÊNCIA: A CIDADE, O VÍRUS E O RETORNO DAS BORBOLETAS

Maria Angélica da Silva

1. Catástrofe

A pandemia nos obriga a escrever, por um lado, de uma forma bastante desamparada, visto que estamos vivendo os fatos no dia a dia, sem intervalo para a observação distanciada sobre o que está ocorrendo. Por outro, sua urgência e sua força demandam aceitar o desafio de escrever em meio à corda bamba, movidos especialmente por nossos impulsos e observações ainda frescos. Sua premência, porém, impede que façamos qualquer movimento sem colocá-la no discurso. Expressiva parte das vidas humanas está em jogo e desta forma, a atual catástrofe se avizinha com uma intimidade que nem sempre guardamos com os temas de nossos estudos e pesquisas sobre os quais longamente e detalhadamente nos debruçamos.

Este artigo busca observar menos a pandemia e mais a quarentena. Mais o seu contexto e os fatos que giram em seu redor. Pois ela, apesar da gravidade, pode ser entendida como um suspiro, um ponto de inflexão de uma trajetória que viemos palmilhando. Neste aspecto, pode não se diferir muito de outras passadas, até mesmo da Peste Negra, quando as pessoas consideravam seus comportamentos responsáveis pela ira dos céus a trazer a morte. Maior agora parece ser o desamparo pois em décadas de amplo domínio da ciência, Deus foi afastado.

É fato que se fortaleceu o sentido da casa comum, e acompanhamos atentos os fatos do mundo. A pandemia alastrou e se camuflou nas rotas rápidas que cada vez mais adotávamos. Os mais hábeis na tarefa de viajar foram os primeiros a se obrigarem a observar se seus corpos-mala traziam junto das lembranças dos passeios ou dos arquivos de trabalho, o vírus.

Por outro, estes dias de quarentena são próprios destes exatos tempos em que atravessamos, esta passagem estreita, que trouxe uma sensação de claustrofobia para dentro da própria cidade ou da casa onde habitamos. Serão examinados alguns aspectos que talvez nos ajude a pensar passados, a fazer um balanço do que pode representar futuramente, para a vida social, em cidades, e para a vida privada, as mudanças que vivemos neste período ditado pelo afastamento e pela não aglomeração.

2. Os números do tempo

Conjugado ao espaço, sempre virá o tempo. Então quando nos isolamos, o tempo também se torna outro. Quando a expectativa cresce, ou a ansiedade, ele tomará decerto uma diversa feição. Por outro lado, neste período, o fora da casa se mostra encolhido, o dentro se amplia. Os dias se embaralham, os feriados se antecipam, os meses se colorem da mesma cor.

Mas se é assim que se opera na esfera do cotidiano, no que tange à relação mais estreita com a pandemia, o seu tempo se apresentou, nas fontes de informação, como algo quantitativo. Infectados, mortos, recuperados, leitos em hospitais, todas estas informações, que de fato dizem respeito à vida humana, chegaram a nós em infográficos que usualmente se acoplaram a formas numéricas. Em tabelas, as cidades se alinhavam de acordo com os números de casos, bem como no mapa do Brasil, os estados iam se pintando de cores cada vez mais escuras à medida que iam sendo tomados pela doença. Os esquemas gráficos com os leitos disponíveis iam também crescentemente apresentando seus dados aumentando na proporção da passagem do tempo.

Houve e tem havido, de certo, todo um outro conjunto de matérias detalhadas e narráveis sobre a catástrofe através dos noticiários, mas mesmo neles, os números tiveram um papel importante assim como as imagens, por exemplo quando se mostrava e se mostra simplesmente a sequência geométrica dos buracos na terra no aguardo dos corpos. E na imaginação de quem contemplava e contempla as notícias, as mil pessoas desaparecendo em um só dia nem sempre era um dado capaz de criar a comoção devida, tão imensos eram e são os números... No caso do Brasil, em um governo de desmandos, até mesmo este frio acompanhar das tabelas foi um direito ameaçado ao público.

Nos primeiros meses, inclusive nas grandes capitais, nem sempre se via casos ocorrendo ao nosso redor. Os números crescentes estavam nas telas, mas desapareciam quando olhávamos ao redor até que se tornaram próximos, batendo à porta, e a partir daí, sem cerimônia, entrando nas nossas casas e corpos.

Uma outra urgência do tempo atingida pela feição numérica foi a que chegou os relatos dos que fizeram a análise dos fatos. Estes precisaram ser datados inclusive em dias. É assim que vão ocorrer as reportagens e os pareceres dos analistas divulgados a princípio, pela internet e atualmente já configurados em livros. Dentre o frenesi de produções, surge a famosa Sopa de Wuhan, obra em que um mesmo autor assina mais de um artigo visto que a distância de poucos dias já o levava a examinar a situação de modo diverso ou em grau mais ou menos contundente. No caso da Sopa, reúnem-se artigos de grandes nomes contemporâneos, e teve como um aspecto bastante positivo, o acesso gratuito. Obviamente os artigos não se sucedem em harmonia e alguns autores – mesmo amigos – se colocam em polos opostos como Agamben e Jean-Luc Nancy (JEAN-LUC NANCY in AMADEO, 2020, p. 30).

A crise provém do corpo e este corpo é planetário afirma Franco Berardi (in AMADEO, 2020, p. 39 e 43), afeta logo os pulmões como se salientasse que vem dos ares a grande contaminação (Idem, p. 46). Alguns, como Judith Butler, alertam sobre empresários ansiosos por capitalizar o sofrimento global (in AMADEO, 2020, p. 60) enquanto outros brindam a possibilidade de futuros movidos pela solidariedade e cooperação global (SLAVOJ ŽIŽEK in AMADEO, 2020, p. 22).

Enquanto isso, o artigo de Byung-Chul Han salienta a situação chinesa na qual se “desconhece” a expressão “esfera privada” (in AMADEO, 2020, p. 100). Assim o país não enfrentou empecilhos para desenvolver uma forte biopolítica digital. Salientando os atos ligados ao construir umbrais imunológicos e fechar fronteiras (Idem, p. 108), o autor declara a supremacia chinesa levantando a hipótese de o país chegar a vender a fórmula do seu estado policial digital a outros países (Idem, p. 110). Em posição contrária a Slavoj Žizek, obviamente não cogita que o vírus vencerá o capitalismo (Idem, p. 109).

3. A velocidade do tempo

Um outro fato interessante foi a espessura que tomou o tempo presente. A fugacidade que a vida no Ocidente atingira já vinha sendo comentada há muito, sendo apontada em obras seminais como a de Marshall Berman, editada no Brasil em 1986, que se intitulou “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Metáfora que, por sua vez, será retomada por Zygmunt Bauman liquefazendo a modernidade, os tempos, o amor, numa série de publicações que também alcançaram sucesso. Tudo se torna temporário, fluido, o autor fala “da enorme velocidade da mudança, do acelerado envelhecimento e da perpetuidade dos novos começos” (BAUMAN, 2001, p. 178).

Pode-se associar o começo da era moderna a várias facetas das práticas humanas em mudança, mas a emancipação do tempo em relação ao espaço, sua subordinação à inventividade e à capacidade técnica humanas e portanto, a colocação do tempo contra o espaço [...] não são um momento pior para começar uma avaliação que qualquer outro ponto de partida. A modernidade nasceu sob as estrelas da aceleração e da conquista de terras, e essas estrelas formam uma constelação que contém toda a informação sobre seu caráter, conduta e destino. Para lê-la, basta um sociólogo treinado; não é preciso um astrólogo imaginativo. (BAUMAN, 2001, p. 131)

O autor vai continuar mostrando que o jogo de dominação em contextos líquidos antepõe não o maior versus o menor, mas o mais rápido e o mais lento. “Dominam os que são capazes de acelerar além da velocidade de seus opositores”. (BAUMAN, 2001, p. 215).

Sua reflexão ecoa perto de nós, através de Milton Santos quando vai traçar quadro semelhante ligando modernidade e velocidade.

O mundo de hoje parece existir sob o signo da velocidade. O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz, dentro dos parâmetros reinantes, conduz a considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude. (SANTOS, 2001, n. p.)

O autor vai mostrar como este fato econômico puxa todo um conjunto de circunstâncias sociais movido pela força dos mais poderosos e pela ênfase na tecnologia.

Na medida em que as grandes empresas transnacionais ganharam dimensões planetárias, a tecnologia se tornou um credo generalizado, assim como a velocidade. Ambas passam a fazer parte do catecismo da nova fé. (SANTOS, 2001, n. p.)

Este signo, anunciado em todas as esferas da vida, que vai das sofisticadas manipulações tecnológicas às circunstâncias mais corriqueiras da vida cotidiana - anunciando como vantajoso o menor tempo que gastaremos no manuseio de um shampoo ou um dentifrício - também se estende para qualificar pessoas. Pois os que não aderem ou não podem aderir completamente a este tempo veloz, em geral correspondem a partes da sociedade que se ligam a circuitos pretéritos. São os que pertencem ao mundo do manual, do não industrializado, mas que são capazes de, incluídos, tornar a vida mais diversa e profunda.

Daí a emergência possível de uma pergunta de ordem prática: será mesmo impossível limitar a velocidade dos mais velozes, isto é, dos mais fortes? Ou, em todo caso, poderíamos limitar essa força dos mais fortes? (SANTOS, 2001, n. p.)

Chegando mais próximo dos dias de hoje, trazemos a discussão de Giorgio Agamben sobre o contemporâneo. Antes da pandemia, já chega a mencionar a fratura do tempo. Tempo quebrado e doloroso, não mais apenas fluido, mas rompido. Do sólido, ao líquido. Do líquido ao ar. Do ar, à escuridão. “Pode-se dizer contemporâneo apenas quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue entrever mesmo a partir da sombra, a sua íntima obscuridade”. (AGAMBEN, 2009, p. 63) Neste contexto da catástrofe do presente, o presente é fino, e se separa do resto apenas pelo que não foi realizado.

[...] a via de acesso ao presente tem necessariamente a forma de uma arqueologia que não regride, no entanto, a um passado remoto, mas a tudo aquilo que no presente não podemos em nenhum caso viver, e restando não vivido, é incessantemente relançado para a origem, sem jamais poder alcançá-la. (AGAMBEN, 2009, p. 70)

As metáforas dolorosas do tempo já estavam em Benjamin, que observa o sepultamento de inúmeras práticas, de inúmeros tempos. Inclusive o do narrador, dono de uma memória repetitiva, constante, que a modernidade não acolhe. Não tem tempo.

O tédio é o pássaro do sonho que choca os ovos da experiência. O menor sussurro nas folhagens o assusta. Seus ninhos – as atividades intimamente associadas ao tédio – já se extinguíram na cidade e estão em vias de extinção no campo. Com isso, desaparece o dom de ouvir e desaparece a comunidade dos ouvintes. (BENJAMIN, 1987, p. 204-205).

Mas a pandemia trouxe o tempo passado de volta para muitos de nós. Espaço para o ócio que pôde significar nervosismo e estresse. Mas certamente abriu uma clareira, sossegou a atmosfera e sobrou tempo para pensar o porquê de tanta pressa. São muitos os depoimentos que afirmam ser os dias de pandemia, todos iguais, que as tarefas se avolumaram. Que o trabalho e a ansiedade cresceram. Mas há outros movimentos submersos que se pretende salientar nos argumentos apresentados aqui.

3. O tempo do silêncio

O movimento parece gerar sons. Quando ele diminui, diminuem também os ruídos. Difícil pensar numa superfície plácida anunciando o estridente. Um lago de águas transparentes arrepiado por instrumentos musicais. O mar exemplifica bem este cadeamento natural: quando as ondas crescem, as águas ressoam e na maré baixa ouvimos outros sons que o mar deixa de abafar.

Nestes tempos onde os automóveis trafegam menos e os aviões desapareceram, uma outra atmosfera dominou as cidades. A palavra atmosfera faz-nos recordar o arquiteto Peter Zumthor que vai mostrar como este atributo envolve tamanha delicadeza que se torna difícil descrevê-la, embora sejamos capazes de senti-la.

Nós percebemos a atmosfera através da nossa sensibilidade emocional – a forma de percepção que trabalha incrivelmente rápida, e da qual nós humanos evidentemente necessitamos para nos ajudar a sobreviver. Nem toda a situação nos dá tempo para organizar nossa mente decidindo se gostamos ou não de algo ou se podemos nos encaminhar melhor na direção oposta. (T. A.) (ZUMTHOR, 2006, p. 15)

Perceber atmosferas é uma estratégia de sobrevivência e quase não depende de um substrato cultivado. Vai além da mera conexão ocular e se abre a uma percepção deambulatória e sinestésica (GRÍFFERO, 2013, p. 2). Atmosferas podem estar ligadas ao transcendental, ao inconsciente, à memória involuntária. É pouco acomodada ao nível da matéria e desapegada dos objetos. Por outro lado, pode acordar uma sensação de estar em casa. Um calor doméstico. Mas sempre se vincula a um sentido de experimentar

o espaço. Ela vai da casa para a cidade, ela se liga ao vivido, mas também à recordação e à memória involuntária.

Ele deriva entre outras palavras, da interiorizada (“habitabilidade”) que a arquitetura deve levar em conta se ela pretende não apenas oferecer utopias mas “experiências vividas” (JANSON, 2005, p. 147) [...] E não se pode subestimar sequer o fato de que mesmo a sombra trazida por uma edificação, que invade o espaço vizinho, determina um poderoso efeito estético e alimentador do corpo (e assim, atmosférico). (T. A.) (GRÍFFERO, 2013, p. 6)

Desta forma, o conceito de atmosfera nos leva a pensar como nossos lugares de existência estão ligados ao ritmo das coisas, como entre o que está fora e dentro do nosso corpo, existe uma conexão intensa e contínua. E que expressiva parte destas conexões foram construídas por milhares de anos, nos fazendo dependentes do sol, do ar, das águas, da terra. Tudo que hoje afastamos para pisar no piso liso, rodar no asfalto, eximir do alimento a casca, a semente, a dureza, afastar qualquer dificuldade. Conforto e rapidez parecem dar-se as mãos.

Na placidez, existe a chance de se familiarizar com outro ritmo de vida. Com o não ruído. Silêncio é um vazio? Um não dizer?

5. O silêncio do vazio

Um outro fenômeno, aliado à lentidão e ao silêncio, é o vazio. E ele também chegou a todos nós. Em especial aos acostumados à aglomeração e às multidões. Por isso, um outro conjunto de imagens impactantes como as sequências de covas para o enterramento, tenha sido as dos centros vazios das cidades. Este fato inspirou várias reflexões e fez surgir também séries fotográficas e publicações. Uma delas – *Le Piazze [In]visibili* – reportou dezenas de praças italianas, que foram objeto de texto e fotografia. O ponto em comum entre elas: difícil de serem imaginadas vazias. Também neste caso, cada texto acerca de uma praça, veio acompanhado de data completa: dia, mês e ano.

Alguns tratam o vazio como um tipo de insulto a uma praça (VAN STRATEN, in DELOGU, 2020, p. 14). Na de Trastevere, Roma, o autor se vale da presença pouco familiar do lodo fazendo par com a também não familiar ausência das pessoas (LAHIRÌ in DELOGU, 2020, p. 16). Alguns trazem suas memórias da praça na infância, permitindo-se tecer harmonias fantásticas.

Como ninguém notou isto? Como ninguém nunca escreveu sobre? Parece inacreditável, mas nunca li isto em lugar nenhum. Então quero dizer claramente: a torre Eiffel é a exata cópia das Fontes dos Quatro Rios de Gian Lorenzo Bernini. [...]. (T. A.) (MAGRELLÌ, in DELOGU, 2020, p. 12)

Outros afirmam acerca de uma praça na cidade de Prato, famosa pelas obras de Giuliano da Sangallo, e “sem o homem a usá-la, o espaço vem sendo reconquistado não só pela natureza, mas também pela geometria”. (T. A.) (VERONESI in DELOGU, 2020, p. 40) Enquanto a de San Nicola, em Bari, sempre atarefada nas atividades do comércio, pouco tempo lhe sobrou para ser lírica ou metafísica (LAGIOIA in DELOGU, 2020, p. 46). Agora, sem atividade, compartilha a sua lacônica inutilidade com a de Milão, cuja branca catedral desencantou-se ao ausentar-se da função de pano de fundo para *selfies*. Segundo Joseph Rykwert o vazio deixa ver os ossos da praça (in DELOGU, 2020, p. 50).

Figura 1 - Imagens das Praças de Trastevere e Navona, em Roma (acima), e da Praça Duomo, em Milão.



Fonte: Le Piazze [In]visibili, 2020.

Trazendo para perto de nós esta questão, uma serie de imagens sobre São Paulo, agenciando a capacidade de contraste, mostraram o centro da cidade em preto e branco. São paisagens conhecidas, mas desabrigadas de movimento e de pessoas.

Uma primeira sensação que elas podem causar é a confusão de tempos. Como muitas delas lembram cenários do final do século XIX e início do XX, que estamos acostumados a ver em fotografias antigas, parece que simplesmente trata-se destas reproduções, nas quais, à época, o fotógrafo deliberadamente evitava que os transeuntes fizessem parte da cena. Mas depois, ainda nesta série, surge a cor. E em todas elas, esparsos personagens. Sempre poucos. São os que limpam, os que cuidam, os que quase não reparamos no cotidiano, mas que mantêm os lugares habitáveis. Surgem na solidão, agora, pelo uso da máscara, literalmente sem rosto, identificados pelo que lhes cobre o corpo: o uniforme e em alguns casos, com as ferramentas de trabalho. De fato, um vazio, que antes demandaria um esforço quase insano de se acessar, se dá a ver como a praça de ossos italiana.

Figura 2 - Série “The Great Empty”,



Fonte: Felipe Hellmeister, abril de 2020.

A ideia do vazio presente nestas imagens talvez se faça mais compreendida quando a conectamos a espaços icônicos acerca desta qualidade espacial. As ilhas, por exemplo.

Sonhar ilhas, com angústia ou alegria, pouco importa, é sonhar que se está separando, ou que já se está separado, longe dos continentes, que se está só ou perdido; ou, então, é sonhar que se parte de zero, que se recria, que se recomeça. [...] Separação e recriação não se excluem, sem dúvida: é preciso ocupar-se quando se está separado, é preferível separar-se quando se quer recriar; contudo, uma das duas tendências domina sempre. (DELEUZE, 2007, p. 2-3)

Se podemos lembrar de ilhas no caso de São Paulo, talvez não seja a sensação que outras paisagens vazias passem. Se nos movemos para uma outra capital, Maceió, onde a natureza se faz presente de uma forma mais contundente, há paisagens de prédios também cercadas de vazio. Mas talvez a sensação mais forte seja o cerceamento do mar. E com ele, o recordar de uma outra geografia do vazio: o deserto.

Figura 3 - Fotos de Maceió em junho de 2020.



Fonte: Autora, 2020.

Mas muda a cena se considerarmos que, diferente da ilha ou do deserto, as cidades possuem a vocação para a densidade? Assim, embora registradas como vazios, seus destinos e suas próprias conformações só existem em função de um aglomerado. Para que edifícios altos se tivéssemos espaço suficiente para dispor casas em horizontal? Também é próprio dos monumentos cercarem-se de vazios garantindo o cone de perspectiva pleno. O olhar desimpedido para paisagens soberbas. Mas só necessitam de paisagens soberbas sociedades densas, que já conhecem a multidão. Superfícies horizontais vazias nas imagens denunciam que ali era o lugar do tráfego de muitos. E retornamos com a densidade. E compreendemos que o vazio urbano acaba preenchido com a memória e a imaginação.

Mas diferente das ilhas e desertos, aqui, quando estas fotos colocam o acento na ausência, esta surge quase como um defeito. Mas esta sensação de ir na contramão é capaz de preenchê-las de afeto. Prédios protagonistas, nos recordam de quando tínhamos tempo para admirá-los. Monumentos, falam de circunstâncias nas quais a arquitetura pretendia-se eterna. As vias pavimentadas, disponíveis, recordam as sensações de contemplar os pisos... Mas por outro lado, as raras pessoas que surgem nas fotos, nos recordam os personagens que não costumamos ver nas cidades. Por que eles se “perdem” no meio de muitos outros? Por que somos capazes de julgá-los inexpressivos? Ou o porquê está na sua condição fundamental de frequentar as searas da pobreza?

Os centros povoam-se dos que cuidam, mas também dos colocados à margem. Vamos encontrar o pedinte, o louco perambulando no centro de Maceió. Exemplos de uma enorme multidão de despossuídos. Mas o vazio tem o seu fulgor. A sua imensa atmosfera que talvez não necessitasse ser tão preenchida.

Os homens que vêm à ilha, ocupam-na realmente e a povoam; mas, na verdade, se estivessem suficientemente separados, se fossem suficientemente criadores, eles apenas dariam à ilha uma imagem dinâmica dela mesma, uma consciência do movimento que a produziu, de modo que, através do homem, a ilha, enfim, tomaria consciência de si como deserta e sem homens. A ilha seria tão-somente o sonho do homem, e o homem seria a pura consciência da ilha. (DELEUZE, 2007, p. 4)

Talvez então coubesse agir como os piratas, os corsários, os aventureiros, que apenas passam pelos lugares. Mas parece que o vazio, quando estabelecido e acolhido, se cultiva.

[...] os navios passam ao largo e não param. Mais do que ser um deserto, ela é desertada. Desse modo, mesmo que ela, em si mesma, possa conter as mais vivas fontes, a fauna mais ágil, a flora mais colorida, os mais surpreendentes alimentos, os mais vivos selvagens e, como seu mais precioso fruto, o naufrago, além de contar, finalmente, por um instante, com o barco que a vem procurar, apesar de tudo isso ela não deixa de ser a ilha deserta. (DELEUZE, 2007, p. 5)

Permanece o desafio do preenchimento? Preencher com o que? Um outro aspecto do esvaziamento dos centros das cidades brasileiras chegou agora do Rio de Janeiro. Seu texto lembrou-me tempos atrás, quando saíamos do burburinho da avenida Rio Branco e embrenhávamos nas vísceras de um edifício modernista da cidade, o Marquês do Herval.

Imagino quantos desceram pela rampa para chegar ao seu subsolo e acessar um lugar de encantamento para quem ama livrarias. Não se frequentava aquele lugar apenas para comprar um livro, mas para alimentar o deleite de andar por seus corredores labirínticos, não só buscando as publicações nas estantes, mas também nos inúmeros livros que restavam espalhados por outros que flertaram com eles antes de nós. De ir descobrindo os efeitos mágicos produzidos por aquela equipe de livreiros que como escafandristas, traziam não se sabe de que profundidade do mundo, livros às vezes nem sequer sonhados. Ou que nos ajudavam a descobri-los dentre aquelas milhares de lombadas coloridas. No fundo, a maestrina: dona Vanna Piraccini, de frente à mesa que fechava a perspectiva do lugar.

Nestes dias, chega também, entre tantas notícias, que a livraria pode fechar. Somos capazes de sentir o vazio que se assoma do autor do texto, Daniel Louzada, seu atual livreiro, ao insistir estar naquele lugar, um ambiente usualmente povoado de clientes e amigos. “Livrarias não foram concebidas como bibliotecas, a contribuição não ordeira do fluxo dos corpos em diálogo é seu fundamento”. (LOUZADA, 2020, n. p.) Além disto, há o próprio declínio de uma atividade que exige tempo para o apreço, ou seja, o degustar da matéria livresca que a velocidade torna perdedora na competição com os pendores da página de vidro.

[...] dar conta de dezenas de atividades, do financeiro à limpeza, das redes sociais ao fornecimento; pedidos por *whatsapp*, renegociações, cartas de aviso da proteção ao crédito, o afeto das mensagens recebidas de todo país, noites insones, o metrô fantasmagórico, pacotes por fazer, uma pilha de boletos vencidos, a quentinha, a venda 60% menor. De novo e de novo. Dias de luta silenciosa entre o homem prático e o homem que se desespera (Idem, *ibidem*)

Acrescenta outro argumento não trazido por Bauman ou Milton Santos, ligado às faturas e boletos: “Dever: o verbo do tempo da mercadoria acelerada”. (Idem, *ibidem*) Realiza finalmente o gesto de descrever a livraria como objeto urbano que sempre foi.

À solidão da livraria perdida no subsolo de um prédio antigo se somava a solidão das ruas desoladas do centro da cidade. Ver a Rio Branco dia após dia, sem vendedores ambulantes, livre do burburinho e das histórias intuídas de seus passantes, olhar as janelas dos edifícios e saber que não havia ninguém naquelas salas era como já estar em outro mundo. Quatro ou cinco vezes ao sair da loja à noite, na esquina da Almirante Barroso vi um rato, um rato que passeava sempre de um mesmo bueiro a outro. Não pude deixar de pensar que éramos sobreviventes de um lugar esquecido. (Idem, *ibidem*)

E deixa a lição dos tempos de uma catástrofe anunciada...

Vinte e dois anos trabalhando com livros não me ensinaram tanto quanto o que vivi nos últimos meses. É a vida real que define o nosso lugar no mundo e não o que queremos parecer nos falsos espelhos que se multiplicam. A desgraça nacional e também o excesso de conexão renovaram minha consciência sobre a necessidade dos livros. Nunca foi tão necessário ler. “O ruído não me permite existir”, disse o personagem de *O silencieiro*: precisamos de menos coisas e mais substância, mais sentido e menos rumor. (Idem, *ibidem*)

6. Ausência

Chamarei de religiosidade nossa capacidade para captar a dimensão sacra do mundo. Embora não seja ela uma capacidade que é comum a todos os homens, é, não obstante, uma capacidade tipicamente humana [...]. Há pessoas religiosamente surdas, mas não há época nem sociedade inteiramente isentos de religiosidade [...]. A capacidade religiosa torna profundo o mundo, opacas as coisas (porque nunca inteiramente explicáveis), e torna problemática a morte. (FLUSSER, 2002, p. 16-17)

O silêncio e o vazio possibilitaram o afloramento de uma nova ambiência, de uma nova atmosfera com qualidades distintas para cada lugar. Assim, são diversos os vazios das praças italianas, de São Paulo, de Maceió. Se consideramos que há paisagens olfativas assim como também sonoras, gustativas, afetuosas... então tudo se transformou quando as pessoas não estão nas ruas.

Mas vamos retornar à Sopa com seus morcegos. E destacar ali as contribuições de Agamben que vão em sentido contrário às opiniões hegemônicas da mídia e do público em geral. Filósofo atento aos desafios políticos e éticos da contemporaneidade, não se espera que se coloque contra a quarentena. Mas é este seu posicionamento. Melhor dizendo, questiona “o risco”. Crítica da qual sequer poupa personagens emblemáticos de nossa época como o Papa Francisco, ao alertar que o santo que lhe deu o nome, no passado, abraçava os leprosos e hoje certamente faria o mesmo com os contaminados. (<<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-una-domanda>>, acesso em jun. 2020)

A posição de Agamben deixou-o isolado, mas nos desafia a pensar como, a partir do risco, nós afastamos não só o abraço, mas o acolher dos nossos mortos. O que questiona o nosso lugar no mundo, nossa crença na ciência, nosso pânico com a doença, nosso escasso comprometimento com a casa planetária.

Ele faz, em artigo anterior à pandemia, uma incursão pela palavra habitar. Observa que o termo que designava casa movia-se tanto para explicá-la enquanto local de pertencimento familiar (*domus*) quanto a construção em si (*aedes*). Desta maneira, *domus*, necessariamente, não remeteria à casa física. Estar em família, se sentir em casa, pressupunha estar em paz,

e não em guerra ou sob ameaça. (<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-abitare-e-costruire>, n. p., acesso em jul. 2020)

E através de uma série de raciocínios vai questionar se a arquitetura poderia ser definida como esta tentativa de juntar estes dois significados. Recorda vários exemplos, inclusive os contrários ao ato de habitar: que um arquiteto da Bauhaus, Fritz Erl, projetou e construiu o campo de Auschwitz. Assim, aponta que o habitar é social e político e ético, o que pode nos ajudar a pensar os fatos pelos quais estamos passando.

7. Borboletas: as crianças, os afetos e o habitar das cidades

Bem-vindo seja o inverno e suas ondulações. Do outono que partiu, lembrarei como sendo o das borboletas. Foi delas a estação que levarei colorida na memória. Jamais vi tantas e com tamanha diversidade. Devem ter soprado para elas que os seres humanos estavam guardados em casa e que por isso podiam vir. Um dia, antes de entrar no mar, eu contei dezenas e dezenas, e parei antes de chegar nas centenas porque as borboletas me roubavam a atenção. Havia as que surfavam conosco em New Orleans, rente entre as ondas. E até no pico do Peixe Boi, distante tantas braçadas, eu vi delas, mais ligeiras que as esquerdas tubulares. Estavam em todos os jardins e passavam sempre pela Rua das Crianças. Das clássicas amarelas e laranjas às detalhadas em degradê, das feitas com sombreados às cinzas, meu vizinho viu uma verde, e houve vermelhas, azuis e pretas também. Impressionantes! Lis declarando Vinicius de Moraes nessa época fazia todo sentido. Não cansávamos de ouvir repetidas vezes aqueles versos, tanto quanto me maravilhava vê-las vindo sempre do norte rumo ao sul, como que precisando encantar alguns outros olhares. Tive a sensação de que algo muito atípico estava acontecendo com a natureza. Era como se transbordasse um espírito de regeneração, cicatrizando o planeta. Sentia-se pela sua pulsação. “O pulso ainda pulsa!”, recordava a canção. A praga humana, assustada, não entendeu nada. Mas as borboletas sabiam bem. (<<https://www.instagram.com/p/CCgJ4IvpJlK/?igshid=1dx16dx59wke9>>. Acesso em jul. 2020.)

Os que moram em lugares onde ainda resta a possibilidade de habitar mantendo algum contato com plantas, águas, um pouco de céu, puderam observar muitas alterações no ambiente. A atmosfera mais leve, o ar desobstruído permitindo que outros seres que habitam este planeta chegassem. Muitos, em trinados diversos. Outros, se lançado próximo de nós como as tartarugas na praia. Mas um fenômeno que sem dúvida foi notado em toda a Maceió, bem para além da Rua das Crianças, foi a chegada das borboletas. Vieram aos montes, e puderam ser vistas por todo o lado.

Um mundo mais populoso dos seres que não somos nos deixa pelo menos a dúvida se não estaríamos sendo por demais invasores. Benjamin, citando Leskov, fala dos tempos em

que tanto as entranhas da terra quando os astros se preocupavam com o destino humano. Hoje estão indiferentes à nossa sorte.

Os planetas recém descobertos não desempenham mais nenhum papel no horóscopo, e existem inúmeras pedras novas, todas medidas e pesadas e com seu peso específico e sua densidade exatamente calculados, mas elas não nos anunciam nada e não têm nenhuma utilidade para nós. O tempo já passou em que elas conversavam com os homens. (BENJAMIN, 1987, p. 210)

Restou-nos a ciência, que hoje mostra claramente seus limites pois é possível que a humanidade entre numa cadeia sem fim de contaminações. Aprofundando uma equação já conhecida, que a vida social implica na vida biológica, coloca António Damásio:

O princípio é este: aquilo que vemos nas várias manifestações culturais, ao nível da organização social e da política de um Estado, a manutenção da justiça, a organização dos mercados, todas essas estruturas são em grande parte uma projeção daquilo que é a estrutura biológica fundamental. São assim porque foram inventadas por nós, seres humanos (...). Então, todas as perguntas que me fizer sobre a atualidade, seja sobre a situação econômica ou de saúde, terão a ver com a forma como as estruturas que neste momento estão perturbadas. (<<https://www.fronteiras.com/entrevistas/ha-tres-palavras-magicas-para-o-que-vivemos-tragedia-incerteza-e-esperanca-diz-antonio-damasio>>. Acesso em jul. 2020)

A terra seria um grande ser vivo e o vírus uma resposta à nossa ganância? Indaga Gabriel Markus (in AMADEO, 2020, p. 131). Webnários questionam acerca de como está sendo estar em casa enquanto os telejornais noticiam que, na maior metrópole brasileira, cresce a procura por casas com quintais. Busca de outros caminhos? Vamos às crianças.

Elas vão oferecer um outro conjunto de respostas sobre estes tempos e trazer movimentos da subjetividade que podem acontecer de forma espontânea, simplesmente brincando com o mundo. Construindo lugares de habitar.

Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que contraespaços, essas utopias localizadas. É o fundo do jardim, com certeza, é com certeza o celeiro, ou melhor ainda, a tenda de índios erguida no meio do celeiro, ou é então – na quinta-feira à tarde – a grande cama dos pais. É nessa grande cama que se descobre o oceano, pois nela se pode nadar entre as cobertas; depois, essa grande cama também é o céu, pois se pode saltar sobre as molas; é a floresta, pois pode-se nela esconder-se; é a noite, pois ali se pode virar fantasma entre os lençóis; é, enfim, o prazer, pois no retorno dos pais se será punido. (FOUCAULT, 2013, p. 19-20)

É com esta possibilidade de reinventar os lugares, que as crianças podem nos guiar. Elas vão dar vida e cor às borboletas desenhadas pouco antes da pandemia.

Figura 4 - Desenhos de Lis Holanda, Marina Neves, Leia Neves e Ester Neves, juntas e não necessariamente como autoras individuais.



Fonte: Rafael Belo, 2020.

As crianças estão sempre atentas ao que vai se alterando em suas vidas. Movidas pela imaginação, sabem fazer algumas coisas que os adultos esqueceram: recriar. E é assim que vão transformar caixas em cenários que se reportam a situações que estão vivendo.

Figura 5 - Fotos de Thiago de Carvalho, da filha Lis Cardoso de Carvalho brincando de atendente de Drive Thru.



Observando crianças, podemos combater o medo e responder um pouco às inquietações de Agamben, evitando assim, que o sentimento do assustador nos invada. “O medo não é uma atmosfera. É uma inundação”. (GIL, Disponível em: <https://n-1edicoes.org/001>, 2020, p. 11)

Comunicar com os outros e com a comunidade é furar a bolha, alargar os limites do espaço e do tempo, tomar consciência de que o nosso mundo se estende muito para além dos quartos a que estamos confinados. Foi certamente o que sentiram e fizeram os napolitanos que se puseram a cantar à noite, de varanda para varanda, exorcizando o medo e criando um novo espaço público comum. (IDEM, IBIDEM, p. 7)

Talvez a quarentena, para além do seu hiato, renove as paisagens. Talvez possamos nos seduzir pela luta por um outro tipo de diversidade: a dos ritmos, dos sons e da pausa. Pensar futuros de forma alvissareira.

Será um mundo no qual os que desejarem ter pressa poderão fazê-lo livremente e no qual os que não são apressados serão fortalecidos, de modo a poder pensar na reconstrução da paz mundial e na luta por uma convivência social digna e humana dentro de cada país. (SANTOS, 2001, n. p.)

Um pouco de lentidão. Retroceder, pelo valor da vida. Cuidar dela respeitando os seus seres. Nos colocando habitantes que compartilham de uma outra sopa: a que envolve galáxias e um punhado de estrelas.

Figura 6 - Série “The Great Empty”



Fonte: Felipe Hellmeister, julho de 2020.

AGRADECIMENTOS: Ao fotógrafo Felipe Hellmeister, autor das séries “The great empty” (2020) e Vazios (2003), sobre São Paulo, que inspiraram parte deste texto. Como também aos pais e mães das crianças Lis Holanda, Marina Neves, Leia Neves, Ester Neves, Lis Cardoso de Carvalho, que autorizaram a publicação das suas fotos e desenhos. E também a elas. Gratidão a Rafael Belo e Jaianny Duarte, pela curadoria das imagens.

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

BARROS, Manoel. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

CAPÍTULO 1

ADORNO, Luís. Falta de planejamento e negacionismo: por que Manaus ficou sem oxigênio. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/16/falta-de-planejamento-e-negacionismo-por-que-manaus-ficou-sem-oxigenio.htm>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico [...]**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/liberdade>. Acesso em: 09 jul. 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

¿CASAS Y ESCUELAS anticovid? Cómo la arquitectura pospandemia ha moldeado siempre nuestras ciudades. In: **El Confidencial**, 29 de jun 2020. Disponível em: https://www.elconfidencial.com/multimedia/video/cultura/2020-06-29/tuberculosis-y-covid-escuelas-aire-libre-casas-terrazas-pandemia_2658575/. Acesso em: 15 jul. 2020.

COMO ALGUÉM consegue prender a respiração por 20 minutos?. **Super interessante**. São Paulo, 6 out 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-alguem-consegue-prender-a-respiracao-por-20-minutos/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

DECRETO Nº 10.282, de 20 de março de 2020. Distrito Federal: Secretaria Geral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

ESCOLA CHINESA adota ‘chapéu helicóptero’ para manter distância entre alunos. **Isto é.** 27 de abril de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/escola-chinesa-adota-chapeu-helicoptero-para-manter-distancia-entre-alunos/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FRÁGIL EQUILÍBRIO. Uruguai/Espanha, Sintagma Films, 2016. 1 DVD, 81 min., son., color.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas - uma arqueologia das Ciências Humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HARARI, Yuval. **Sapiens: uma breve história da humanidade.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

_____. In: **Entrevista com Bial.** Yuval Noah Harari apresenta uma argumentação poderosa em defesa dos direitos dos animais, 27 de jul. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6025165/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

_____. **Homo Deus: uma breve história do amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaios e Conferências.** Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária de São Francisco, 2012.

HIV/Aids. **Médicos sem fronteiras**, 2018. Disponível em: <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/hivaidas?>. Acesso em: 14 jul. 2020.

HOLANDESES AVANZAN en el escenario pospandemia y proponen un modelo económico basado en el decrecimiento. In: El Clarin del Chile, 23 de abril, 2020. <https://www.elclarin.cl/2020/04/23/holandeses-avanzan-en-el-escenario-pospandemia-y-proponen-un-modelo-economico-basado-en-el-decrecimiento/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

KARNAL, Leando. **Epidemias, história e o novo normal.** Disponível em <https://youtu.be/3UqlctQ6N7c>. Acesso em: 05 Jun 2020.

MARIN, Fábio; ASSAD, Eduardo; PILAU, Felipe. **Clima e ambiente:** introdução à climatologia para ciências ambientais. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2008. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/100375/1/clima-ambiente.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MESTRADO - **Área de Concentração: Dinâmicas do Espaço Habitado.** Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fau/pos-graduacao/mestrado-em-dinamicas-do-espaco-habitado/proposta-do-programa>. Acesso: 12 de jul. 2020.

MOREIRA, Susanna. Cidades do mundo todo abrem suas ruas para pedestres e ciclistas durante pandemia. 25 Abr 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/937965/cidades-do-mundo-todo-abrem-suas-ruas-para-pedestres-e-ciclistas-durante-pandemia>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MORIN, Edgar. **Veredas do Futuro: O mundo pós Covid-19**. Disponível em: <https://cutt.ly/cdsunb>. Acesso: 05 de Jun 2020.

OLIVEIRA, Roseline e GUDINA, Andrej. Fique em casa e lave suas mãos: notas sobre a cidade do não-circular. In: Arqtextos, 2020. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/20.239/7701>. Acesso em: 12 Jun. 2020.

PARAISÓPOLIS CONTROLA melhor a pandemia do que a cidade de São Paulo. In: **Galileu**. Rio de Janeiro, 25 jun 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/paraisopolis-controla-melhor-pandemia-do-que-cidade-de-sao-paulo.html>. Acesso: 11 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SINOPSE Frágil Equilíbrio. Disponível em: http://canalcurta.tv.br/filme/?name=fragil_equilibrio. Acesso em: 12 jul. 2020.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): estrutura, princípios e como funciona. Brasília. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 11 jul. 2020.

STOCHERO, Tahiane. Especialistas avaliam explosão em Beirute. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/04/especialistas-avaliam-explosao-em-beirute-onda-de-choque-e-calor-e-nitida.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2021.

TALEB, Nassim Nicholas. **O cisne negro: o impacto do altamente improvável**. Lisboa: Ed. Alfragide, Dom Quixote, 2016.

VARELLA, Drauzio. Coronavírus: Vai acontecer uma tragédia nacional. In: **BBC News Brasil**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rl8_nmXFOBA. Acesso em: 14 Jun. 2020.

#ANNE FRANK: Vidas Paralelas. Direção de Sabina Fedeli e Anna Migotto. Itália. 1 DVD, 94 min., son., color.

CAPÍTULO 2

ALVES, Joaquim Jaime Barros Ferreira. **O Porto na época dos Almadas. Arquitetura. Obras Públicas.** Vol. I. Porto: 1988.

ALVES, Joaquim Jaime Barros Ferreira. **O Porto na época dos Almadas (1757-1804).** Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada a Faculdade de Letras do Porto. Porto: 1987.

ARAÚJO, Ana Cristina. **Ribeiro Sanches e o desastre de Lisboa** In ARAÚJO et all. “O Terramoto de 1755: Impactos Históricos”. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Conselho Ultramarino. Brasil - Pernambuco. Cx. 239, D. 16043.

ATAIDE, Manuel Maia. **O Aqueduto das Águas Livre – Descrição e alguns comentários técnicos a propósito.** In D. João V e o abastecimento de Água Lisboa. Camara Municipal de Lisboa: 1990.

BASTOS, Rodrigo. **A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUENO, Beatriz P. S. **Desenho e Desígnio – O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FRANÇA, José Augusto. **Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo.** In Colóquio Lisboa Iluminista e o seu tempo. Lisboa: Universidade Autônoma de Lisboa, 1994.

GOMES, Joaquim Ferreira et all. **Verney e o iluminismo em Portugal.** Actas do Colóquio “Verney e a Cultura do seu Tempo” (realizado na Universidade do Minho em 1992). Centro de Estudos Humanísticos – Universidade do Minho. Braga: Barbosa & Xavier Lda., 1995.

MOITA, Irisalva. **O Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água de Lisboa.** In D. João V e o abastecimento de Água Lisboa. Camara Municipal de Lisboa: 1990.

SANCHES, Ribeiro. **Tratado de Conservação da Saúde dos Povos**. Paris: 1756

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos. **Cada rua tem um preço – as quantidades e as qualidades do espaço urbano na reconstrução de Lisboa no século XVIII** In Revista de História da Arte – Estudos de Lisboa. Nº 11. Instituto de História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2014.

SEIXAS, José de Figueiredo. **Tratado da Ruação**. Porto: ca.1763.

CAPÍTULO 3

ALAGOAS. Decreto nº 69.541, de 19 de março de 2020. Declara emergência no Estado de Alagoas e intensifica medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Maceió, AL, ano 108, n. 1287, p. 1-2, 20 mar. 2020.

AMORIM, L. **Valores e significados do sítio histórico do Centro de Maceió/Al**: Diretrizes para o plano de gestão da conservação urbana. 2013. 97 f. Trabalho Final de Graduação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

BELTRAME, G. Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano. Rio de Janeiro, v. 15, p. 113-138, 2013. **Interseções**. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/9419>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CLEMENTE., Juliana Carvalho. **Vazios urbanos e imóveis subutilizados no Centro Histórico tombado da cidade de João Pessoa**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Os impactos da epidemia na economia alagoana**: Notas sobre a conjuntura econômica nos meses de março a junho de 2020. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2020/6/professor-da-ufal-publica-estudo-sobre-os-impactos-da-epidemia-na-economia-alagoana/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

HIDAKA, L. T. F.; ALMEIDA, A. R.; OLIVEIRA, A. L. D; MISHINA, L. N. C.; VIEIRA, P. S. **Relatório do Programa de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional**: (BDAI) 2014-2015. 2015. (Relatório de pesquisa).

HIDAKA, L. T. F.; ALMEIDA, A. R. ; OLIVEIRA, A. L. D. ; GOMES, I. M. O. M. ; MISHINA, L. N. C. ; VIEIRA, P. S. ; CUNHA, M. C. P. F. **Significância Cultural, Integridade e Autenticidade**

do Patrimônio Cultural: Estudo Sobre a Zona Especial de Preservação 2 - Centro (ZEP 2) em Maceió/AL. Relatório do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2017-2018. 2018. (Relatório de pesquisa).

HIDAKA, L. T. F.; GOMES, I. M. O. M. ; CUNHA, M. C. P. F. **Significância Cultural, Integridade e Autenticidade Do Patrimônio Cultural:** Estudo sobre a Zona Especial de Preservação 2 – Centro (ZEP 2) em Maceió/AL. Relatório Do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2018-2019. 2019. (Relatório de pesquisa).

ICOMOS. **The Declaration of Amsterdam.** Amsterdam: Congress on The European Architectural Heritage, 1975. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/and/169-the-declaration-of-amsterdam>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ICOMOS. **The Washington Charter:** Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas. Washington, 1987. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/towns_e.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

MACEIÓ. **Lei Municipal nº 5486, de 30 de dez. de 2005** □ **Plano Diretor.** Prefeitura Municipal de Maceió. Maceió, v.1, p. 25-27, dez. 2005.

MISHINA, L. N. C. **Vazios Urbanos:** Diretrizes de intervenção e gestão visando a conservação dos atributos patrimoniais da Significância Cultural do Centro de Maceió/AL. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, 2019.

UNESCO. **Recomendação de Nairóbi:** Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas, 1976. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

UNESCO. **Living heritage as a source of resilience and recovery during crisis.** Disponível em: <https://en.unesco.org/news/unesco-launches-platform-living-heritage-and-covid-19>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CAPÍTULO 4

AUGÉ, Marc. **Marc Augé: “Com a tecnologia já carregamos o ‘não lugar’ em cima, conosco”.** El País, 31 de fevereiro de 2019. Entrevista concedida a Carles Geli. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/tecnologia/1548961654_584973.html. Consultado em julho de 2020.

PALACIOS, Jesús. **Eroguro: horror y erotismo em la cultura popular japonesa.** Gijón: Sartori ediciones, 2018.

SIBILIA, Paula. O corpo obsoleto e as tiranias do *upgrade*. **Verve**. São Paulo, n. 6, 2004.

SIBILIA, Paula. O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologia digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Filmes citados

964 Pinocchio. Direção: Shozin Fukui. Japão, 1991. DVD (97min), cor.

I'm a cyborg, but that's ok. Direção: Park Chan-Wook. Coreia do Sul: 2006. DVD (105min), cor.

Cyborgue She. Direção: Kwak Jae-yong. Japão: 2008. DVD (115min), cor.

Ex-machina. Direção: Alex Garland. Produção: Andrew Macdonald, Allon Reich. EUA: DNA Films, Film4, Scott Rudin Productions, 2015. DVD (108min), cor.

Be right Back. Black Mirror. Charlie Brooker. Direção: Owen Harris. Londres: Endemol; Zeppotron; Zeppotron, 2013.

Her. Direção: Spike Jonze. Produção: Megan Ellison, Spike Jonze, Vincent Landay. EUA: Annapurna Pictures, 2013. DVD (126min), cor.

CAPÍTULO 5

ALBUQUERQUE, F. M. F. et al. **Prazer em Não Consumir: Motivações Hedônicas de Consumidores em Experiências de Não Compra**. Anais do IV Encontro de Marketing da ANPAD. 2010.

ABCOMM. **Relatório da pesquisa E-commerce de serviços durante a pandemia da Covid-19**. 2020.

ABCOMM. **Relatório da pesquisa E-commerce de produtos durante a pandemia da Covid-19**. 2020.

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.527, de 17 de março de 2020**.

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.530, de 18 de março de 2020**.

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.541, de 19 de março de 2020**.

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.577, de 28 de março de 2020**.

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.624, de 06 de abril de 2020.**

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.700, de 20 de abril de 2020.**

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.722, de 04 de maio de 2020.**

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.844, de 19 de maio de 2020.**

ALAGOAS. **Decreto Nº 69.935, de 31 de maio de 2020.**

ALAGOAS. **Decreto Nº 70.066, de 09 de junho de 2020.**

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer.** 15^a ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARTO, Marcel. **As reinvenções do varejo no e-commerce.** ABCOMM. Mercado Digital. Disponível em: <https://abcomm.org/noticias/as-reinvencoes-do-varejo-no-e-commerce/>. Acesso em 06 de julho de 2020.

MATTOS, Manuela. **Ir à praia está proibido em Alagoas até 20 de maio para conter coronavírus. Agência Alagoas.** Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/33177-ir-a-praia-esta-proibido-em-alagoas-ate-20-de-maio-para-conter-coronavirus>. Acesso em 03 de julho de 2020.

PRAIAS DE MACEIÓ FICAM “FECHADAS” ATÉ 2 DE JULHO. **Jornal de Alagoas. Maceió, 23 de junho de 2020.** Municípios. Disponível em: <https://www.jornaldealagoas.com.br/municipios/34947/2020/06/23/praias-de-maceio-ficam-fechadas-ate-2-de-julho>. Acesso em 03 de julho de 2020.

RODRIGUES, Eliana. **As Diferenças entre EaD e aulas remotas.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pYiNZLkxDvA>. Acesso em 07 de julho de 2020.

SEDETUR. **Proposta de Protocolos para retomada.** Alagoas, 2020.

TEIXEIRA, J. M., HERNANDEZ, J. M. C. **Valores de compra hedônico e utilitários: os antecedentes e as relações com os resultados do varejo.** Revista Eletrônica de Administração. Rio Grande do Sul, v. 18, n. 1, p. 130-160, 2012.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, arquitetura e a imagem do comércio.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CAPÍTULO 6

ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15575-1**: Edificações Habitacionais – Desempenho Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

BRANDÃO, D. Q. Disposições técnicas e diretrizes para projeto de habitações sociais evolutivas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 73-96, 2011.

CAMARGO, E. N. de. **Desenho e uso do espaço habitável do apartamento metropolitano na virada do século 21: um olhar sobre o tipo “dois - dormitórios” na cidade de São Paulo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

COSTA FILHO, L. L.; VILLACORTA, J. **Novas formas de uso do espaço doméstico**. In: ENEAC 2018 – ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 7., 2018, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: UFC, 2018.

LEITE, L. C. R. **Habitação de interesse social: metodologia para análise da funcionalidade, estudo de caso do Projeto Chico Mendes**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LOGSDON, L.; FABRICIO, M. M.; SOUZA, D. M.; PADILHA, Y. G. **Funcionalidade e mobiliário da habitação: contribuições para o projeto de moradias sociais**. *Arquitetura Revista*, São Leopoldo, v. 15 n. 2, 2019.

MARTUCCI, R.; BASSO, A. **Uma visão integrada da análise e avaliação de conjuntos habitacionais: aspectos metodológicos da pós-ocupação e do desempenho tecnológico**. In: ABIKO, A. K.; ORNSTEIN, S. W. (eds). *Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social*. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP), livro 1, p. 268-293.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha novas orientações Coronavírus - Covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020, 18p. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/07/Cartilha-Coronavirus-Informacoes-.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MONT'ALVÃO, C. **A ergonomia do ambiente construído no Brasil**. In: Mont'Alvão, C.; Villarouco, V. (org.). *Um novo olhar para o projeto: a ergonomia no ambiente construído*. Teresópolis: 2AB, 2011, p. 04-18.

PAIVA, M. M. B. **Ergonomia no ambiente construído de instituições para idosos - Estudo de caso em instituição brasileira e portuguesa.** Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PALERMO, C. **Sustentabilidade social do habitat.** Florianópolis: Editora da Autora, 2009.

PEDRO, J. B. **Programa Habitacional: Habitação.** 4 ed. Lisboa: LNEC, 2001, 246p.

PEREIRA, G. M. **Funcionalidade e qualidade dimensional na habitação, Contribuição à NBR 15.575/2013.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar.** São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELLOS, C. Q. **Análise da funcionalidade e de ergonomia em habitações compactas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VILLAROUCO SANTOS, V M. **Modelo de Avaliação de Projetos: Enfoque Ergonômico e Cognitivo.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VILLAROUCO, V. **Avaliação Ergonômica do projeto arquitetônico.** In: Congresso Brasileiro de Ergonomia, Congresso Latino-Americano de Ergonomia e Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, 12., 2002, Recife. Anais [...]. Recife: UFPE, 2002.

VILLAROUCO, V. **Tratando de ambientes ergonomicamente adequados: seriam ergoambientes?** In: MONT'ALVÃO, C.; VILLAROUCO, V. (orgs). Um novo olhar para o projeto: a ergonomia no ambiente construído. Teresópolis: 2AB, 2011.

VOORDT, T. J. M. V.; WEGEN, H. B. R. **Architecture in Use: An Introduction to the Programming, Design and Evaluation of Buildings.** United Kingdom: Elsevier, 2005.

CAPÍTULO 7

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Adauto. **O olhar.** 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 65-87.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto. **O olhar.** 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 31-64.

DA MINHA janela eu vejo: retratos afetivos em tempos de pandemia. Maceió: **Youtube**, 2020. (14 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ott-4p7Q2wQ&t=1s>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes**: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea. 1 ed. - Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj, 2013

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. *In*: NOVAES, Adauto. **O olhar**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 95-124.

HUGON-TALON, Carole. **A Estética**: história e teorias. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

OSTROWER, Fayga. A construção do olhar. *In*: NOVAES, Adauto. **O olhar**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 167-182.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Schwarcz LTDA, 2004.

CAPÍTULO 8

ARAÚJO, C.; OLIVEIRA, M.; ROSSATO, M. O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, p. 1-7, 2018.

BERGER, J. **Para entender uma fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARLOS, A. F. A. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

FOERSTER, Y. A carne: conceituando tempo e memória no mundo digital. Traduzido do inglês por Anja Pratschke. **V!RUS**, São Carlos, n. 15, 2017. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/_virus15/?sec=4&item=1&lang=pt. Acesso em: 12 dez. 2017.

FLUSSER, V. **O mundo codificado**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/14>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SIMONI, César. A COVID-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

CAPÍTULO 9

DIAS, Juliana Michaello Macêdo. **As feiras populares como territórios de persistência.** Arquitextos, São Paulo, ano 20, n. 240.05, Vitruvius, maio de 2020. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.239/7747>, acesso em 15 de julho de 2020.

Dias, Juliana Michaello Macêdo; OLIVEIRA, Roseline Vanessa Santos. **O lugar da arquitetura no inventário alagoano de referências culturais.** Confins [online], setembro de 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/21257>, acesso em 20 de julho de 2020.

Notícias acessadas

ALAGOAS 24 HORAS. Pelo menos 28 cidades alagoanas suspendem feiras livres por conta da Covid-19. Portal Alagoas 24 Horas, 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/1291153/pelo-menos-28-cidades-alagoanas-suspendem-feiras-livres-por-conta-da-covid-19/>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

ALENCAR, Vanessa. **Pandemia: economista alerta que é preciso manter feiras livres, mas elas precisam ser ‘reinventadas’.** Portal Cada Minuto, 27 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2020/03/27/pandemia-economista-alerta-que-e-preciso-manter-feiras-livres-mas-elas-precisam-ser-reinventadas>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS. **Normatização de feiras livres e mercados públicos é novamente colocada em debate.** ALE, 30 de março de 2020. Disponível em: <https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/normatizacao-de-feiras-livres-e-mercados-publicos-e-novamente-colocada-em-debate>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

CADA MINUTO. **Com medidas de prevenção, prefeitura de Arapiraca autoriza retorno das feiras livres a partir desta quarta-feira.** Portal Cada Minuto, Arapiraca, 07 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/357379/2020/04/07/com-medidas-de-prevencao-prefeitura-de-arapiraca-autoriza-retorno-de-feiras-livres-a-partir-desta-quarta-feira>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

CARVALHO, Regina. **Com avanço da Covid na periferia, secretário não descarta fechamento de mercados.** Jornal Correio do Povo de Alagoas, Maceió, 05 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.correiodopovo-al.com.br/index.php/noticia/2020/06/05/com-avanco-da-covid-na-periferia-secretario-nao-descarta-fechamento-de-mercados>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

EVANGELISTA, Gabriela. **Covid-19: Portarias da Prefeitura de Maceió regulamentam mercados e feiras.** Gazeta Web, Maceió, 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://>

gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2020/04/prefeitura-de-maceio-elabora-guia-com-regulamentacao-de-mercados-e-feiras-livres_104163.php>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

FARIAS, Michelle. **Funcionamento de mercados e feiras de Maceió é reduzido para evitar disseminação da Covid-19**. Portal G1 Alagoas, Maceió, 28 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/04/28/funcionamento-de-mercados-e-feiras-de-maceio-e-reduzido-para-evitar-disseminacao-da-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

G1 ALAGOAS. **Veja quais cidades de Alagoas suspenderam as feiras livres e onde elas ainda acontecem**. Portal G1 Alagoas, 29 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/05/29/veja-quais-cidades-de-alagoas-suspenderam-as-feiras-livres-e-onde-elas-ainda-acontecem.ghtml>>. Acesso em: 30 de maio de 2020a.

G1. **Feiras livres de Viçosa se adequam às regras de rodízio por CPF**. Portal G1 Zona da Mata, Viçosa, 30 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/04/30/feiras-livres-de-vicosa-se-adequam-as-regras-de-rodizio-por-cpf.ghtml>>. Acesso em: 03 de maio de 2020b.

G1. **Mercado da Produção, em Maceió, continua funcionando após morte por Covid-19 de homem que trabalhava no local**. Portal G1 Alagoas, Maceió, 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/04/16/mercado-da-producao-em-maceio-continua-funcionando-apos-morte-por-covid-19-de-homem-que-trabalhava-no-local.ghtml>>. Acesso em: 01 de maio de 2020c.

MAIA, Dhiego. **A pandemia acabou com o barulho da feira. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de maio de 2020**. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/profissionais-essenciais-contracoronavirus/profissional/deusdete-de-jesus-azevedo-feirante/>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

NAKAMURA, Pedro. **Coronavírus: ‘as pessoas dizem com orgulho que não se cuidam’, diz funcionária da Ceasa, do Rio**. The Intercept, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/05/29/ceasa-coronavirus-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

PAULINO, Daniel. **Gestores enfrentam dificuldades em aplicar medidas de prevenção ao Covid-19 em cidades do interior de AL**. Jornal Correio do Povo de Alagoas, Maceió, 27 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.correiodopovo-al.com.br/index.php/noticia/2020/04/27/gestores-enfrentam-dificuldades-em-aplicar-medidas-de-prevencao-ao-covid-19-em-cidades-do-interior-de-al>>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

PREFEITURA DE MACEIÓ. **Mercados e feiras livres recebem cartazes com orientações sobre covid-19**. Prefeitura de Maceió, Maceió, 02 de maio de 2020. Disponível em: <<http://www>>.

maceio.al.gov.br/2020/05/mercados-e-feiras-livres-recebem-cartazes-com-orientacoes-sobre-covid-19/>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

PREFEITURA DE MACEIÓ. Prefeitura elabora guia com regulamentação de mercados e feiras livres. Prefeitura de Maceió, 28 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2020/04/prefeitura-elabora-guia-com-regulamentacao-de-mercados-e-feiras-livres/>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

TNH1. Aprovado Projeto de Lei que cria complemento ao auxílio emergencial em Maceió. Portal TNH1, Maceió, 03 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/aprovado-projeto-de-lei-que-cria-complemento-ao-auxilio-emergencial-em-maceio-entenda/>>. Acesso em: 03 de junho de 2020a.

TNH1. Covid-19: PC designa delegado para apurar infração de medida sanitária preventiva. Portal TNH1, Maceió, 18 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/covid-19-pc-designa-delegado-para-apurar-infracao-de-medida-sanitaria-preventiva/>>. Acesso em: 01 de maio de 2020b.

TNH1. Mercados e feiras registram aglomerações com a chegada da Semana Santa. Portal TNH1, Maceió, 09 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/mercados-e-feiras-registram-aglomeracoes-com-a-chegada-da-semana-santa/>>. Acesso em: 01 de maio de 2020c.

TNH1. Municípios de Alagoas endurecem regras para funcionamento de feiras livres. Portal TNH1, Maceió, 21 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/municipios-de-alagoas-endurecem-regras-para-funcionamento-de-feiras-livres/>>. Acesso em: 22 de maio de 2020d.

TNH1. AMA orienta municípios sobre enterros e feiras-livres. Portal TNH1, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/ama-orienta-municipios-sobre-enterros-e-feiras-livres/>>. Acesso em: 07 de abril de 2020e.

CAPÍTULO 10

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios.** Chapecó: Argos, 2009.

_____. **Abitare e costruire.** Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-abitare-e-costruire>>. Acesso em jul. 2020.

AMADEO, Paulo (ed). **Sopa de Wuhan: Pensamento contemporâneo em tempos de pandemia.** Disponível em: <<http://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. v1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo. Companhia de Letras, 1986.

DAMÁSIO, Antônio. **Há três palavras mágicas para o que vivemos: tragédia, incerteza e esperança**. In: Fronteiras do pensamento. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/entrevistas/ha-tres-palavras-magicas-para-o-que-vivemos-tragedia-incerteza-e-esperanca-diz-antonio-damasio>>. Acesso em jul. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Causas e razões das ilhas desertas**. Disponível em: <<https://document.onl/documents/gilles-deleuze-causas-e-razoes-das-ilhas-desertas.html>>. Acesso em: nov. 2007.

DELOGU, Marco. **Le Piazzes [In]visibili**. Goleta: Punctum, 2020.

FLUSSER, Vilém. **Da religiosidade**. São Paulo: Escrituras, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GIL, José. **O medo**. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/001>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

GRÍFFERO, Tonino. **The atmospheric “skin” of the city**. In: *Ambiances*. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/ambiances.399>>. Acesso em: jun. 2020.

LOUZADA, Daniel. **A solidão e o contrário**. Disponível em: <<https://www.leonardodavinci.com.br/blog/>>. Acesso em: jul. 2020.

PAZ, Rafael Belo. **Sobre as borboletas do último outono...** Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CCgJ4IvpJlK/?igshid=1dx16dx59wke9>>. Acesso em: jul. 2020.

SANTOS, Milton. **Elogio da lentidão**. In: Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>>. Acesso em: maio 2018.

ZUMTHOR, Peter. **Atmospheres: Architectural Environments. Surrounding Objects**. Basileia: Birkhäuser Verlag, 2006.



SOBRE OS AUTORES

Ana Luíza Costa Ribeiro

Graduanda em Design pela Universidade Federal de Alagoas, foi bolsista no edital PROINART do grupo de extensão Cidade e Signos e atual membro no grupo de pesquisa Nordesteanças, ambos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Andrej Alexander Barbosa Gudina

Industriário, Bacharel em Administração, formando da Faculdade de Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas e integrante do LIN-a.

Arlindo da Silva Cardoso

Graduação em design e mestrando no curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - área de concentração: Dinâmicas do Espaço Habitado -, da Universidade Federal de Alagoas (PPGAU-UFAL). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (FAU/UFAL).

Camila Gonzaga de Oliveira

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFAL). Pesquisadora no Grupo de Pesquisas Nordesteanças da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Euclides Rocha Cavalcante Neto

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) Arquitetura da Ufal.

Juliana Coelho Loureiro

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo PROURB- UFRJ, mestre em Dinâmicas do Espaço Habitado DEHA-UFAL, professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Ufal.

Juliana Michaello Macêdo Dias

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Alagoas, com Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado pelo DEHA/Ufal e Doutorado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/Ufal e de seu Programa de Pós-Graduação. Líder do Grupo de Pesquisa Nordesteanças (GPN/FAU/Ufal). Organizadora dos livros “Letras projetadas sobre fundo em movimento: palavras que dizem cinema” (2014) e “Identidades, Territórios e Imagens” (2019).

Karina Mendonça Tenório de Magalhães Oliveira

Graduação em arquitetura e urbanismo mestranda no curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - área de concentração: Dinâmicas do Espaço Habitado -, da Universidade Federal de Alagoas (PPGAU-UFAL). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (FAU/UFAL).

Laís Caroline dos Santos

Graduanda em Design pela Universidade Federal de Alagoas, bolsista PIBIC do Grupo de Pesquisa Nordesteanças, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Letícia Naka Cartaxo Mishina

Mestranda na linha de Patrimônio e Preservação do Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB). Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Alagoas e pesquisadora do Núcleo de Estudo de Projetos Especiais. Trabalhou como Técnica da Superintendência de Cultura e Preservação do Patrimônio Histórico da Prefeitura de Marechal Deodoro/AL, desenvolvendo projetos e realizando acompanhamento das obras em monumentos, imóveis e conjuntos urbanos em parceria com o IPHAN/AL. Seus interesses de pesquisa incluem paisagem cultural, vazios urbanos em centros históricos, significância cultural, autenticidade e integridade do patrimônio urbano.

Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Pará, especialização em Conservação Integrada Urbana e Territorial pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Investiga sobre a conservação integrada, com ênfase em teoria, análise e avaliação da conservação urbana, da Significância Cultural e dos atributos de valor patrimonial. Atualmente é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Tutora do PET Arquitetura, vice-líder do Núcleo de Estudos de Projetos Especiais da Universidade Federal de Alagoas e associada ao ICOMOS Brasil.

Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade

Doutora e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), professora adjunta no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Maria Angélica da Silva

Professora titular da FAU/UFAL. Formada em arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutorado em História na Universidade Federal Fluminense/Architectural Association School, Londres. Estágio de pós-doutoramento na Universidade de Évora, Portugal (2006) e na Universidade de Bolonha (2019) com bolsa de professor visitante da CAPES. Escreveu o livro “Arquitetura Moderna, a atitude alagoana” e organizou as publicações “O olhar holandês e o Novo Mundo”, “Convento franciscano de Marechal Deodoro” e “A invenção da cidade”. Tem realizado participações acadêmicas em Portugal, Romênia, Escócia, Espanha, Chile, Austrália, Japão, China, Alemanha e outros. É líder do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. Iniciado em 1998, com feição interdisciplinar, a partir das investigações científicas e artísticas, o Grupo busca realizar ações de divulgação e socialização do conhecimento.

Mariana Monteiro de Oliveira

Graduanda em Design pela Universidade Federal de Alagoas, voluntária do PIBIC do Grupo de Pesquisa Nordestanças, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Nathalia Feitosa Barbosa

Graduanda em Design pela Universidade Federal de Alagoas, bolsista PIBIC do Grupo de Pesquisa Nordestanças, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Polyanna Omena C. Santos

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFAL. É mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFAL. Pesquisadora do Grupo GECA – Grupo de Estudos em Conforto Ambiental – FAU/UFAL/CNPq. Pesquisadora das áreas de adequação ambiental de edificações, desempenho de edificações, arquitetura bioclimática e Avaliação Pós-Ocupação.

Roseline Vanessa Santos Oliveira

Arquiteta e Urbanista formada pela Ufal, Mestre e Doutora pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada II da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Ufal e de seu Programa de Pós-Graduação, tendo realizado estágio pós-doutoral junto à Universidade de Évora (2018). Autora do livro “As vilas e seus gestos urbanos” (Edufal, 2017). Líder do Laboratório de Interpretação de Núcleos Habitados (LIN-a/CNPq).

Suzany Mariha Ferreira Feitoza

Graduação em design e mestranda no curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - área de concentração: Dinâmicas do Espaço Habitado -, da Universidade Federal de Alagoas (PPGAU-UFAL). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (FAU/UFAL).

Thaisa Sampaio Sarmiento

Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Mestre pela UFAL, Doutora em Design pela UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa IDEA – Interseções entre Design e Ambiente Construído – FAU/UFAL/CNPq. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL, atua no ensino de Design de Interiores, Ergonomia e Acessibilidade do Ambiente Construído. Pesquisadora das áreas de Ergonomia do Ambiente Construído, Arquitetura e Design em Educação e Acessibilidade.

Vilma Villarouco (*in memorian*)

Pesquisadora PQ-2 do CNPq. Graduada em Arquitetura e Urbanismo, doutora e mestre em Engenharia de Produção. Líder do Grupo de Pesquisa em Ergonomia Aplicada ao Ambiente Construído - UFPE/CNPq. Docente dos programas de pós-graduação: Design-UFPE (PPGDesign); Ergonomia-UFPE (PPErgo); Arquitetura e Urbanismo+Design-UFC (PPGAUD). Pesquisadora na área de ergonomia aplicada a ambientes, acessibilidade e neuroergonomia.

Viviane Regina Costa Sá

Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas – FAU/UFAL (2006). Mestra (2008) e doutora (2018) em Arquitetura e Urbanismo pelo programa de Pós-Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado da FAU/UFAL, da qual é atualmente professora. Pesquisadora e vice-líder do Grupo de Pesquisa Morfologia dos Espaços de Uso Público - MEP/FAU/UFAL. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: comércio; centralidades urbanas; áreas de atividades múltiplas; sistemas de espaços livres; espaços urbanos de uso público.

Walcler de Lima Mendes Junior

Jornalista, documentarista e músico. Graduado em Comunicação Social, com Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professor de Programa de Pós-Graduação Pleno I 2 (Professor PPG Pleno I 2) no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa Nordesteanças (UFAL/UNIT). Autor dos livros: “Brinquedos, rezas e trovas de Alagoas” (2017), “Rasuras e refrões: Derrida e Deleuze entre bambas, matutos e foliões” (2015), “O Sujeito arquiautor: conflitos do discurso urbano e midiático” (2011). Organizador dos livros: “Inter(r)ferências: referências culturais em perspectiva” (2017) e “Letras projetadas sobre fundo em movimento: palavras que dizem cinema” (2014).

Willyam Vieira dos Santos

Graduando em Design pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), foi bolsista do edital PROINART no grupo de extensão Cidade e Signos e atual membro do grupo de pesquisa Nordesteanças, ambos situados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFAL).

Este livro foi selecionado pelo Edital nº 01/2020 da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), de um total de 44 obras escritas por professores/as vinculados/as em Programas de Pós-Graduação da Ufal, com colaboração de outros/as pesquisadores/as de instituições de ensino superior (autoria, coautoria e coletânea), sob a coordenação da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal). O objetivo é divulgar conteúdos digitais – e-books – relacionados à pandemia da Covid-19, problematizando seus impactos e desdobramentos. As obras de conteúdos originais são resultados de pesquisa, estudos, planos de ação, planos de contingência, diagnósticos, prognósticos, mapeamentos, soluções tecnológicas, defesa da vida, novas interfaces didáticas e pedagógicas, tomada de decisão por parte dos agentes públicos, saúde psíquica, bem-estar, cultura, arte, alternativas terapêuticas para o enfrentamento da Covid-19, dentre outros, abordando aspectos relacionados às diferentes formas de acesso à saúde e à proteção social, entre grupos mais vulneráveis da sociedade.

ISBN 978-65-5624-030-5



9 786556 240305

